

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E TERRITORIALIDADES

LUNA COSTA DE OLIVEIRA

AGENDA MARIELLE FRANCO:  
A memória como semente para novos futuros

Niterói  
2022



NITERÓI

2022

LUNA COSTA DE OLIVEIRA

AGENDA MARIELE FRANCO:

A memória como sementes para novos futuros

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestra. Linha de Pesquisa: Fronteiras e Produções de Sentido.

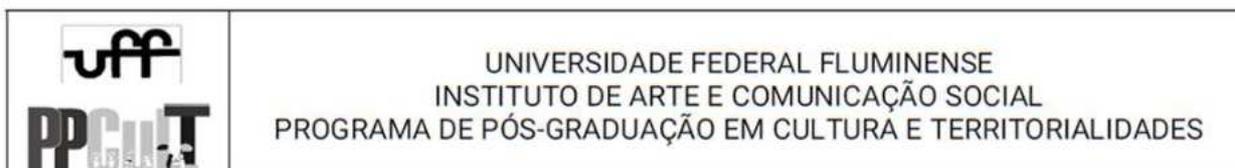
BANCA DE DEFESA

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Ana Lúcia Enne (Orientação)

PPCULT/Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Adriana Facina  
PPGAS/ Museu Nacional (UFRJ)

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Pâmella Santos dos Passos  
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ)



N° 124

## Ata de Defesa de Dissertação de Mestrado

Aos vinte e sete dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um às 14:00, em sessão remota (on-line), excepcionalmente, em decorrência da Portaria n.º 36 de 19 de março de 2020 da CAPES, reuniu-se a Comissão Examinadora designada na forma regimental pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação / Mestrado Acadêmico em Cultura e Territorialidades, para julgar a dissertação, orientada pelo(a) professor(a) João Luiz Pereira Domingues, apresentada pelo(a) aluno(a): **Matheus Gomes Lima**, sob o título: **"O futuro do pretérito do desenvolvimento urbano: um estudo sobre os impactos do Comperj e da Cidade da Pesca em Itaoca, São Gonçalo"**. Requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Cultura e Territorialidades, área de concentração em Cultura e Territorialidades. Aberta a sessão pública, o(a) candidato(a) teve a oportunidade de expor o trabalho. Em seguida, o(a) candidato(a) foi arguido oralmente pelos membros da Banca, que, após deliberação, decidiu pela:

- Aprovação.
- Aprovação "com restrições"; "com exigências"; "com sugestões da banca"; "condicionada" (vide verso).
- Reprovação.

Nos termos do Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação desta Universidade, foi lavrada a presente ata, lida e julgada, conforme vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Banca Examinadora:

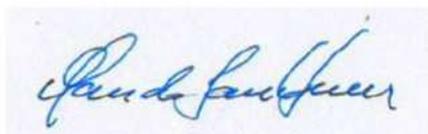
JOAO LUIZ PEREIRA  
 DOMINGUES  
 joaodomingues@id.uff.br:0880  
 0893775

Assinado de forma digital por JOAO  
 LUIZ PEREIRA DOMINGUES  
 joaodomingues@id.uff.br:08800893775  
 Dados: 2021.10.29 12:10:56 -03'00'

Prof. Dr. João Luiz Pereira Domingues - (Orientador - Presidente da Banca)  
 (UFF e PPCULT)



Prof. Dr. Luiz Augusto Fernandes Rodrigues  
 (UFF e PPCULT)



Prof. Dr. Orlando Alves dos Santos Junior  
 (UFRJ)

Obs.1 : esta ata constitui exclusivamente um comprovante de defesa de dissertação, requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Cultura e Territorialidades pela Universidade Federal Fluminense, não substituindo, como documento oficial, a declaração de conclusão de Mestrado dada pela Secretaria do PPCULT somente após o cumprimento de todos os demais requisitos e entrega, em até 60 dias após a defesa, de duas cópias impressas e uma em CD dentro das especificidades formais indicadas pela Secretaria.

Obs. 2: justifica-se a participação remota de três membros na banca referente ao artigo 2.º da Portaria n.º 36 de 19 de março de 2020 da CAPES: "Art.2.º A suspensão de que trata esta Portaria não afasta a possibilidade de defesas de tese utilizando tecnologias de comunicação à distância, quando admissíveis pelo programa de pós-graduação stricto sensu, nos termos da regulamentação do Ministério da Educação".

## AGRADECIMENTOS

Primeira e eternamente, à minha mãe e meu pai, Denise e Ari. Aqueles que estiveram comigo desde sempre e permanecerão comigo pra sempre, enquanto durar o meu tempo aqui. Aqueles que acreditam em mim incondicionalmente e que me ensinaram um pouco de tudo o que sei, porque até naquilo em que eles também não sabiam, me deram as condições necessárias para investigar, aprender e me encantar.

À turma de PPCULT de 2020, que me abraçou tão carinhosa e intensamente. Uma turma que chegou no mesmo momento que a pandemia da Covid-19, e que, juntas e juntos, conseguimos ir costurando e achando os fazeres possíveis. Com um único encontro presencial e dezenas de chamadas por vídeo, fomos nos acolhendo, nos ouvindo, desabafando, descobrindo, lendo, discutindo e nos emocionando com um novo mundo e novas cosmovisões. Com elas e eles, pude perceber a potencialidade de aprender em coletivo, de se emocionar em um ambiente como a academia e de segurar a mão em momentos de incerteza.

À minha orientadora, Ana Enne, a qual já admirava de outros tempos, mas que tive o privilégio de ter um encontro de vida. Minha maior inspiração como educadora e uma professora generosa, que, quando entra em uma sala de aula, transforma o ambiente em algo de mágico e espetaculoso, e quase como em um transe que só a troca de saberes e de tamanha entrega pode realizar, é capaz de impactar a vida de todas e todos ali. Mas, em especial, agradeço à amiga, conselheira e confidente que levarei sempre comigo.

Aos meus amigos e amigas, que me apoiaram, mesmo sem saber o tamanho da sua importância neste processo, em alguns momentos de excitação e dúvida. Em especial ao Raphael, parceiro de vida, que, durante o isolamento social, escutou atento e vibrou a cada nova descoberta do mestrado.

À Marielle, que mudou a minha vida no instante em que nos encontramos e que cada vez mais foi intensamente me guiando pelos caminhos. Esta dissertação é toda em agradecimento à Mari. A sua presença na minha vida é o mais nítido que consigo perceber de como espiralar o tempo: hoje, quando penso no futuro, penso a partir da experiência do que construímos no passado, enquanto me constituo no presente.

À família da Mari e à toda equipe do Instituto Marielle Franco, que me acolheu, acreditou e confiou em mim. Mesmo em períodos turbulentos, foi lugar de aprendizado e crescimento. Juntas e juntos, colocamos no mundo coisas grandiosas, tecemos memória e tentamos recontar a história, como uma maneira de adiar o fim do mundo e construir novos futuros possíveis.

À encruzilhada que é a vida, que nos joga para um lado e para o outro ao mesmo tempo, que cruza caminhos para sempre apresentar um outro que está por vir.

Ao tempo, do qual, desde pequena, sempre tive tanto medo que ele passasse, mas que, aos poucos, venho transformando e ressignificando a nossa relação, sobretudo a partir do lugar da memória. A memória é o que dá sentido ao viver e para ter memória é preciso deixar o tempo correr. Mas o tempo próprio do tempo não é sempre como queremos. Assim como a vida, em Guimarães Rosa (1956), o tempo próprio do tempo esquentava e esfriava, apertava e daí afrouxava, sossejava e depois desinquieta. É preciso ter calma e coragem para conseguir ver distante. É preciso se libertar da ansiedade que rege o tempo linear daquilo que se deveria ser ou fazer, e deixar chegar o que realmente se quer, o que deseja. E o desejo é o movimento da memória.

“As rosas da resistência nascem do asfalto.

A gente recebe rosas, mas vamos estar com o punho cerrado  
falando do nosso lugar de existência  
contra os mandos e desmandos que afetam nossas vidas.”

*Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro, em 8/03/2018, ao receber flores de um homem no plenário da Câmara Municipal do Rio, enquanto fazia um pronunciamento sobre o Dia Internacional das Mulheres*

## RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo compreender como a memória de Marielle, por meio da Agenda Marielle Franco, pode ser uma ferramenta para contribuir para novos tipos de representação política e pautar compromissos políticos para a justiça social, econômica, racial e de gênero; assim como entender o fenômeno da renovação política que elabora o futuro a partir do passado, da ancestralidade e do legado de Marielle. Portanto, a pesquisa irá se debruçar sobre a formulação da Agenda Marielle Franco de 2020 e 2022, analisar a atuação legislativa das mulheres negras parlamentares comprometidas com a Agenda Marielle Franco 2020 nas casas municipais e os enfrentados, e abordar teorias sobre memória, legado, representação política, trauma, tempo espiralar e conceitos epistemológicos africanos e indígenas. A memória, o testemunho e o afeto são recursos metodológicos presentes em toda a pesquisa.

**Palavras-chave:** Memória, legado, política, Marielle, Agenda Marielle Franco

## ABSTRACT

This dissertation aims to understand how the memory of Marielle, through the Marielle Franco Agenda, can be a tool to contribute to new types of political representation and to guide political commitments for social, economic, racial and gender justice; as well as understanding the phenomenon of political renewal that elaborates the future from Marielle's past, ancestry and legacy. Therefore, the research will focus on the formulation of the Marielle Franco Agenda for 2020 and 2022, analyze the legislative performance of black women parliamentarians committed to the Marielle Franco Agenda 2020 in municipal houses and those faced, and address theories about memory, legacy, representation politics, trauma, spiraling time, and African and indigenous epistemological concepts. Memory, testimony and affection are methodological resources present throughout the research.

**Keywords:** Memory, legacy, politics, Marielle, Marielle Franco Agenda

## SUMÁRIO

<b>1. AGOSTO 2022: INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
1.1 Contexto e justificativa	7
1.2 Objetivos	11
1.3 Metodologia	11
1.4 Estrutura da pesquisa	12
<b>2. 14 DE MARÇO DE 2018: O fenômeno Marielle Franco, memória e o testemunho..</b>	<b>15</b>
<b>3. FEVEREIRO DE 2020: Lançamento do Instituto Marielle Franco, política da memória e memória como política</b>	<b>30</b>
<b>4. AGOSTO DE 2020: Agenda Marielle Franco 2020, legado e o tempo espiralar</b>	<b>37</b>
<b>5. AGOSTO DE 2020: Agenda Marielle Franco 2020, legado e o tempo espiralar</b>	<b>69</b>
<b>6. MARÇO DE 2021: Ação Plantando Sementes, o primeiro pacote legislativo da Agenda e aplicação prática do legado de Marielle o tempo espiralar.....</b>	<b>76</b>
<b>7. DEZEMBRO DE 2021 - Análise do primeiro ano de atuação legislativa das parlamentares da Agenda Marielle Franco.....</b>	<b>90</b>
<b>8. AGOSTO DE 2022 - Agenda Marielle Franco 2022.....</b>	<b>109</b>
<b>9. JANEIRO DE 2023/ OUTUBRO DE 2016 - Considerações Finais.....</b>	<b>122</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>128</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>133</b>

## 1. AGOSTO DE 2022 - Introdução

Como definir o tempo de uma memória? Se a memória é algo que nos faz contar nossa história e nos dá a possibilidade de narrar, é possível capturar o momento ou a forma como uma memória se torna coletiva? Estamos aptos a registrar de que maneira a memória que surge a partir de gestos de resistência e de sobrevivência é fonte de criação, de construção de relações e de invenção de novos futuros?

Conheci Marielle Franco em 2015. Ela era coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da ALERJ. Naquele dia, olhei para aquela mulher alta, de voz firme, segura, invencível. Admirei seu pensamento ágil, inteligente e não pude deixar de reparar uma das suas principais marcas, que ficaria na minha memória para sempre: na mão, cada unha era de uma cor. Mais tarde, descobriria que essa lembrança não seria só minha. No ano seguinte, a gente iniciava uma das grandes aventuras que compartilhamos juntas: Marielle juntou as mulheres que eram assessoras do então Deputado Estadual Marcelo Freixo e compartilhou conosco a sua vontade de vir como vereadora. As suas reuniões abertas de campanha reuniam pessoas que estavam há anos sem se envolver em disputas eleitorais, pessoas de movimentos sociais, de partido, de vários lugares e atuações. Marielle era do encontro, da encruzilhada. Na vida, conheci poucas pessoas com a capacidade de reunir tantos grupos diferentes como ela. Ela dialogava, fazia pontes e juntava pessoas que não trocavam nem uma palavra. Quem talvez não a conhecesse de perto, não poderia supor o tamanho dessa sua habilidade. Mas foi em uma das reuniões da campanha que ouvi talvez a sua melhor descrição. Um amigo e colega do partido compartilhou sua primeira memória com ela: "quando conheci Marielle, ela chegou preenchendo o espaço, olhei pra ela e me perguntei: quem era aquela filha de Iansã?".

No mesmo ano, em 2016, a mesma mulher que se tornaria a quinta vereadora mais votada da Câmara Municipal do Rio de Janeiro estava comigo colando lambes pelos bairros da cidade contra o então candidato à Prefeitura Pedro Paulo<sup>1</sup>. Mas a maior - e, dolorosamente, última - aventura que compartilhamos foi o seu mandato. Mesmo se tentasse com muito afínco, não conseguiria descrever o que era o nosso gabinete. As cores, a pluralidade de pessoas, as vozes altas, as diferenças, as tantas conquistas com as quais vibramos juntas e juntos, as derrotas acerca das quais nos confortamos uns nos outros, e os erros, que, sim, ocorreram, como em qualquer lugar, mas com os quais aprendemos tanto.

---

<sup>1</sup> Pedro Paulo foi candidato à Prefeitura do Rio de Janeiro pelo PMDB e foi acusado de ter agredido mais de uma vez a ex-mulher. Fonte: G1. Pedro Paulo agrediu a ex mais de uma vez, indica boletim de ocorrência. G1 Rio, 12/11/2015. Disponível em <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/11/secretario-pedro-paulo-agrediu-ex-mulher-mais-de-uma-vez.html>>. Acesso em 28 de agosto de 2021.

Após quatro anos daquele mandato, sempre quando quero me sentir mais próxima, acesso minha memória. Lembro quando ela entrava no gabinete, voltando do plenário ou de alguma agenda externa, falando alto, roubando a comida de todo mundo, dando o seu famoso *pescotapa*. Lembro de como ela podia ser firme e ao mesmo tempo preocupada com cada pessoa. Lembro do seu abraço forte e da sua chamada de atenção "ê juventude!". Lembro daquela capinha de celular com a qual eu implicava, lembro das caronas até em casa e das conversas no carro. Como assessora de comunicação, que escrevia em todas as suas redes, a seguia para fazer *lives*, filmar e tirar foto, lembro de tentar fazer com que ela não postasse mais tantas montagens no feed do *Instagram* ou não postasse com a fonte *comic sans* nos *stories*. Hoje, essas pequenas lembranças geram aquele sorriso de canto de boca, que nos fazem querer rir, ao mesmo tempo em que a lágrima mareia meu olho.

Queria poder dizer que eles nos tiraram tanto, que nos tiraram até o medo. Mas não é verdade, ainda há medo, sim. Basta olhar para o que estão sofrendo nossas mulheres, em especial negras e transexuais, na política hoje. Mas confesso que, dentre tantos, o medo que talvez cale mais fundo é o de esquecer e o do esquecimento: é o de que a minha memória dessas pequenas coisas, da sua voz, dos detalhes vá se esvaindo; é o medo de que as pautas as quais ela defendia, o seu discurso e tudo o que ela representava vão sendo substituídas por apenas uma imagem sem história, sem memória.

Talvez por isso escrevo esta pesquisa. Porque como disse Beatriz Sarlo (2007), a lembrança é soberana e incontrolável, porque, assim como o cheiro, acomete, até mesmo quando não é convocada - ao mesmo tempo em que obriga a uma perseguição, pois nunca está completa. Assim, o passado se faz no agora, já que o tempo próprio da lembrança é o presente. Por que como disse Conceição Evaristo (2017), para lidar com uma memória ora viva, ora esfalçada, fui para o exercício da escrita pelos becos da memória. Porque, como Anzaldúa (2000) já profetizou em sua carta, a escrita nos salva da complacência que nos amedronta. Porque, como ela segue, devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma. "Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo" (ANZALDUA, 2000, p. 232). Ou porque como Isak Dinesen disse e Hannah Arendt eternizou: "As penas, sejam elas quais forem, tornam-se suportáveis se as narrarmos ou fizermos delas uma história." (ARENDR, 1994, p. 230)

Essa pesquisa vem sendo pensada desde 2017 e já mudou algumas vezes. No mandato da Mari nós já conversávamos junto à equipe sobre uma representação mais diversa e sobre renovação política, mas não qualquer tipo de renovação. Sempre falávamos como

representatividade sem agenda, sem pautas que estejam conectadas às pautas dos movimentos sociais, não nos servia. Logo após a sua morte, quis me debruçar sobre o fenômeno que Marielle gerou e o seu legado político no que tange a maior entrada de mulheres negras, periféricas e LGBTQIA+ na política institucional. Foquei meu estudo sobre as sementes de Marielle, estipulando um recorte na casa legislativa que Marielle atuou enquanto vereadora, a Câmara Municipal do Rio De Janeiro. Mas quanto mais pesquisava sobre as sementes de Marielle, mais entendia que o seu legado transbordava as noções mais superficiais, essencialistas e individuais de representação. Na verdade, foi consolidando a noção de que o sentir-se e ver-se semente de Marielle estava relacionado com o seu legado vivo. E, ao olhar este legado, fui percebendo que a renovação política que buscava tipos de justiça e reparação estava conectada ao campo da memória. As sementes de Marielle assim poderiam se chamar não apenas por se inspirarem em um símbolo, mas porque a sua memória e de tudo que Marielle construiu pôde ser registrado, acessado e transbordado - e a sua materialização na Agenda Marielle Franco, elaborada por nós, no Instituto Marielle Franco, contribuiu para isso.<sup>2</sup>

É difícil definir quando de fato se forma uma decisão, mas acredito que um estalo importante para essa dissertação veio na viagem que fiz em março deste ano para Colômbia, em que, junto com a equipe do Instituto, fui para o encerramento da campanha de Francia Márquez, que estava se candidatando na época como a primeira mulher negra candidata à presidência do país nas prévias, teve uma votação expressiva, e depois disputou na chapa da esquerda como vice, tornando-se a primeira vice-presidenta negra do país, que tomou posse em 7 de agosto<sup>3</sup>.

No evento de encerramento em março em Bogotá, ouvi atentamente por mais de uma hora o seu longo discurso, tão cheio de vida, de história, de trajetória, de legado dos movimentos sociais, da luta na defesa pela terra e pelos direitos humanos, pelo fim do neoliberalismo. Fiquei refletindo como a representação política de Francia era forte porque a sua agenda era uma agenda revolucionária, uma agenda de quem tem muita estrada, muita experiência e vivência, uma agenda coletiva. Francia convidou Anielle Franco, diretora do Instituto Marielle Franco, e a comitiva de movimentos negros brasileiros que estava presente

---

<sup>2</sup> No decorrer desta dissertação, apresentaremos, com detalhes, tanto o Instituto quanto a Agenda Marielle Franco.

<sup>3</sup> PINA, Rute. Quem é Francia Márquez, eleita primeira vice-presidente negra da Colômbia. UNIVERSA UOL, 19 de junho de 2022. Disponível em: <.. - Veja mais em <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2022/06/19/quem-e-francia-marquez-eleita-primeira-vice-presidente-negra-da-colombia.htm?cmpid=copiaecola>> Acesso em 6 de agosto de 2022.

para subir ao palco. Francia saudou Marielle, falou sobre a sua política da vida, reverenciou as que vieram antes, lembrou dos compromissos políticos e falou do modo de fazer política que seria outro. Saí de lá com o peito cheio, com o coração vibrando. Presenciava ali uma memória viva, pulsante, a serviço de uma construção futura. Estava sentindo toda essa emoção, mas ainda não sabia nomeá-la.



Figura 1 - Evento de encerramento da campanha de Francia Márquez à presidência da Colômbia durante as prévias, em Bogotá. Fonte: Reprodução/Instagram Luna Costa

Nos dias que se seguiram, ainda com esse momento emocionante na cabeça e com a mente borbulhando, fizemos um passeio de bicicleta guiado por Bogotá - ouvindo e aprendendo a história do país. Paramos no Centro de Memória, Paz e Reconciliação, e, de repente, avistei na sua lateral um muro lindo e colorido. No instante em que vi a frase que estava escrita neste mural, em um mosaico de azulejos coloridos, vivos e intensos, fiquei radiante. Fui correndo pedir para tirar foto. Parecia daquelas coincidências e encontros que o universo coloca na nossa frente pra não termos dúvidas. Ali, tudo fez sentido. E foi essa frase, montada em azulejos coloridos, que passou a ser o título desta pesquisa.



Figura 2 - Muro do Centro Memória, Paz e Reconciliação em Bogotá, Colômbia. Fonte: Reprodução/Instagram Luna Costa

O processo de multiplicação do legado de Marielle, enquanto fenômeno coletivo e frequentemente atualizado, diz respeito ao uso da memória como ancoragem para novos futuros. Como disse Cidinha da Silva em *Insumos Para A Ancoragem de Memória Negra* (2022), se trata do movimento de lançar âncora que faz com que o barco se mantenha firme, estável e seguro, para que assim tomemos fôlego e, quando quisermos soltá-la para que o barco retome a navegação, será necessário empregar mais força e revolver a areia no fundo da água onde a ancestralidade repousa. A retomada da navegação, após um crime político e de um luto coletivo, é dura, mas nos ajuda a ter o movimento necessário para desbravar novos caminhos, isto é, semear novos futuros. Graças ao trabalho de memória, completado pelo de luto, cada um de nós tem o dever não apenas de não esquecer, mas de dizer o passado. (RICOEUR, 2007).

Escrevo também esta pesquisa porque quero agradecer a Marielle. Em vida, Mari me fez viver momentos engrandecedores, e hoje, me faz ter memórias que constituem quem eu sou. Nós duas, que sempre pensamos tanto no futuro juntas, há 4 anos me vi pensando tanto no nosso passado. Hoje, há dois anos no mestrado do Programa do Mestrado de Cultura e Territorialidades pela Universidade Federal Fluminense, entendo que uma coisa só é possível

porque existe a outra e que o tempo espiralar rege os nossos caminhos. Como disse Emicida na música [É tudo pra ontem](#): viver é partir, voltar e repartir.



Figura 3 - Marielle segurando os leques da ação *Não é Não* feita pela Comissão da Mulher da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, durante o Carnaval de 2018. No detalhe, as unhas coloridas.

Fonte: Reprodução/Instagram Marielle Franco



marielle\_franco  
Maré, Rio de Janeiro



♡ 💬 📌

🔖

👤 Liked by duar\_gi and others

marielle\_franco Vai ter cores sim!  
#Marielle50777 #EuSouPorqueNósSomos  
#Freixo50  
#ACidadeVaiSerNossa

Figura 4 - Marielle mostrando as unhas coloridas com o número da sua candidatura para vereadora pelo PSOL-RJ, o conhecido e musicado 50777. Fonte: Reprodução/Instagram Marielle Franco

### **1.1. Contexto e justificativa**

O fenômeno Marielle Franco - sua eleição como vereadora do Rio de Janeiro em 2016 e o movimento exponenciado pelo seu assassinato, em março de 2018, de maior ocupação na política por parte de mulheres, pessoas negras, LGBTQIA+ e periféricas - evidenciou a necessidade de uma representação política diversa, que represente de fato a maioria da população. Em especial, o protagonismo das mulheres negras candidatas se tornou maior nas eleições que se seguiram após a sua execução, em 2018 e 2020. Como disse Vilma Reis<sup>4</sup>, a imagem de Marielle fomentou uma maré negra feminista e ampliou um debate sobre a importância do papel da representação para grupos políticos diversos, em especial das mulheres negras.

O nome de Marielle foi evocado inúmeras vezes por pessoas de diferentes grupos, identidades e posições políticas. Em muito pouco tempo, Marielle se tornou um símbolo. Conforme aponta José Fernando Azevedo (2018), no processo de um corpo tornar-se um símbolo, ele se torna primeiramente uma imagem, e a sua imagem, portadora de significado e presença, se torna um emblema. Muitas pessoas, enlutadas e em situação de trauma coletivo, produziram narrativas e contaram, em diferentes linguagens, a sua história e a sua memória. Por outro lado, tiveram pessoas, estimuladas por grupos políticos ultraconservadores e fascistas, que disseminaram desinformação e discursos de ódio. E ainda havia aquelas que conheciam o seu rosto, o seu nome ou até a história do seu assassinato, mas não sabiam quem havia sido Marielle, o que ela defendia e como havia sido a sua atuação.

Em 2020, teve a primeira eleição municipal após o assassinato de Marielle, ano em que ela estaria completando o seu primeiro mandato e provavelmente se reelegendo. A narrativa sobre um novo tipo de representação esteve muito presente, sobretudo nas candidaturas para os cargos legislativos, reivindicando que mais corpos diversos ocupassem a política. Vimos um aumento ainda maior de candidaturas de mulheres negras, pessoas periféricas e LGBTQIAI<sup>5</sup> e um número inédito de candidaturas coletivas<sup>6</sup>. Mulheres negras,

---

<sup>4</sup> MENA, Fernanda. Não dá para o PT voltar sem repartir o poder com mulheres negras, diz socióloga. Folha de São Paulo, 14 de março 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/nao-da-para-o-pt-voltar-sem-repartir-o-poder-com-mulheres-negras-diz-sociologa.shtml>> Acesso em 6 de agosto de 2021.

ativistas e defensoras de direitos humanos assumiram um grande protagonismo nas disputas eleitorais, tanto numericamente quanto simbolicamente, e tiveram em Marielle uma grande inspiração e motivação política para se candidatar. Estas mulheres que colocaram seus corpos à disposição para a política foram chamadas de “sementes de Marielle”<sup>7</sup>.

Neste contexto, havia uma tarefa histórica de conseguir tangibilizar e multiplicar o legado político de Marielle e consolidar a sua memória. Diante disso e partindo "Do falar Marielle ao fazer Marielle", o Instituto Marielle Franco - criado pela família e o qual ajudo a construir desde o princípio em 2020 - elaborou a Agenda Marielle Franco, um conjunto de práticas e políticas a partir da sistematização da sua atuação como vereadora. Foi um mergulho profundo, no qual analisamos a produção legislativa da *mandata*; assistimos suas falas no plenário; realizamos entrevistas com ex-assessoras; e estudamos a produção e as justificativas de projetos de lei apresentados.

Com isso, sistematizamos em sete pautas prioritárias, com viés antirracista, feminista, LGBTQIA+ e popular, a sua forma de fazer política. A agenda estava aberta para todas as candidaturas das eleições municipais daquele ano, entendendo que levar adiante o legado e a memória de Marielle é uma tarefa coletiva. A proposta principal da Agenda é reforçar que fazer política deve ir além da proposição de projetos de lei, sendo principalmente uma prática diária. Além de defender e multiplicar o seu legado, o objetivo da Agenda também é trabalhar para que mais mulheres negras comprometidas com as demandas históricas de movimentos ocupem cargos políticos e que as demais candidaturas se comprometam em implementar políticas públicas que de fato promovam a igualdade e a justiça econômica, social, ambiental, de raça e gênero. Com isso, trabalhar uma renovação política, que surja a partir da memória e do legado, para construir um futuro melhor de se viver para todas e todos.

Foram mais de 750 candidaturas comprometidas, 81 parlamentares eleitas em 54 municípios do Brasil Destas, sendo que 42 são mulheres negras. Foram também mais de 100 organizações e 3.000 pessoas inscritas para defender a Agenda, para poder cobrar e monitorar que as candidaturas seguissem a Agenda Marielle. A Agenda se mostrou uma importante

---

<sup>5</sup> BRUNO, Maria; FERRARI, Marília; MARTINS, Flávia. Eleições 2020: número de candidatas tem aumento tímido, mas candidaturas negras são maioria. *Gênero e Número*, 27/09/2020. Disponível em: <<http://www.generonumero.media/eleicoes-2020-candidaturas-negras-maioria/>>. Acesso em 6 de agosto de 2021.

<sup>6</sup> ARCANJO, Daniela; TAVARES, Joelmir. Sem regra legal, candidaturas coletivas se espalham e viram opção da esquerda à direita. *Folha de São Paulo*, 27/07/2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/07/sem-regra-legal-candidaturas-coletivas-se-espalham-e-viram-opcao-da-esquerda-a-direita.shtml>> Acesso em 6 de agosto de 2021.

<sup>7</sup> Redação. Marielle, semente! Mulheres negras eleitas provam que luta da vereadora não foi em vão. *Hypeness*. Disponível em <<https://www.hypeness.com.br/2018/10/marielle-semente-mulheres-negras-eleitas-provam-que-luta-da-vereadora-nao-foi-em-vao/>> Acesso em 6 de agosto de 2021.

ferramenta política de legitimidade, visibilidade, horizonte programático e práxis política. No primeiro ano de legislatura das eleitas da Agenda Marielle Franco, em março de 2021, realizamos o Plantando Sementes, uma ação coordenada com 70 parlamentares de 45 cidades do país que apresentou o primeiro pacote legislativo da Agenda. Foram protocolados os 12 projetos de lei de Marielle como vereadora na cidade do Rio de Janeiro e mais um projeto que institui o 14 de Março como o Dia Marielle Franco de Enfrentamento à Violência Política contra mulheres negras, LGBTQIA+ e Periféricas. O Instituto Marielle Franco, desde então, realiza um monitoramento constante da atuação das parlamentares comprometidas com a Agenda e apoia também em casos de violência política sofrida por essas parlamentares.

Neste ano, em agosto de 2022, de forma concomitante ao fechamento desta pesquisa, o Instituto lançou a versão atualizada da Agenda Marielle para essas eleições estaduais e federais. Passados quatro anos do seu assassinato ainda sem respostas, há uma necessidade urgente de reconstrução do país. Por meio de uma ampla consulta popular com cerca de 100 organizações e movimentos, a Agenda consolidou-se como uma construção coletiva, seguindo o modo de fazer de Marielle, e trouxe compromissos políticos-programáticos para as legislaturas de 2023. Em um ano eleitoral tão violento, no qual fazer política e defender a democracia significa um risco concreto à vida, e a desesperança assola tantos eleitores, reafirmar os princípios e as práticas políticas de Marielle é urgente e essencial. Como declara-se na Agenda 2022, com esse documento queremos reafirmar prioridades e "qualificar o significado da memória e legado de Marielle e do seu fazer político, expandindo-o para o poder legislativo estadual: um lugar que Marielle não ocupou fisicamente, mas que nos inspira a alcançar, comprometidas com uma transformação radical da sociedade brasileira." (FRANCO, 2022, p. 8).

Hoje, Marielle não é um só um contraponto ao fascismo e ao atual desgoverno porque, dentre muitas más explicações, seu assassinato leva às relações excusas com pessoas relacionadas ao presidente e à sua família. Nem só porque ela se tornou um símbolo representativo de grupos politicamente minorizados, contra o qual o atual Governo destila ódio frequentemente - Marielle inclusive já foi alvo de ataques deste grupo político. Mas também, e talvez precisamente, porque seu legado, a sua prática política e a sua agenda estão na contramão da agenda de retrocesso, de fome, de escassez e precariedade da vida. Porque a sua memória e o seu legado estimulam uma política que representa tudo o que eles negam, simboliza um movimento de resistência e avanço de mulheres em toda sua diversidade, de pessoas negras, população quilombola, indígena e periférica.

A presente pesquisa parte então da hipótese que a memória e o legado de Marielle são ferramentas para um novo tipo de representação política, que ao contarem a sua história e replicarem o seu fazer político, podem construir novas narrativas e outros futuros possíveis. Ao fazer isso, como afirma Ana Flávia Magalhães Pinto (2021), estamos quebrando com o silenciamento e o apagamento histórico de corpos negros, e decidindo, em um ato político, o que é História, que se opera a partir de políticas de memória.

Ao entrarem na política seguindo o legado de Marielle, por meio da Agenda Marielle Franco, e de outras mulheres negras, estas mulheres habitam um lugar de fronteira, como aponta Anzaldúa (2005): elas trazem consigo a sua ancestralidade - conjugando passado, presente e futuro, carregam um legado e pautas históricas de movimentos sociais, ao mesmo tempo em que precisam dialogar e negociar com a institucionalidade. Estar neste lugar não se trata de uma fusão, mas sim de romper o binário e habitar as ambiguidades (ANZALDÚA, 2005), conjugar opostos e coexistir na diferença (CUSICANQUI, 2019). Se trata de fazer a sua política no encontro - de experiência, de corpos, de pautas, de passado e futuro -, de fazer a política da encruzilhada (MARTINS, 2002), como lugar da criatividade, da comunicação, da ponte com outros tempos e outros lugares. Trazendo o novo que tem como fonte o passado, conjugando os opostos, elas criam um terceiro lugar, que não é nem mais a sua luta como movimento social e sociedade civil, nem mais a institucionalidade como estava antes. Rompendo com o binário, com o tempo linear e encruzilhando, elas avançam contra a hegemonia colonial e mostram a potência da sua radical imaginação política e o caminho para chegarmos no mundo do ainda-não-existente, do Bem-Viver, na terceira margem (ANZALDÚA, 2005). Esse tipo de fazer político é regido pelo tempo espiralar, porque é no presente que a memória se forma, o passado é fonte de sabedoria e conhecimento, sempre a serviço do futuro.

A intenção não é cristalizar a imagem de Marielle tampouco destas mulheres negras ativistas e parlamentares. As armadilhas da lógica colonial estão presentes em toda parte e não vamos cair em uma ideia essencialista de figuras individuais, assim como é a sua concepção binária. Tampouco quero estimular a ideia individualista, própria do neoliberalismo, de histórias únicas, como nos alerta Chimamanda Adichie (2019). Mas, sim, registrar um processo coletivo histórico que o movimento de mulheres negras tem construído de acesso a espaços de poder historicamente excludentes, não só ressignificando noções de sujeito, como também reconfigurando estruturas opressivas de gênero, raça e classe.

## **1.2. Objetivos**

Os objetivos compreendidos na presente pesquisa são compreender como a memória de Marielle, por meio da Agenda Marielle Franco, pode ser uma ferramenta política para contribuir para novos tipos de representação política e pautar compromissos políticos para a justiça social, econômica, racial e de gênero; assim como entender o fenômeno da renovação política que elabora o futuro a partir do passado, da ancestralidade e do legado de Marielle; bem como compreender como é a tentativa de materialização de um legado político; e de que forma é possível transformar esse legado em prática.

A pesquisa parte do entendimento que a memória e o legado são fenômenos complexos e impossíveis de serem traduzidos, capturados e até materializados por completo e em todas suas dimensões. São também conceitos que podem ter leituras e aplicabilidade em contextos diversos. O atravessamento da memória nesta pesquisa está relacionado ao lugar de novos tipos de representação política, contrapondo uma visão de mundo colonial, eurocêntrica e moderna do tempo linear, e evocando, por meio de um tempo espiralar, cosmovisões e epistemologias africanas e ameríndias.

## **1.3. Metodologia**

Como metodologia, a pesquisa irá se debruçar sobre a Agenda Marielle Franco, como a tentativa de materialização do legado de Marielle na política, iniciando pelo estudo do conteúdo da Agenda em 2020, sua contextualização, objetivos e metodologia, e conectando a teorias que falam sobre a memória e o tempo espiralar em cosmovisões africana e indígenas. Também serão analisadas as práticas políticas listadas na Agenda 2020, que são similares às práticas abordadas na Agenda de 2022. As pautas programáticas da Agenda 2020 e 2022 também serão analisadas para entendermos como elas abordam uma perspectiva interseccional inspirada no legado de Marielle.

Será feito também um mapeamento, uma análise quantitativa e qualitativa da atuação das mulheres negras parlamentares comprometidas com a Agenda Marielle Franco 2020 nas casas municipais, observando, por meio de levantamento e entrevista com as vereadoras: a implementação dos projetos de lei do primeiro pacote legislativo da Agenda e os desafios enfrentados no seu trâmite; as audiências públicas produzidas no primeiro ano de mandato em 2021; os desafios gerais e as violências políticas sofridas por elas; e como elas produzem narrativa sobre si mesmas nesse espaço em que hibridizam e habitam em fronteira. A partir

disso, o intuito é perceber como a Agenda se manifesta enquanto ferramenta de impulsionamento e fortalecimento para mulheres negras e seus mandatos.

Pretende-se também usar fontes diversas, como matérias jornalísticas, discursos de Marielle e das parlamentares, *posts* em redes sociais, músicas etc. Ao longo da escrita serão incluídas imagens e vídeos como forma de ilustrar e dialogar com o conteúdo apresentado. Serão abordadas questões teóricas relacionadas à representação política, memória, tempo, testemunho histórico, estudos culturais, estudos decoloniais e epistemes ameríndias e africanas. A memória, o testemunho e o afeto serão recursos metodológicos que irão percorrer toda a pesquisa, fazendo com que as lembranças brotem no tempo do agora, de forma a mostrar que passado e futuro estão diretamente conectados, e que é a memória e o legado, enquanto formadores de narrativa históricas, que são as sementes para construir novos futuros.

#### **1.4. Estrutura da pesquisa**

Seguindo a ideia de tempo espiralar e brincando com o signo de agenda, a pesquisa terá pequenos capítulos divididos por datas, que são lembranças e marcos de memória individual e coletiva. As datas não seguem uma cronologia linear e vão indo e voltando, se espiralando, porque estão todas sendo elaboradas no tempo do agora. São marcos de um testemunho, lembranças afetivas.

No primeiro capítulo, na introdução, partindo da data do encerramento desta pesquisa em agosto de 2022, iremos fazer uma breve apresentação da dissertação, mostrando como ela vai se estruturar, a partir de qual metodologia, autoras e contexto ela nasce, e o que me motivou a escrevê-la. O segundo capítulo parte da data do dia em que Marielle foi assassinada, se chamando "14 DE MARÇO DE 2018: O fenômeno Marielle Franco, memória e o testemunho", onde será resgatada a memória de Marielle enquanto parlamentar, o seu assassinato e o luto coletivo que se gerou a partir disso, assim como a memória e o testemunho surgiram como forma de narrar o trauma e dizer o indizível. Serão articuladas teorias sobre memória e testemunho a partir de autores como Bianca Santana, Márcio Seligmann-Silva, Ecléa Bosi, Maurice Halbwachs, Paul Ricoeur, Michael Pollak, Jeanne Marie Gagnebin e José Fernando Azevedo. E traremos exemplos de expressões de diferentes linguagens e ações em defesa da memória de Marielle, como maneiras de consolidar a memória coletiva e digerir esse trauma.

No segundo capítulo, que parte da data de lançamento do Instituto, chamado de "FEVEREIRO DE 2020: Lançamento do Instituto Marielle Franco, política da memória e memória como política", será lembrado como surge o Instituto, fundado pela família, minha contribuição para a sua construção, os seus objetivos em relação à defesa da memória, multiplicação do legado e fortalecimento das sementes, bem como serão apresentadas referências teóricas que conectam memória como política, apagamentos e silenciamentos históricos, e construção de novas narrativas para a construção de um futuro mais justo. Estarão presentes autores como Sueli Carneiro, Ana Flávia Magalhães, Ecléa Bosi, Lélia Gonzalez, Wanderson Nascimento, Tiganá Santos, Eduardo Oliveira, Fabiana Cozza, Nilda de Carvalho Mota e Beatriz Sarlo.

No terceiro capítulo, que parte da elaboração da primeira versão da Agenda, que será "AGOSTO DE 2020: Agenda Marielle Franco 2020, legado e o tempo espiralar", iremos delinear como a Agenda foi construída, quais seus objetivos, sua metodologia e como ela se apresenta, mostrando como ela parte da ideia de legado e memória para impulsionar um tipo de renovação política - a partir e com ponto de chegada nas mulheres negras - visando a construção de outros futuros. Junto a isso, serão apresentadas teorias relacionadas à representação política, legado e tempo espiralar, com Lélia Gonzalez, Grada Kilomba, Sueli Carneiro, Rosane Borges, Andreia da Costa, Bianca Santana, Muniz Sodré, Michael Pollak, Leda Martins, Silvia Cusicanqui, Eduardo Oliveira e Walter Benjamin. Também dissecaremos as práticas e políticas da Agenda uma a uma, demonstrando os seus contornos interseccionais e a sua fonte de formulação na memória.

O capítulo seguinte parte da data em que se efetuaram as eleições municipais de 2020 que será "NOVEMBRO DE 2020: Agenda Marielle Franco como ferramenta e as parlamentares eleitas", onde abordaremos a repercussão da Agenda como ferramenta política, de visibilidade e legitimidade, estudando o engajamento e a produção de conteúdo das candidaturas e parlamentares que se comprometeram. Já no outro capítulo, "MARÇO DE 2021: Ação Plantando Sementes, o primeiro pacote legislativo da Agenda e aplicação prática do legado de Marielle", serão apresentados os projetos de lei que fizeram parte deste pacote, as narrativas que tiveram em torno desta ação. Outrossim iremos refletir sobre o modo de fazer política das mulheres negras que entram na política institucional e defendem o legado de Marielle, trazendo referências sobre Encruzilhada e tempo Espiral com Leda Martins, sobre consciência *mestiza* e fronteira em Gloria Anzaldúa e sobre como o novo entra no mundo com Homi Bhaba. Serão estudados também os primeiros discursos de algumas das parlamentares nos referenciando nos estudos de bell hooks sobre erguer a voz.

No capítulo oito, o "DEZEMBRO DE 2021 - Análise do primeiro ano de atuação legislativa das parlamentares da Agenda Marielle Franco", iremos aprofundar na análise quantitativa e qualitativa da atuação das mulheres negras parlamentares comprometidas com a Agenda, trazendo a implementação dos projetos de lei do primeiro pacote legislativo da Agenda; as audiências públicas produzidas no primeiro ano de mandato em 2021; as violências políticas sofridas por elas; e como se autodefinem e autoafirmam nesse espaço, referenciando autoras como Patrícia Hill Collins.

E no capítulo seguinte retornaremos para o presente momento, partindo para o "AGOSTO DE 2022: Agenda Marielle Franco 2022", em que nos debruçaremos sobre a atualização da Agenda, sobretudo como ela traz um amadurecimento do Instituto sobre o olhar de memória e a qualificação do legado de Marielle de maneira coletiva, observando a sua metodologia e os eixos ampliados. Por fim, o último capítulo mescla inícios, fins e recomeços, pois nunca sabemos de fato onde começou e onde termina, trazendo a data de 2023, que simboliza a esperança na reconstrução do país e a data em que Marielle se elegeu. Com isso, a pesquisa termina com o capítulo "2023/ OUTUBRO DE 2016: Considerações Finais".

*Escrevam com seus olhos como pintoras, com seus ouvidos como músicas,  
com seus pés como dançarinas. Vocês são as profetisas com penas e tochas.*

*Escrevam com suas línguas de fogo.*

*Não deixem que a caneta lhes afugente de vocês mesmas.*

*Não deixem a tinta coagular em suas canetas.*

*Não deixem o censor apagar as centelhas,  
nem mordanças abafar suas vozes. Ponham suas tripas no papel.*

Gloria Anzaldúa

## 2. 14 DE MARÇO DE 2018: O fenômeno Marielle Franco, memória e o testemunho

*"Na Câmara, antes da gente entrar,  
foram 10 anos antes com a Jurema.  
E 10 anos antes da Jurema, a Benedita.  
A gente não pode esperar mais 10 anos.  
Ou achar que eu estarei ali por mais 10."*

Marielle Franco

No dia 14 de março de 2018, naquela quarta-feira à noite, estávamos juntas no último evento que organizamos pelo seu mandato, "Jovens Negras Movendo Estruturas" na Casa das Pretas, no centro do Rio de Janeiro. A então vereadora da cidade, Marielle Franco, fez uma importante fala durante a roda de conversa<sup>8</sup>:

Esse é um momento, um ano, para reflexão, para pensar a nossa ocupação nos espaços. A gente está com um movimento para ter mais mulheres na política, mais mulheres no poder, mais mulheres no espaço de decisão, porque só assim a gente vai ter uma política pública qualificada. A gente tem diferenças, mas é a gente que tá morrendo, é o nosso povo que tá morrendo, então a gente tem que lidar com elas pra avançar.



Figura

5 - Vídeo da roda de conversa Mulheres Negras Movendo as Estruturas, realizada no dia 14 de março, horas antes de Marielle ser assassinada. Vídeo *hyperlinkado*. Fonte: Reprodução/ Facebook Marielle Franco

<sup>8</sup> Facebook. "Começou! Roda de conversa Mulheres Negras Movendo Estruturas! Assista e compartilha!". 14/03/2018. Disponível em < <https://www.facebook.com/212989092420024/videos/546757069043223> > Acesso em 2 de agosto de 2021.

Naquele mesmo dia, Marielle e Anderson Gomes, seu motorista no período, foram brutalmente assassinados enquanto voltavam para a casa após este evento. Este foi um crime político, cuja investigação sobre o mandante e a motivação do crime ainda não foi resolvida mesmo depois de quatro anos. A execução de Marielle e Anderson ecoou em todo o mundo e escancarou as fissuras do sistema democrático. Marielle era uma mulher negra, mãe, defensora dos Direitos Humanos, de esquerda, favelada, nascida em 1979 no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro. Antes de ser vereadora pelo PSOL, Marielle foi militante ativa pela defesa dos direitos humanos e contra as violações nas favelas e territórios periféricos, pelos direitos das mulheres e da população negra. Também foi coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, enquanto era assessora do então Deputado Estadual Marcelo Freixo.

A eleição de Marielle, em 2016, como a quinta mais votada entre os vereadores da cidade do Rio de Janeiro com 46.502 votos, inspirou muitas mulheres, pessoas negras, populações periféricas e LGBTQIA+ a disputar esse espaço de decisão. Marielle virou um grande símbolo de representação política e de que é possível ter um parlamento mais diverso. Tive a honra e o prazer de participar ativamente da sua campanha e ser assessora de comunicação em seu mandato.

O fazer político de Marielle e a sua presença na esfera legislativa nos indicam a diferença que ela fazia no parlamento. Marielle encruzilhou naquele espaço as pautas dos movimentos sociais - que se traduziram em projetos de lei, pronunciamentos na tribuna, apoio e participação em atividades; a presença de corpos plurais, pretos, brancos, femininos, trans, lésbicos, cis e heterossexuais; as cores das roupas, que reverenciavam a sua ancestralidade; a abertura e participação com a sociedade civil; o discurso embasado no *papo reto*; e a articulação necessária para conseguir legislar, sem, no entanto, ser cooptada pela institucionalidade.

A sua primeira fala no plenário<sup>9</sup> mostra bem como ela se posicionaria pelo próximo um ano de mandato. Me lembro muito nitidamente daquele dia, foi a primeira vez que entrei no plenário para gravar o seu discurso na tribuna. Na galeria, onde ficam pessoas e grupos da sociedade civil, estava a equipe da nossa *mandata* - como costumávamos chamar no gênero feminino - e algumas mulheres do setorial LGBT do PSOL. Nós já quebramos todos os protocolos. A equipe vibrava, cantava e fazia ecoar palavras de ordem na galeria. Não à toa,

---

<sup>9</sup> Facebook. #AOVIVO Primeira fala da Marielle no Plenário da Câmara! Acompanhe e compartilhe! Disponível em <[https://www.facebook.com/watch/live/?v=361932237525708&ref=watch\\_permalink](https://www.facebook.com/watch/live/?v=361932237525708&ref=watch_permalink)> Acesso em 28 de agosto de 2021.

Marielle começou falando sobre o princípio político e ético que vem da filosofia africana, Ubuntu, o Eu sou porque nós somos, que guiou a sua campanha eleitoral e que iria reger o seu mandato.

Mari também falou sobre a crise de representatividade, as jornadas de junho de 2013, a primavera feminista em 2015 e a necessidade fortalecer a democracia. Ela ressaltou a pauta da Segurança Pública, a luta contra a militarização da vida e contra as violências decorrentes de operações policiais, a defesa de direitos humanos, em especial para a população que mora nas favelas e periferias do Rio de Janeiro. Além disso, Marielle fez questão de falar sobre sua posição enquanto socialista, contou sobre os 100 anos da revolução russa, que se completou em 2017, e a relação com a história do 8 de março, dia em que é celebrado o Dia Internacional de Luta das Mulheres.

Mari afirmou que o gabinete estaria aberto para todas as assessorias, equipes e toda a população do Rio de Janeiro, e já citou alguns projetos de lei que já tinham sido protocolados, como aquele em defesa do direito ao aborto nos casos em que ele já é legalizado<sup>10</sup> e o que criava espaços infantis noturnos para crianças cujas mães e responsáveis tem que trabalhar à noite<sup>11</sup>. Sobre os princípios do seu mandato, em especial a coletividade, ela disse:

Usaremos muito essa tribuna para a valorização e a defesa do que a gente entende que nos trouxe até aqui. A filosofia Ubuntu, que fala sobre o debate da negritude, é uma relação onde ultrapassa o personalismo, onde o lugar fundamental é da coletividade. Trabalhar e pensar no outro, para o outro, com o outro. [...] Então a gente tem lado, tem classe, tem identificação de gênero. É dessa forma, a partir de soluções coletivas, que a gente vai traçar esse mandato. É isso que nos coloca enquanto mulher negra, de origem da favela da Maré, com o debate da valorização das identidades, sendo a quinta mais votada. Isso é resposta e autorização da sociedade.



<sup>10</sup> Mandato Marielle Franco. Pra Fazer Valer. Disponível em <<https://www.prafazervaler.mariellefranco.com.br/>> Acesso em 28 de agosto de 2021.

<sup>11</sup> Mandato Marielle Franco. Espaço Coruja. Disponível em <<https://www.espacocoruja.mariellefranco.com.br/>> Acesso em 28 de agosto de 2021.

Figura 6 - Vídeo feito ao vivo da primeira fala de Marielle Franco na tribuna da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Vídeo hyperlinkado. Fonte: Reprodução/Facebook Marielle Franco

Logo após descer da tribuna, Marielle foi cercada de parlamentares evangélicos e da base governista do então prefeito e pastor Marcelo Crivella. Eles a questionaram fervorosamente sobre os projetos de lei que regiam sobre o aborto legal e sobre o espaço recreativo para crianças. Marielle foi cercada por homens, em sua maioria brancos, indagada, questionada. Vendo ela ali, mantendo a cabeça erguida e respondendo em meio à essa roda de violência velada e orquestrada, me preocupei por ela, me preocupei por nós e logo percebi o quanto não seria fácil nossa vida dali pra frente. Por outro lado, a admirei ainda mais e me questionei internamente se um dia teria metade daquela coragem.

Como lembra Lúcia Xavier no livro *A Radical Imaginação Política das Mulheres Negras* (2021):

Ela convenceu outros setores a apoiar as suas causas, e essa experiência política de participação da sociedade é de muita importância. A Marielle, que estava se candidatando a um cargo público no parlamento, foi capaz de expressar na sociedade a necessidade de fazer valer essa ideia, esse propósito. Ela também moveu a estrutura da sociedade a pensar na população negra, para enfrentar a violência contra essa população, para pensar nos territórios que essa população vive. (XAVIER, 2021, p. 155)



Figura 7 - Post no Facebook com foto do plenário da Câmara Municipal, mostrando o contraste de Marielle como a única mulher negra. Fonte: Reprodução/Facebook Marielle Franco

No final de 2017, organizamos o evento Mulheres na Política, no qual queríamos reforçar a importância da maior representação de mulheres no parlamento. Lá estavam mulheres negras, indígena, trans, lésbicas e heterossexuais. A sua fala neste evento e a transcrita acima do encontro Jovens Negras Movimentando as Estruturas, em 2018, mostram como ela acreditava na importância de apoiar e dar suporte para que mulheres, em especial, negras e periféricas, ocupassem a institucionalidade. No segundo semestre de 2017 e no início do ano de 2018, era muito frequente recebermos no gabinete mulheres que queriam vir como candidatas e buscavam, na figura de Marielle e em sua *mandata*, um apoio e um modo de se fortalecer.



Figura 8 - Foto do evento Mulheres na Política feito em novembro de 2017. Fonte: Reprodução/Facebook Marielle Franco

O seu assassinato em 2018, apenas com um ano de mandato, exponenciou este movimento. No mesmo ano, houve um aumento histórico de candidaturas de mulheres negras, mulheres indígenas, mulheres lésbicas, trans, periféricas em todo o Brasil. Houve sobretudo um protagonismo de mulheres negras, que foram denominadas como "sementes de Marielle"<sup>12</sup>. Mulheres que tinham Marielle como sua inspiração, que estiveram com ela em tantas frentes de luta e outras que a conheceram apenas após a sua morte. Marielle simbolizava - e

<sup>12</sup> ANTUNES, Leda. As sementes de Marielle Franco: Quem são as mulheres negras eleitas em 2018. Huffpost, 10/10/2018. Disponível em: <<https://www.huffpostbrasil.com/2018/10/10/as-sementes-de-marielle-franco-quem-sao-as-mulheres-negras-eleitas-em-2018-a-23557207/>>. Acesso em 17 outubro de 2020.

simboliza - esperança em um futuro mais justo, deixando sementes, porque ela era também fruto de um processo histórico de mulheres negras que abriram caminhos e tornaram possível que ela adentrasse certos espaços.

Marielle frequentemente evocava a memória, lembrava do legado de mulheres negras e de como o passado era fonte e pulsão constante para o presente, reforçando como o seu fazer era regido pelo tempo espiralar. No seu último evento, ela disse<sup>13</sup>:

Eu sempre uso [como exemplo] a Angela Davis, a mulher que disputou os Panteras [Negras] e disputou o partido. Trago Lélia Gonzalez, a mulher que disputou partido e educação. Então, hoje, quando eu estou nesse campo [político], eu fico muito feliz da minha trajetória e da minha construção de vida - que não pode ser só a construção individual - vir muitos antes desse um ano e alguns meses de mandato. Porque os nossos passos vêm de longe mesmo.

Durante seu mandato, Marielle prestou homenagens e reconhecimentos a lideranças de movimentos sociais, coletivos de cultura e mulheres negras, que eram as suas mais velhas, como ela mesma chamava. O evento mais emblemático que fizemos neste sentido foi o Eu Mulher Negra Resisto, onde foi entregue a Medalha Chiquinha Gonzaga para Conceição Evaristo e na mesa estavam Ruth de Souza, Mãe Meninazinha de Oxum, Jurema Werneck, Flávia Oliveira, Patrícia Oliveira e Talíria Petrone. Marielle, que simbolizava um novo tipo de representação política, trazia consigo a memória, a presença e a sabedoria daquelas que vieram antes. Passado, presente e futuro então se reconfiguravam.



---

<sup>13</sup> Facebook. “Começou! Roda de conversa Mulheres Negras Movendo Estruturas! Assista e compartilha!”. Disponível em < <https://www.facebook.com/212989092420024/videos/546757069043223> > Acesso em 2 de agosto de 2021.

Figura 9 - Marielle no evento Eu Mulher Negra Resisto, de entrega de medalha para Conceição Evaristo, em agosto de 2017. Junto com a homenageada, estava Patrícia Oliveira, Mãe Meninazinha de Oxum, Ruth de Souza, Flávia Oliveira e Jurema Werneck. Foto: Naldinho Lourenço / Facebook Marielle Franco

Pollak (1992) aponta que, por mais que a memória pareça ser um fenômeno individual, algo íntimo ou próprio de alguém, Maurice Halbwachs já havia sublinhado que a memória deve ser entendida sobretudo como um fenômeno coletivo e social, isto é, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. Segundo Pollak (1992), a memória individual e coletiva se forma pelos acontecimentos vividos pessoalmente e pelos acontecimentos vividos por tabela, que são aqueles vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa pertence. "São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não." (POLLAK, 1992, p.2). Com isso, ele traz como esses acontecimentos vividos por tabela, por meio da identificação de um grupo e de um trauma, podem ter a sua memória transmitida ao longo dos anos:

Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. De fato - e eu gostaria de remeter aí ao livro de Philippe Joutard sobre os camisards -, podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação. (POLLAK, 1992, p.2)

Essa passagem explica a dimensão do impacto que foi a morte de Marielle para a memória coletiva de uma população que recebeu em choque a notícia deste crime, mesmo para quem não a conhecia. Pollak (1992) aponta que a memória é também constituída por pessoas e personagens encontradas no decorrer da vida, aquelas personagens frequentadas por tabela, indiretamente, "mas que, por assim dizer, se transformaram quase que em conhecidas, e ainda de personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa." (POLLAK, 1992, p.3). Neste viés, a memória coletiva de Marielle também vai se apresentando e se consolidando para as próximas gerações.

A presente pesquisa traz a memória como recurso metodológico a partir do testemunho, conectando as lembranças com os fatos históricos e constituindo assim a linha argumentativa. Ao me debruçar por referências teóricas sobre testemunhos históricos, percebi que diversas vezes, em grandes guerras, genocídios e catástrofes, a figura da testemunha é a

mesma da sobrevivente. Com isso, se faz necessária uma diferenciação. Como disse José Fernando Azevedo (2018) citando James Baldwin, posso dizer que me encontro em uma posição de testemunha histórica de uma sucessão de fatos que se tornaram um fenômeno político, mas ainda que tenha visto coisas bem de perto, e tenha corrido alguns riscos, eu não sou uma sobrevivente. Eu segui certos caminhos que me deixaram em uma posição de testemunha, um pouco diferente daqueles que sobreviveram, e, por isso, consigo hoje imaginar coisas (AZEVEDO, 2018). Ainda que narrar tenha ajudado a sobreviver nestes anos.

O testemunho é uma extensão da memória, tomada na sua fase narrativa (RICOEUR, 2007). Mas só há testemunho quando a narrativa de um acontecimento é publicizada: o indivíduo afirma a alguém que foi testemunha de algo que teve lugar. Por isso também há tanta necessidade de contar a história: sobre quem era Marielle, como era sua atuação, o que ela fazia, o que defendia, qual é o seu legado. Ao longo destes quatro anos, toda vez que conversava com alguém e a pessoa descobria que eu tinha sido do mandato de Marielle, imediatamente a pessoa compartilhava comigo pelo menos uma das duas lembranças, quando não ambas: qual tinha sido o primeiro dia que tinha conhecido Marielle em vida, mesmo que só de ouvir falar; e/ou onde estava no dia 14 de março quando descobriu que Marielle havia sido assassinada. Não é à toa ou mero detalhe, na memória e no testemunho, há a vontade de narrar o trauma e dizer o indizível.

Assim como eu, muitas pessoas, em especial mulheres negras, estão escrevendo, ilustrando, pintando, musicando, poetizando e manifestando o seu testemunho da dor do que significou este crime político e a memória que tem de Marielle. Ecléa Bosi (1994) estabelece memória como um trabalho sobre o tempo vivido, convocado no tempo presente, tanto pelo indivíduo como pela cultura, por meio da linguagem. Não se trata de um repositório de lembranças ao qual recorreremos, mas um trabalho ativo de lembrar e de organizar fragmentos dentro de possibilidades infinitas. "A memória só pode ser socializada pela linguagem, seja ela corporal, escrita, falada, dançada, ritualizada" (BOSI, 1994, p. 38). A percepção de Giulia Crippa (2012) corrobora com a visão de que memória está diretamente à linguagem em um processo dialógico:

Na busca das formas em que se elaboram os dizeres e seus relatos, a memória individual é criada enquanto compartilhada com os outros. Na seleção das palavras e de sua ordem, nos dizeres utilizados pelas narrativas da memória emerge a complexidade das relações entre o indivíduo e o mundo. O compartilhamento das memórias não é, assim, o conjunto de lembranças em comum, mas, sim, a construção da linguagem por meio da qual elas podem ser transmitidas (CRIPPA, 2012, p. 59).

De diferentes maneiras, todo mundo que foi impactado pela existência de Marielle, em vida ou pós vida, precisou narrar e contar a história também a partir da sua perspectiva. Com diferentes linguagens, por meio da sua memória individual, contribuíram para a construção da memória coletiva de Marielle. Por isso, no Instituto Marielle Franco, desde o princípio, temos um levantamento de diversas artes, homenagens e grafítis espalhados da Mari.



Figura 10 - Imagem do site [www.institutomariellefranco.org/artes](http://www.institutomariellefranco.org/artes), em que há um cadastro para mapeamento de artistas que fizeram homenagem à Marielle.

Em julho de 2022, no dia em que completaram 52 meses do assassinato e algumas semanas antes do dia em que ela completaria 43 anos de vida, lançamos a plataforma A Voz de Marielle, em parceria com VMLY&R e a Vetor Zero, para ajudar a seguir preservando sua memória e multiplicando o seu legado. Por meio de uma tecnologia interativa, quando alguém apontar a câmera do celular para qualquer imagem de Marielle - seja ilustração, grafíti, foto, entre outros - a plataforma conecta estas imagens com os seus discursos mais conhecidos. Além de visibilizar as imagens e artes espalhadas pelo mundo inteiro que homenageiam Marielle, o intuito também foi fazer com que mais pessoas conhecessem ou lembrassem da força das suas palavras e do que ela defendia.



Figura 11 - Post sobre a plataforma A Voz de Marielle, lançada no dia 14 de julho de 2022. É possível utilizar a ferramenta, via celular, entrando em [www.avozdemarielle.com](http://www.avozdemarielle.com).

Além de acontecimentos e personagens, Pollak (1992) diz que na memória coletiva podem haver lugares de apoio da memória, que são lugares de comemoração. Como ele reforça, "os monumentos aos mortos, por exemplo, podem servir de base a uma relembração de um período que a pessoa viveu por ela mesma ou de um período vivido por tabela" (POLLAK, 1992, p. 3). Neste sentido, são muitos os lugares que constituem a memória sobre Marielle, a Câmara Municipal do Rio, onde legislou por um pouco mais de um ano; a Maré, onde nasceu, foi criada e desenvolveu sua militância; a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, onde foi Coordenadora da Comissão de Direitos Humanos; o Buraco do Lume, no centro do Rio de Janeiro, onde ia toda sexta-feira para prestar contas do seu mandato em praça pública; a própria Casa das Pretas, que foi local do seu último evento; entre tantos outros.

Não exatamente por acaso, as últimas ações em defesa da memória produzidas pelo Instituto tinham como pano de fundo alguns desses lugares. A placa da Rua Marielle Franco foi colocada em frente à Câmara Municipal em março de 2021, ano em que se completaram três anos do assassinato, ainda sem respostas sobre quem mandou matar e por quê.



Figura 12 - Inauguração da placa Marielle Franco em frente à Câmara Municipal do Rio de Janeiro em março de 2021. Foto: Mayara Donaria

A História em Quadrinhos Marielle Franco Raízes foi lançada em julho de 2021, mês do aniversário de Marielle, que conta a sua história durante a infância e adolescência na Maré, com o intuito de gerar referências, fortalecer a sua memória coletiva e inspirar jovens negras e periféricas.



Figura 13 - HQ Marielle Franco Raízes, lançada em julho de 2021, sendo lida por Anielle Franco para suas filhas e sobrinhas de Marielle. Foto: Mayara Donaria

E, mais recentemente, em julho de 2022, exatamente no dia em que Marielle completaria 43 anos de vida, erguemos a estátua Marielle Franco no Buraco do Lume, no Rio de Janeiro, para celebrar a sua vida e a sua memória. A intenção era homenagear Marielle e fazer com que mais pessoas a conhecessem, mas também disputar a formulação de novas narrativas, um espaço na reescrita da história, trazendo o debate sobre quais são as figuras históricas que devem ser referenciadas e reverenciadas. Diante da derrubada de estátuas de colonizadores, assassinos, escravocratas e torturados em 2020<sup>14</sup>, queríamos reforçar que aquelas e aqueles que devem ter estátuas erguidas são aqueles que sempre lutaram pelos direitos de todas e todos, aqueles que construíram e formaram verdadeiramente este país.

Por isso, no lançamento da Estátua, fizemos uma Aula Pública com intelectuais negras sobre a memória como caminho para reparação e justiça, e, em seguida, teve uma batalha de poesias chamada SLAM Justiça por Marielle. A aula, que aconteceu em meio às escritas dessa dissertação, foi chamada de "Aula Pública A Memória é a Semente Para Novos Futuros".



Figura 14 - Inauguração da Estátua Marielle Franco, no Buraco do Lume, no dia 27 de julho de 2022, dia em que ela completaria 43 anos. Foto: Mayara Donaria

---

<sup>14</sup> BRITO, Sabrina. Derrubada de estátuas: vandalismo ou reparação histórica? VEJA. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/derrubada-de-estatuas-vandalismo-ou-reparacao-historica/>>. Acesso em 14 de agosto 2022.



Figura 15 - Imagem do post de divulgação da inauguração da Estátua Marielle Franco.

Como disse Anielle Franco (2021), em níveis diferentes, foi também preciso renascer das próprias experiências, foi preciso nascer uma testemunha da própria dor. Foi preciso narrar o inenarrável, porque, conforme aponta Seligmann (2008) o testemunho é uma modalidade da memória. "Talvez a busca deste local do testemunho seja antes uma errância, um abrir-se para sua assistemática, para suas fraturas e silêncios" (SELIGMANN, 2008, p. 78).

Seligmann (2008) trabalha o conceito de testemunho diante de catástrofes históricas, como genocídios ou perseguições violentas em massa de parcelas da população. A partir do entendimento que o assassinato de Marielle é um crime político e impactou grandes grupos minorizados, como pessoas negras, pessoas LGBTQIA+, mulheres e defensores de direitos humanos, que se sentiram também alvejados na tentativa de silenciá-los e barrar seus avanços, se pode rapidamente concluir que este assassinato se enquadra nas situações citadas por Seligmann de perseguições violentas. Visto isso, Seligmann (2008) diz que a memória do trauma é sempre uma busca de compromisso entre o trabalho de memória individual e outro construído pela sociedade. Por isso, ele defende que o testemunho só existe sob o signo de seu colapso e de sua impossibilidade.

Assim como a memória, para Seligmann (2008), na situação testemunhal, o tempo passado é tempo presente. O trauma é caracterizado por ser uma memória de um passado que não passa. Desta forma, desde a sua forma metodológica, esta pesquisa pretende romper com

a categoria de tempo linear, partindo do lugar da memória e do testemunho, e também propondo uma reflexão sobre legado e renovação política que parte do entendimento de um tempo espiralar. Conectando o papel da memória na elaboração do luto e do trauma com a formulação no presente, Jeanne Marie Gagnebin (2006) articula escritos de diversos autores:

[...] Nietzsche, Freud, Adorno e Ricoeur, cada um no seu contexto específico, defendem um lembrar ativo: um trabalho de elaboração e de luto em relação ao passado, realizado por meio de um esforço de compreensão e de iluminação [do alemão *Aufklärung*] — do passado e, também, do presente. Um trabalho que, certamente, lembra dos mortos, por piedade e fidelidade, mas também por amor e atenção aos vivos. (GAGNEBIN, 2006, p. 105)

É por reverenciar a memória de Marielle, mas também por nutrir a atenção aos vivos, que é preciso descrever um processo de legado e sua multiplicação. Gagnebin (2018) traz as narrativas sobre o holocausto como exemplo da memória a serviço da elaboração simbólica do trauma:

É próprio da experiência traumática essa impossibilidade do esquecimento, essa insistência na repetição. Assim, seu primeiro esforço consistia em tentar dizer o indizível, numa tentativa de elaboração simbólica do trauma que lhes permitisse continuar a viver e, simultaneamente, numa atitude de testemunha de algo que não podia nem devia ser apagado da memória e da consciência da humanidade (GAGNEBIN, J., 2018, p. 99).

Santana (2020) presume, também, que os traumas do racismo também possam ser trabalhados por meio da memória coletiva.

"Escrever sobre este passado que se atualiza nas vivências do racismo seria, então, uma maneira de ressuscitar uma experiência coletiva traumática e enterrá-la adequadamente" (KILOMBA, 2019, p. 223). Sobre isso também escreveu bell hooks: "Os mortos nos conclamam a lembrar. Alguns de nós não abandonaram esses ensinamentos. Ouvimos a voz de nosso passado africano insistindo para que nos lembremos que 'um povo sem ancestrais é como uma árvore sem raízes'" (hooks, 2019a, p. 319). [...] Escrever as memórias de mulheres negras é também a possibilidade de criar o tecido, uma mortalha grande o bastante, para cobrir os corpos de negras e negros vítimas da escravidão e do dispositivo de racialidade e do biopoder que configuram o racismo brasileiro. (SANTANA, 2020, p. 39-40)

Sendo Marielle uma mulher negra, periférica, defensora de direitos humanos, o trauma do seu assassinato pode ser trabalhado por meio da sua memória para ser ponto de partida para um outro futuro que queremos construir com o protagonismo das mulheres negras na política. "O passado, então, orienta a construção de uma memória que é do presente, a serviço do futuro" (SANTANA, 2019). A partir de Santana, é possível presumir que a memória de mulheres negras na política, como Marielle, Jurema Batista, Benedita da Silva, Antonieta de

Barros, Lélia Gonzalez e tantas outras, assim como a sua grande capacidade de ação e de formulação de políticas mesmo diante de um cenário tão restritivo, permite a existência de mais candidatas e parlamentares negras.

A memória, devido ao seu caráter de arquivo de imagens, pertence ao mesmo campo da imaginação: ela é um conjunto de imagens mentais das impressões sensuais, com um adicional temporal; trata-se de um conjunto de imagens de coisas do passado no presente (SELIGMANN, 2008). Citando Aristóteles, Seligmann coloca: “mesmo quando pensamos de modo especulativo, devemos ter uma imagem mental com a qual pensamos (De anima, 432 a 9, citado por Yates, 1974: 32)”. Esta ideia é importante de ser destacada ao tratarmos do testemunho, porque assim como falamos de narrativa testemunhal também deve-se pensar em uma arte testemunhal, ou seja, em práticas imagéticas do testemunho (SELIGMANN, 2008).

Por isso imagens e vídeos estão presentes enquanto fontes nesta pesquisa, porque são esses arquivos que compõem um testemunho e uma memória tanto individual como coletiva. Focando no campo da memória coletiva, desde a morte de Marielle, muitas iniciativas foram criadas a fim de manter esta memória viva e perpetuada para as próximas gerações. O Instituto Marielle Franco, criado pela família e no qual tenho a honra de estar desde o princípio, é um espaço que nasce com esse propósito, mas não só. Dentro das suas missões, está também a de multiplicação do legado, a luta por justiça e o de regar as sementes de Marielle. E, para multiplicar e regar, é preciso fomentar a nossa capacidade de imaginar, fabular e sonhar.

A imaginação apresenta-se como o meio para enfrentar as crises do trauma, que se refletem na incapacidade de se testemunhar, a própria incapacidade de se imaginar, a desconexão com a realidade passada e a atual (SELIGMANN, 2008). Com isso, a imaginação permite testemunhar, torna-se ela o próprio meio de sobrevivência. A imaginação é a ferramenta que deve vir em auxílio do simbólico para enfrentar o abismo real do trauma, pois "o trauma encontra na imaginação um meio para sua narração" (SELIGMANN, 2008, p. 69). Como dito anteriormente, narrar me salvou muitas vezes nesses quatro anos. E a capacidade de ainda conseguir imaginar e sonhar me faz não só sobreviver, mas, de fato, viver.

Dessa forma, é necessário narrar e contar a história e a atuação de Marielle enquanto parlamentar. A presente pesquisa surge como contribuição nesse processo, adentrando sobre a elaboração do legado de Marielle na Agenda Marielle Franco e a sua reverberação prática, como uma maneira de imaginar possíveis futuros e novos caminhos. Um dos princípios do Bem-Viver, filosofia ancestral indígena, é "saber sonhar". Pois tudo começa no sonho, ele é um começo da realidade. Através do sonho, a vida é percebida. Sonhar é projetar vida.

### **3. FEVEREIRO DE 2020: Lançamento do Instituto Marielle Franco, política da memória e memória como política**

Dentro do vasto álbum de lembranças que acesso de vez em quando, lembro da conversa que tive com Anielle, irmã de Marielle e atual Diretora Executiva do Instituto Marielle Franco, quando ela me fez um convite oficial para integrar a organização e ajudar a construí-la. Na época, além dela, só tinham mais duas pessoas - grandes amigos e companheiros de outros mandatos que já estive - e muito trabalho a ser feito. Era início de fevereiro de 2020, a ideia era lançar o Instituto para a sociedade de forma mais ampla dali a um mês e começar a estruturar a equipe, os processos e a organização como um todo. O escritório em que estávamos era uma sala emprestada, e, no final daquele dia, dividimos uma pizza que pedimos para entregar quando já estávamos famintos. Eram muitos os desafios e muitas incertezas, mas dentro de mim eu sabia que dali em diante dividiríamos aquela responsabilidade enorme de lançar e manter um Instituto com o nome da Mari assim como estávamos dividindo aqueles pedaços de pizza.

Após um lançamento virtual do Instituto nas redes sociais em fevereiro, no primeiro dia de março, fizemos o seu lançamento presencial com a abertura da Casa Marielle. No mês em que se completariam dois anos sem respostas do assassinato, abrimos a Casa para expor um acervo inédito de fotos sobre Marielle, com imagens de vários momentos da sua vida, para celebrar a sua memória. A Casa ficava em um local simbólico para a história da população negra no Rio de Janeiro, no Largo São Francisco da Prainha, região conhecida como Pequena África. Nesta abertura, houve uma programação cultural de apresentações de artistas e grupos musicais. Por lá, passaram mais de 7 mil pessoas. A Casa estaria aberta naquele mês para visitação à exposição, como ocorreu com estudantes de pré-vestibulares, e para encontros culturais, como o cineclube com diretoras negras. Devido à chegada da pandemia de Covid-19, tivemos que fechar a Casa Marielle. Mas um dos principais projetos hoje que temos é a construção de um Centro de Memória e Ancestralidade, que está em fase inicial de elaboração.



Figura 16 - Lançamento da Casa Marielle em março de 2020, simbolizando o lançamento do Instituto Marielle Franco. Foto: Reprodução/Instagram



Figura 17 - Visita do cursinho pré-vestibular Marielle Franco na Casa Marielle para ver o acervo de fotos durante as diferentes fases da sua vida. Foto: Reprodução/Instagram

O Instituto Marielle Franco se denomina como uma organização da sociedade civil, fundada e dirigida pela família de Marielle, que cultiva movimentos e ativistas no intuito de lutar por justiça, defender a memória e multiplicar seu legado de Marielle e de mulheres negras, assim como regar as suas sementes<sup>15</sup>. Como missão, o Instituto pretende inspirar,

conectar e potencializar mulheres negras, LGBTQIA+ e periféricas a seguirem movendo as estruturas da sociedade, por um mundo verdadeiramente justo e igualitário. E, como visão, incidir para um mundo onde pessoas como Marielle possam acessar e permanecer em diferentes espaços de decisão da sociedade, se tornando uma referência para ativistas do mundo inteiro assim como Marielle se tornou símbolo global de resistência<sup>16</sup>. Os valores estão listados como: abertura; autonomia; antirracismo, AntiLGBTfobia e antimachismo; ancestralidade; afeto; cuidado; papo franco; e humildade e disciplina. Mais de 170.000 pessoas já participaram de alguma ação com o Instituto Marielle Franco, nossas voluntárias estão espalhadas por mais de 20 países e mais de 2000 pessoas já doaram para nos ajudar a seguir caminhando.

A memória, no Instituto, é colocada também como uma forma de lutar por justiça e reparação, além de uma maneira de possibilitar que mulheres negras, pessoas negras, LGBTQIA+ e periféricas possam produzir e contar as suas próprias narrativas. Um dos objetivos do Instituto, que consta no planejamento estratégico, que será lançado em novembro deste ano, é "Manter viva a memória de Marielle e de mulheres negras historicamente invisibilizadas, através de diferentes linguagens, formatos e territórios, e a partir de suas próprias narrativas." Segundo Ana Flávia Magalhães Pinto (2021), as narrativas históricas com as quais temos contato ao longo da vida guiam as definições de quem somos nós e quem chamamos de outros. Com base nisso, nós nos posicionamos no mundo. "Numa dinâmica de identificação e estranhamento sobre pessoas, espaços, temporalidades – em que tudo isso reforça o entendimento do que compõe o nosso ser coletivo –, nós vamos interagindo com prioridades, hierarquizações, curiosidades acerca do que precisa ser lembrado e do que pode ser esquecido" (PINTO, 2021, P. 18).

Ana Flávia Magalhães Pinto (2021) argumenta que, ao fazermos isso, estamos participando da escrita da história, até mesmo quando nós não nos sentimos responsáveis por ela. Nesse sentido, ela diz que precisa ser questionada a ideia da história como algo distante e de memória como uma elaboração ou muito íntima ou muito estranha. Isso porque decidir o que é História é um ato político, que se opera a partir de políticas de memória. "Portanto, essa ação não pode ser objeto de monopólio de um só grupo, sob o risco de se legitimar a exclusão de amplos segmentos de uma sociedade, tal como assim fez e tem sido feito contra gerações de pessoas negras e indígenas no Brasil" (PINTO, 2021, P. 18).

---

<sup>15</sup>FRANCO, Instituto Marielle. Disponível em < [www.institutomariellefranco.org](http://www.institutomariellefranco.org) > Acesso em 14 de agosto de 2022.

<sup>16</sup> Idem

Sueli Carneiro (2005), a partir do estudo de Seligmann, afirma que as testemunhas/sobreviventes do racismo no Brasil são sobreviventes de um evento de radical unicidade que foi a escravização de seus ancestrais africanos, "cujos efeitos permanecem persistentes em sua memória, em seus corpos, em suas vidas e na história de seu país" (CARNEIRO, 2005, p. 154), e são também portadoras de uma contra-narrativa que ressignifica os assujeitamentos, estigmas e estereótipos. Como corrobora Beatriz Nascimento (2006), são historiadoras e sonhadoras em busca deste continuum de vidas humanas que foram achatadas, subordinadas e interrompidas.

Para Ana Flávia Magalhães Pinto (2021), a Coalizão Negra por Direitos, ao afirmar "Enquanto houver racismo, não haverá democracia"<sup>17</sup>, mobiliza aspectos centrais das políticas da memória. A autora coloca que a questão brasileira não é uma abolição inconclusa, mas uma abolição que foi encaminhada para naturalizar a exclusão de pessoas negras da cidadania, um projeto orientado por valores racistas, acabando por submeter uma população negra no tempo presente "como os escravizados da contemporaneidade" (PINTO, 2021, p. 31). "O escravo do tempo presente é o sujeito da narrativa, que deve ser pensado como personificação do inviável. Isso nos torna coniventes com uma série de esquecimentos." (PINTO, 2021, p. 31). Como reitera Maria Nilda de Carvalho Mota (2021) sobre a memória da população negra, vivemos um processo de apagamento, um processo concreto, não abstrato ou simbólico.

Exercer então a política da memória e entender a memória como política é trabalhar no espectro da reparação, que é travado por batalhas de narrativa no presente. Segundo Andréa da Costa (2021, p.12):

Se a memória social resulta de um complexo jogo de lembranças e esquecimentos no qual são decididos quais serão os fatos históricos e personalidades representados nas narrativas oficiais, é correto entender que as escolhas alçadas à dimensão do memorável foram, antes, filtradas e selecionadas para que se tornassem dignas de lembrança. Nesse sentido, foram despidas de seus conflitos inerentes, das representações indesejáveis e apresentadas como hegemônicas e consensuais. A partir daí, normalizadas, naturalizadas e inquestionadas. (COSTA, 2021, p. 12)

Lélia Gonzalez (1984) ressalta o papel de resistência que a memória tem em relação ao discurso e aos valores instituídos - a consciência. Segundo a autora, enquanto a consciência está relacionada ao lugar onde o discurso ideológico se faz presente, aquele do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber, a memória é o não-saber que conhece, "esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção"

---

<sup>17</sup> DIREITOS, Coalizão Negra Por. Enquanto houver racismo, não haverá democracia. Disponível em: <<https://comracismonaohademocracia.org.br/>> Acesso em 16 de agosto de 2022.

(GONZALEZ, 1984, p.226). Desde aí se forma um jogo dialético. De um lado, a consciência exclui o que a memória inclui, se expressando como discurso dominante em uma dada cultura, oculta-se a memória, mediante a imposição do que a consciência afirma como a verdade. Mas a memória resiste, ela "tem suas astúcias, seu jogo de cintura" (GONZALEZ, 1984, p. 226), ela se manifesta nas brechas e nas fissuras do discurso da consciência.

Le Goff (1990) salienta que, assim como a história, a memória também está inserida no jogo de relações de poder:

[...] torna-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos e dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desse mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 2008, p. 442)

É pelo papel histórico do esquecimento para a subjugação de pessoas negras, em especial mulheres negras, e pelo que deve ser lembrado frequentemente que, no Instituto Marielle Franco, utilizamos a memória para trazer à tona novas narrativas e uma maneira de formular políticas para o futuro. Trata-se de contar a história que a História não conta, como diria o samba, de ouvir e multiplicar o legado das Marias, Mahins, Marielles e Malês<sup>18</sup>. Para Beatriz Sarlo (2007), os chamados “fatos” da história são um “mito epistemológico”, que anula sua possível verdade, encadeados a partir de uma linearidade imposta por uma lógica colonial e evolucionista de tempo (QUIJANO, 1992). Desta forma, Sarlo também corrobora o papel essencial do presente para o entendimento do passado:

O historiador, ao seguir essa afirmação em todas as suas consequências, não reconstitui os fatos do passado (isso equivaleria a se submeter a uma filosofia da história reificante e positivista), mas “relembra”, dando-lhes assim seu caráter de passado presente, com respeito ao qual sempre há uma dívida não paga. Os “fatos históricos” seriam inobserváveis (invisíveis) se não estivessem articulados em algum sistema prévio que fixa seu significado não no passado, mas no presente. Só a curiosidade do antiquário ou a pesquisa acadêmica mais obtusa e isolada da sociedade poderiam, hipoteticamente, suspender a articulação valorativa como presente. (SARLO, 2007).

E assim como a história, a memória também está em disputa. Pollak (1992) corrobora com esta visão ao falar que há uma organização e um enquadramento da memória de acordo com as preocupações pessoais e políticas do contexto, mostrando que a memória é um fenômeno construído socialmente. O termo "fragmento" também é utilizado por Ecléa Bosi, ao afirmar que a memória, em vez de um repositório amplo de lembranças a que recorreremos,

---

<sup>18</sup> DOMINGUES, Naise. 'Marias, Mahins, Marielles': saiba quem são as mulheres negras citadas no enredo da Mangureira. O GLOBO. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/celina/marias-mahins-marielles-saiba-quem-sao-as-mulheres-negras-citadas-no-enredo-da-mangureira-23505537>> Acesso em 16 de agosto de 2022.

é o trabalho de organizar fragmentos. “A percepção plena do tempo passado é impossível. Mas a memória permite a relação do corpo presente com o passado em fragmentos, ao mesmo tempo que interfere no atual” (BOSI, 1994, p. 46-56).

E diante da organização e daquelas memórias herdadas, Pollak (1992) conclui que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade:

Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. (POLLAK, 1992, p. 5)

E se memória atravessa a identidade individual e coletiva, certamente ela também atravessa o corpo. Sobre isso, Wanderson Nascimento (2021, p. 109) diz: "memória é corpo, memória atravessa corpo. Memória reverbera no corpo, reverbera na palavra, porque a palavra é corpo, de modo que o corpo aparece como corpo-território, corpo-palavra, corpo-potência, sempre". Não um corpo individualmente, mas no sentido de corporeidade como coloca Fabiana Cozza (2021, p. 98), trazendo o pensamento de Muniz Sodré: "corporeidade é a revelação do sensível, é o lugar do sentir. Não o sentir 'ensimesmado', um sentir individualizado, mas um sentir coletivo. Um sentir que se instaura no outro, em coletivo".

Nascimento reforça essa visão da ligação da memória com o corpo, trazendo a concepção de memória a partir de uma cosmovisão africana:

Para a nossa história, não existe memória sem corpo. O ocidente pode pensar no excesso de virtualização da memória, na memória como um repositório do passado, enquanto para nós a memória está sempre presente no corpo que carregamos, no corpo que habitamos, corpo que vivemos. Nesse sentido, o corpo é sempre um território. Vocês devem ter ouvido essas expressões corpoterritório, corpo-palavra, corpo-potência sobretudo, no contexto das tradições negras no Brasil e suas heranças africanas: é um corpo-justiça, um corpo que clama por justiça e que o tempo inteiro aparece nessa marca sombria que o racismo nos deixou, como um pedido de socorro ou um grito de guerra: vai depender de quem escuta. Mas, de todo modo, é um corpo que não passa despercebido. (NASCIMENTO, 2021, p. 110)

Ele também pontua que o entendimento de memória em epistemologias não coloniais-ocidentais-modernas é um processo sempre presente, capaz de acionar a ancestralidade que vive no passado, mas também vive hoje.

A ancestralidade não é um memorial do passado, o qual precisamos simplesmente acionar nesse repositório que é a memória. A ancestralidade vive no presente, sempre olhando para trás como o pássaro Sankofa, mas com os pés no hoje, sempre no hoje. A memória não é, ao menos para o terreiro, uma caixinha ou um repositório onde vamos buscar informações. Memória é a capacidade de contar histórias, a partir de outras histórias que foram contadas antes. A memória é sempre a narração de uma história, vinculada com histórias que nos precederam e, nesse sentido, nunca podemos viver com histórias contadas sobre nós ou histórias que sejamos capazes de

contar. E aqui me interessa uma relação com a subjetividade como a capacidade de contar outras histórias sobre quem nós somos, diferente dessas histórias de mudar de lado no meio da rua. (NASCIMENTO, 2021, p. 112)

É preciso de vínculos com o passado para contar essas outras histórias, "re-humanizar e recontar histórias" (NASCIMENTO, 2021, p. 113). A memória é o processo de busca por narrar uma história, de escrever a História e inspirar o presente, mirando o futuro. Ela está ligada às identidades coletivas e traz uma memória no corpo. Baseado em todos esses preceitos, que em agosto de 2020, nasce a Agenda Marielle Franco, na tentativa de consolidar na memória coletiva o legado político de Marielle, poder contar a história da sua atuação enquanto representante política, a fim de pautar uma agenda programática antirracista, feminista, LGBTQIA+ e popular no tempo presente, e criar possibilidades que mais mulheres negras estejam na política construindo novas narrativa.

*“De fato, ao longo da vida, para construir um sentido,  
para nos construirmos, jamais deixamos de contar,  
em voz alta ou no segredo da nossa solidão:  
nossas vidas são completamente tecidas por relatos,  
unindo entre eles os elementos descontínuos”*

Michèle Petit (2009, p. 127)

#### **4. AGOSTO DE 2020: Agenda Marielle Franco 2020, legado e o tempo espiralar**

Lembro da primeira vez que ouvi gritarem "Marielle, Presente" no meio da rua. Era 15 de março, um dia após o seu assassinato, horas depois do velório. Aconteceu em um ato na Av. Rio Branco, no centro do Rio de Janeiro, o primeiro de tantos que estavam por vir. A avenida estava lotada. Os cartazes escritos com o nome de Marielle me causaram quase tanto incômodo e estranhamento quanto eu senti ao ouvir milhares de pessoas gritando seu nome. Foi uma sensação dilacerante e indescritível, e, toda vez que lembro desse momento, ainda é possível sentir aquela estranheza aqui dentro. Era como se, de um dia pro outro, passassem a gritar o nome de uma grande amiga sua que você vê todos os dias. Como se uma multidão passasse a falar o seu nome de uma só vez, e você só quisesse virar para o lado e falar com ela sobre como era surreal aquilo tudo que estava acontecendo. Mas ela não está mais lá. E, naquele 15 de março, foi exatamente isso que aconteceu.

José Fernando Azevedo (2018), em uma aula pública sobre memória e testemunho, fala sobre o processo de como um corpo se torna imagem e de como essa imagem se torna emblema. Pensando corpo de forma concreta, a partir da experiência do sujeito negro, ele diz que quando um corpo, que não foi reconhecido mais como existente, de alguma forma se faz presente, é neste momento que se dá a operação do emblema. O corpo se torna uma imagem por estar presente, e esta imagem, portadora de significado e símbolos, se torna um emblema.

Desde seu assassinato em 2018, ano em que se realizaram eleições a nível federal e estadual naquele ano, a imagem de Marielle se tornou um emblema. Muitas pessoas passaram a falar o seu nome, a usá-lo, apropriá-lo, em diferentes campos políticos, com diferentes fins, sobretudo com intuítos político-eleitorais. Após dois anos, as eleições municipais de 2020 se deram no contexto de pandemia de Covid-19, isolamento social e de insurgência de levantes globais antirracistas que denunciavam a violência policial contra pessoas negras mesmo diante de uma pandemia. No Brasil, em especial no Rio de Janeiro, os levantes antirracistas também tinham um caráter periférico, sendo organizados por movimentos negros e de favelas<sup>19</sup>. Algumas frases ecoaram nas ruas: "Nem de fome, nem de tiro, nem de Covid: o povo preto quer viver!", "As mães pretas não aguentam mais chorar!" e "Com racismo, não há democracia". Naquele ano também foi o ano em que Marielle estaria completando o seu primeiro mandato e possivelmente se reelegendo, e seu nome foi ecoado novamente. O protagonismo das candidatas negras, em especial aquelas que se inspiravam em Marielle, ficou ainda mais evidente. Andréa Lopes da Costa (2021) apresenta como mulheres negras

---

<sup>19</sup> LUNA, Denise. Manifestantes protestam no Rio contra o racismo e a violência policial. Estadão, 27/06/2020. <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,manifestantes-protestam-no-rio-contr-o-racismo-e-a-violencia-policial,70003327591>> Acesso em 6 de agosto de 2021.

estão sendo reconhecidas como protagonistas de um novo tipo de política que está relacionado ao legado e à ancestralidade.

Mas há algo de novo. Se, por um lado, a representação na política institucional ainda é limitada, por outro, a presença e o protagonismo de mulheres negras têm sido progressivamente ampliados, pois não se trata mais de figuras solitárias em suas candidaturas e propostas. São pessoas que conscientemente levam consigo, as pautas políticas de uma coletividade, as narrativas de várias gerações e o legado de toda a ancestralidade. São potências que se sabem únicas, mas que representam muitas. (COSTA, 2021, p. 12)

Como colocou Vilma Reis<sup>20</sup>, são mulheres que movem engessamentos sociais pautados no racismo, no sexismo e no classismo, que decidiram interromper a hegemonia colonial. Mesmo que ainda muito aquém do necessário, houve também um maior entendimento da importância de se eleger mulheres negras. Como Borges (2019) afere, o novo protagonismo que as mulheres negras ativistas expressam na política entende que não haverá justiça social enquanto a elaboração de leis e de políticas públicas for um monopólio de homens brancos, aqueles que compõem a minoria da sociedade brasileira, direcionadas para uma população majoritariamente negra e feminina. As mulheres negras - ao seguirem um legado político – superam rótulos de um possível particularismo identitário, ao defender a indissociabilidade das lutas antirracistas, anticapitalistas e antissexistas (BORGES, 2019).

Em paralelo, há muitos grupos - tanto do campo da esquerda como da direita - que apontam esse tipo de representação como uma espécie de modismo ao qual chamam de "identitarismo". O argumento já é falho por negar identidade à figura do sujeito branco masculino cisgênero heterossexual, que, por mais "universalista" que se rotule, é a maior identidade social e política dos últimos séculos, cuja força foi capaz de ter se colocado com o "ponto zero" e criar uma matriz de poder colonial que permanece até hoje (GROSFOGUEL, 2008). Este argumento apaga como o movimento de mulheres negras em espaços de decisão constrange e faz remodelar esta matriz. Nas palavras de Rosane Borges (2019, p.9):

Presos a uma concepção (decadente) legada pela modernidade, os que caem nessa armadilha (universalistas versus identitaristas) reduzem as reivindicações dos grupos historicamente discriminados a uma questão específica, identitária, como se identidade fosse coisa pouca. Pior: acusam esses grupos de desviarem a luta fundamental (contra o capitalismo, contra as estruturas) para caminhos curtos, adiando ou inviabilizando as mudanças necessárias, que ganhariam força quando levadas adiante por sujeitos indistintos, sem marcadores de raça, gênero ou orientação sexual, entre outros. (BORGES, 2019, p. 9)

---

<sup>20</sup> MENA, Fernanda. Não dá para o PT voltar sem repartir o poder com mulheres negras, diz socióloga. Folha de São Paulo, 14 de março 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/nao-da-para-o-pt-voltar-sem-repartir-o-poder-com-mulheres-negras-diz-sociologa.shtml>> Acesso em 6 de agosto de 2021.

E complementa sobre o que está em jogo quando falamos sobre representação:

As discussões em torno das novas ordens de representação e novos regimes de visibilidade habitam o coração da política global contemporânea, que tem como um de seus principais fundamentos a indissociabilidade entre política e representação. Nessa chave, é preciso defender uma ação transformadora capaz de encontrar maneiras de (re)inventar um mundo possível, numa perspectiva estética, ética e política. As antigas ordens de representação, agora em crise, mostram-se incapazes de abarcar o “mosaico possível de acepções do humano”, o que supõe a tarefa de fundar uma nova gramática política, livre das orientações de um pensamento oxidado. Não se deve reduzir a questão ao par universalismo e particularismo, no qual muitos querem alocá-la. (BORGES, 2019, p.9)

O campo político institucional é um espaço de exercício das relações hegemônicas e normativas, e, por excelência, o lócus da reprodução das assimetrias de classe, gênero e raça (COSTA, 2021). Ou seja, a política institucional é um ocultador de memórias, corpos e histórias de luta, e, assim, apresenta-se no imaginário social como o ambiente de exclusividade para homens brancos. Devido às posições subalternizadas nas quais foi historicamente colocada na pirâmide social, a especificidade de ser mulher negra permite um olhar para as desigualdades estruturais pela perspectiva das que mais sofrem os efeitos das assimetrias (COSTA, 2021). Por meio da obstrução do acesso aos direitos políticos das mulheres negras e da dificuldade na entrada nesse espaço de decisão, se mantêm as sólidas relações hierárquicas de poder, ao mesmo tempo em que se desautoriza sabedorias e fazeres ancestrais acumulados, desqualificando formas de conhecimento que não reproduzam a hegemonia do norte global, perpetuando a experiência colonial de apropriação, objetificação, subjugação, mutilação e extermínio de corpos negros.

Lélia (1984), ao denunciar a neurose racial brasileira e apontar que as pessoas negras, em especial as mulheres negras, estão "na lata de lixo da sociedade brasileira", mostra como a negritude se tornou fonte primária de Outridade, sendo colocada no lugar de outra ou outro através de um processo de absoluta negação, pela qual a branquitude é construída (KILOMBA, 2019). Com isso, o papel fundante das culturas negras na dinâmica brasileira não é reconhecido ou tais culturas são vistas de maneira reducionista. Conseqüentemente, apesar da impressionante elaboração, "saberes, práticas, experiências e propostas políticas consolidadas pelas mulheres negras não foram suficientemente absorvidas como um patrimônio legítimo para compor a gramática política brasileira" (Marcha Nacional de Mulheres Negras, 2021, p. 106). E, mesmo quando absorvidos, foram adotados de forma parcial, erodindo o seu protagonismo.

A ausência das mulheres negras nas raias do poder deriva diretamente da falta de reconhecimento da sua contribuição histórica de formação do país e da "sua capacidade de partilhar o comum, de sua plena humanidade, que a faz partícipe da coisa pública" (Marcha Nacional de Mulheres Negras, 2021, p. 107). Por isso, como aponta Lélia (1984), por terem sido faladas, infantilizadas - aquela que não tem fala própria, mas sim que é falada - que há a necessidade de ter a própria fala. E, em um local em que a função do cargo é falar, como no Parlamento, é possível perceber a importância para uma sociedade que se nomeia como democrática ter cada vez mais mulheres negras acessando e, acima de tudo, permanecendo nos espaços institucionais políticos. Como coloca Gonzalez (2018):

Esta questão é de caráter ético e *político*. Se estamos comprometidas com um projeto de transformação social, não podemos ser coniventes com posturas ideológicas de exclusão, que só privilegiam um aspecto da realidade por nós vivida. Ao reivindicar nossa diferença enquanto mulheres negras, enquanto amefricanas, sabemos bem o quanto trazemos em nós as marcas da exploração econômica e da subordinação racial e sexual. Por isso mesmo, trazemos conosco a marca da libertação de todos e de todas. Portanto, nosso lema deve ser: organização já! (GONZALEZ, 2018)

Por mais que tentem interrompê-las ou silenciá-las com a máscara, conforme aponta Grada Kilomba (2019) e como foi com Marielle, essas mulheres negras ativistas que colocam seus corpos disponíveis para a política têm sido uma maré de resistência e avanço, nos abrindo a possibilidade de uma radical imaginação política e subversiva aos princípios coloniais, capitalistas e hegemônicos, imaginação que possa instaurar um novo pacto de reconstrução social e que funde bases para a democracia e justiça social.

Segundo Santana (2019), as mulheres negras ocupam a base da pirâmide social brasileira e é possível elencar dados que corroboram a narrativa da exclusão e da precariedade da vida dessas mulheres. Contudo, ela pondera que, apesar de ser importante a denúncia, essa perspectiva também reitera olhares colonizadores, racistas e sexistas sobre elas. Santana aponta que, mesmo diante de condições econômicas tão desfavoráveis, mulheres negras inventam soluções colaborativas para a manutenção de suas vidas e suas comunidades, compartilham os cuidados de crianças e idosos, além de compartilharem alimento e moradia entre núcleos familiares distintos (SANTANA, 2019). "Nos quilombos, nas ações cotidianas de sabotagem e recusa, no candomblé, no samba, essas mulheres forjam soluções culturais para os problemas econômicos." (SANTANA, 2019, P.18). E complementa sobre a inovação social:

A partilha em comunidade, tão recorrente entre quem está à margem da estrutura econômica do capital, precisa ser constatada como tecnologia social potente, como

possibilidade de futuro, não apenas como sintoma da exclusão. Precisamos mergulhar em nossas histórias para encontrar os tesouros que nos permitem estar vivas. Quem sabe, ao narrar tais tesouros, estejamos mais perto das chaves para um futuro igualitário e de justiça social, apesar da crise, do autoritarismo, do fascismo que, infelizmente, avançam no Brasil. (SANTANA, 2019, P.18)

Na produção dessas mulheres, "pode-se perceber a ancestralidade, as táticas cotidianas de existência e as tecnologias sociais inovadoras que permitem a vida dessas mulheres e de suas famílias e comunidades." (SANTANA, 2019, p. 19). Além disso, ela ressalta que a memória não é composta somente de dores. A memória é importante para trazer luz à grande capacidade de mulheres negras, em um cenário tão restritivo, de se constituírem como sujeitas e produzirem conhecimento e políticas. Escrever então as memórias de mulheres negras "é também a possibilidade de criar o tecido, uma mortalha grande o bastante, para cobrir os corpos de negras e negros vítimas da escravização e do dispositivo de racialidade e do biopoder que configuram o racismo brasileiro." (SANTANA, 2020, p. 40).

Foi a partir dessas percepções que, nas eleições de 2020, no Instituto Marielle Franco, nos deparamos com três questões: o nome de Marielle, como um emblema, era evocado constantemente, muito se falava sobre Marielle, mas pouco se conhecia ou se seguia com profundidade as suas pautas; havia uma necessidade de apoiar e fortalecer candidaturas de mulheres negras para aquelas eleições, reforçando o seu protagonismo para apontar saídas para crises históricas no Brasil que associavam pautas estruturais de raça, gênero e classe; ao mesmo tempo em que víamos a necessidade de impulsionar um tipo de renovação política junto a uma agenda programática alinhada às demandas dos movimentos sociais, em especial do legado das mulheres negras, e do modo de fazer diferente de uma política tradicional.

Tinha sobretudo uma memória e uma História em disputa sobre Marielle. Entre o esvaziamento da sua imagem e o adensamento sobre o porquê Marielle carregava em si um símbolo e uma referência tão forte, era preciso resgatar a memória sobre o que ela defendia, sobre quem era ela. Poder narrar e consolidar a sua atuação era fundamental. A conexão desta memória coletiva para a identidade coletiva, em especial para mulheres negras, periféricas e LBTQs, era importante para conseguirmos que mais pessoas como Marielle chegassem aos espaços de poder e pudessem também ser impulsionadas. A História assim como a memória estava em disputa, porque mostrar que o legado de Marielle era fruto de outros tantos legados de mulheres negras, defensoras dos direitos humanos, é mostrar como estas mulheres ao estarem em espaços de poder conseguem avançar de forma estrutural, ainda que sob condições adversas.

Nasceu então a proposta da Agenda Marielle Franco, que reconfigura o entendimento do novo na política, se pautando por uma renovação que se baseia no passado e no legado, para agir no presente e pensar no futuro. A Agenda se formou a partir da memória de Marielle e da noção que somos regidos por um tempo espiralar. Para formularmos uma agenda de compromissos políticos e de futuro, foi necessário haver uma organização e um enquadramento da sua memória enquanto atuação política. E quando falamos de memória, não falamos só em termos de presença ou ausência, mas também de rememoração e lembrança, cuja busca por elas, quando termina, se traduz em termos de reconhecimento (RICOEUR, 2007)

Era uma tarefa histórica conseguir sistematizar e materializar todas as suas ações dentro da sua trajetória como parlamentar. O desafio era grande porque, como coloca Pollak (1989), há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E as memórias coletivas, defendidas por um trabalho especializado de enquadramento, são um ingrediente importante para a construção ou transformação do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade (POLLAK, 1989). Era também um trabalho de subversão do silenciamento, do apagamento e esvaziamento da memória da Mari.

Pollak (1992) sugere que cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, de organização. E o desafio desta tarefa de organização da memória de Marielle não era apenas na tentativa de romper com estruturas desiguais da sociedade, mas também como contribuir com a escrita da própria história. Como aponta Pollak (1992), a história social da história é a análise desse trabalho de enquadramento da memória. Ou seja, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, "mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade" (POLLAK, 1989, p. 4).

Em agosto de 2020, lançamos então a Agenda Marielle Franco<sup>21</sup>, um conjunto de compromissos com práticas e políticas feministas, antirracistas, LGBTQIA+ e populares a partir do legado de Marielle para todas as candidaturas daquelas eleições que quisessem se comprometer em levar este legado adiante. O processo de elaboração da Agenda Marielle Franco foi intenso e me atravessou de diversas maneiras. Com base na sistematização da sua atuação enquanto vereadora e presidenta da Comissão da Mulher na Câmara Municipal e em escutas com assessoras, a equipe do Instituto organizou sete práticas do modo de fazer política de Marielle e sete pautas políticas que ela defendia.

---

<sup>21</sup> MARIELLE FRANCO, Instituto. Agenda Marielle. Instituto Marielle Franco, 09/2020. Disponível em: <<https://www.agendamarielle.com/>>. Acesso em 3 de agosto 2021.

Em paralelo, outro processo me atravessava, que foi o contato com autoras decoloniais, epistemologias ameríndias e africanas, como Leda Martins, Gloria Anzaldúa e Silvia Cusicanqui, no mestrado de PPCULT e no *Grupo de Estudos sobre Comunicação, Cultura e Sociedade* (GRECOS), coordenado pela professora Ana Lúcia Enne (UFF). E, como forma de compreender outros saberes e fazeres, a Agenda Marielle propõe uma forma de fazer política com lógica descolonizadora, que é da encruzilhada, da fronteira, do Ch'xi, teorias das autoras citadas que serão aprofundadas a seguir. As teorias sobre tempo espiralar, foram fundamentais também para a profunda compreensão do que estávamos elaborando. Logo no início, já nas páginas iniciais da Agenda, na epígrafe, contém:

Em memória de Marielle Franco, mulher negra, favelada, defensora dos Direitos Humanos e LGBT. Marielle foi filha, mãe, irmã, esposa, amiga e vereadora dedicada a construir um mundo justo para todas as pessoas. Hoje, é inspiração para essa e futuras gerações.

Para Tiganá Santos (2021), os biombos lineares que separam as nossas experiências em passado, presente e futuro não fazem qualquer sentido. "É essa perspectiva linear de temporalidade que nos chega tão forte sempre: há uma certa perspectiva geral de mundo sob influência do euro-ocidente, sobretudo do euro-ocidente pós-cartesiano, (SANTOS, 2021, p. 47), uma separação que não faz qualquer sentido para outras cosmologias negro-africanas, afrodiaspóricas e, especificamente, àquelas fortemente assentadas em pensares bantu, aponta. Sobre a concepção de tempo Bantu, Santana (2020) aponta:

O que chamamos passado tem grande importância entre os bantu pois, sem ele, o presente não existiria. E o futuro não pode ser definido por não tratar de eventos, lembrando que o tempo concreto diz respeito a eventos e o tempo abstrato não pode ser medido. Mas a inexistência de algo parecido com o futuro não impossibilita a noção do devir ou que se faça planos. Ao contrário, planeja-se com a certeza de que os descendentes darão continuidade, no devir, ao que for planejado hoje. E todo o presente é guiado por uma percepção da ancestralidade. (SANTANA, 2020, p. 33)

Benjamin (1974) reforça o tempo do agora, que é o tempo vivido, experienciado, a atualidade, diferente daquele que seria o ideado, transcendental, ou cristalizado, imóvel. Ele propõe uma suspensão e a superação do tempo linear, cujos efeitos dessa superação permitem um entrecruzamento completo entre as temporalidades e inversões das relações de tempo, nos levando tanto ao passado como ao futuro, permitindo. Nessa concepção, o passado está pleno de agora e é preciso fazer-se presente no presente. No materialismo histórico de Walter Benjamin, interessa mais conhecer o passado a partir da relação dele com o presente e com outros momentos históricos: "Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo

‘como de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo.” (BENJAMIN, 1986, TESE VI)

A visão moderna-historicista da história relaciona-se com os fatos como se fossem objetos e objetividades, lida com um passado morto, um presente morto, uma história morta, que só o que faz é refletir-se e projetar-se indefinidamente, o que não passa de um pesadelo mórbido e fantasmagórico (BENJAMIN, 1982). “A modernidade carrega a antiguidade como um mau espírito que teria vindo importuná-la em seu sono” (BENJAMIN, 1982, p. 470)

A noção de temporalidade entre os nagô também está calcada na relação com a ancestralidade e o passado como fonte de conhecimento. Muniz Sodré explica sobre a filosofia nagô: “diferente do tempo histórico, a temporalidade em que se inscreve o destino é própria da ancestralidade, isto é, da vigência ética do discurso de fundação do grupo, em que se enlaçam origem e fim” (SODRÉ, 2017, p. 109). Um devir que é o passado; um passado que é o devir, reforça Santana (2020).

O mito iorubá "Exu mata um pássaro ontem com a pedra que arremessa hoje" é uma síntese dessa relação com o tempo. Exu é o mensageiro, o que abre os caminhos, responsável pela comunicação, pela criação e pela ligação da humanidade com os orixás. “O dinamismo mítico pode também ser lido como a própria natureza do inesperado, da penetração das fissuras do universo ordenado” (SODRÉ, 2017, p. 174). Muniz Sodré explica que o conceito ocidental do tempo se origina quando se começa a pensar na duração como algo independente dos ciclos ou processos, mas como abstração estabelecida por um "cânone de medida" (SODRÉ, 2017, p. 181). O tempo de Exu não pode se inserir em uma narrativa com passado, presente e futuro divididos porque a ação de Exu não está dentro do tempo, ela inventa o tempo (SODRE, 2017):

Na temporalidade que experimentamos em nosso cotidiano historicamente normalizado, permanecemos ligados à transitoriedade dos acontecimentos, regida pela linearidade do antes e depois. Nela, só se pode conceber o acontecimento referido no aforismo de Exu como ‘extratemporal’, portanto, como pertencer a um ‘não tempo’, uma temporalidade mítica (SODRÉ, 2017, p. 191).

Na perspectiva africana, a referência maior de tempo é o passado, porque nele está a sabedoria dos ancestrais e no passado residem as respostas para os mistérios do presente (OLIVEIRA, 2003). O tempo presente – que contém o passado, na trança nomeada por Allan da Rosa (APUD SANTANA, 2020) – é o tempo da vida, e para orientá-lo é importante que se ouça as vozes do passado. O que veio antes, a ancestralidade, pode se conectar ao humano pelo fio da memória, como aponta Santana (2020). “A memória viceja no tempo presente –

eis onde vige o ancestral, como ntima, mesmo termo kikongo para coração” (SANTOS, 2019, p. 155). Assim como na origem do latim: saber de memória, saber de cor, de coração. A memória é encarnada pelo que pulsa (SANTANA, 2020). “E tudo, como estamos a ver, vibra a anterioridade, o presente, o devir. Tudo vibra memória – linha de força que reúne as temporalidades possíveis” (SANTOS, 2019, p. 156).

Neste sentido, Leda Martins (2002) aponta também para um tempo espiralar, a partir da ancestralidade e da encruzilhada, importantes concepções filosóficas e metafísicas africanas. A autora afirma que a cultura negra é o lugar das encruzilhadas, ela em si é a própria encruzilhada, uma vez que o tecido cultural brasileiro deriva do cruzamento de diferentes culturas e sistemas simbólicos, sejam eles africanos, europeus, indígenas, e mais recentemente orientais. Leda mostra que um ponto essencial para entender a encruzilhada é a ancestralidade: os vivos, os mortos, os antepassados e o agora interagem, vão formar elos numa mesma indissolúvel cadeia significativa.

Deste modo, Leda Martins nomeia a encruzilhada como uma chave teórica de leitura de mundo, um operador conceitual:

A encruzilhada, como operador conceitual, nos oferece a possibilidade de interpretar o trânsito sistêmico e epistêmico que emerge de processos transculturais, nos quais concepções e sistemas simbólicos diversos se encontram, se confrontando e dialogando, nem sempre de forma pacífica. Operadora de linguagens e discursos, a encruzilhada é então um terceiro lugar, porque é geradora de produção semântica plural, de signos diversos (MARTINS, 2013, p. 24)

Essa percepção filosófica e cósmica da Encruzilhada entrelaça o tempo, a ancestralidade e a morte. A ancestralidade é fonte de inspiração para o presente e delinea as curvas de uma temporalidade espiralada, “na qual os eventos, desvestidos de uma cronologia linear, estão em processo de uma perene transformação” (MARTINS, 2002, p. 84). Reverenciar os ancestrais significa, reverenciar a vida, sua continuidade e mudança. Somos filhas e filhos daqueles que aqui estiveram antes de nós, mas não somos seus gêmeos idênticos, nem geramos seres idênticos a nós, e, “desse modo, o passado toma-se nossa fonte de inspiração; o presente uma arena de respiração; e o futuro, nossa aspiração coletiva” (MARTINS, 2002, p. 84).

Leda apresenta o aforisma kikongo Malnuenda! Malwisa!, que pode ser traduzido como “o que se passa agora retornará depois”, mostrando que o que flui no movimento cíclico permanecerá em movimento. Então, “nesta sincronia, passado pode ser definido como o lugar de um saber e de uma experiência acumulativos, que habitam o presente e o futuro, sendo

também por eles habitado" (MARTINS, 2002, p. 85). É um processo entre o passado e o futuro que abandona a noção de tempo linear evolucionista e propõe uma relação de retroalimentação. De acordo com Leda Martins (2002, p. 85):

Esse processo pendular entre a tradição e a sua transmissão institui um movimento curvilíneo, reativador e prospectivo que integra sincronicamente, na atualidade do ato performado, o presente do pretérito e do futuro. Como um logos em movimento do ancestral ao performer e deste ao ancestre e ao infans, cada performance ritual recria, restitui e revisa um círculo fenomenológico no qual pulsa, na mesma contemporaneidade, a ação de um pretérito contínuo, sincronizada em uma temporalidade presente que atrai para si o passado e o futuro e neles também se esparge, abolindo não o tempo mas a sua concepção linear e consecutiva. Assim, a idéia de sucessividade temporal é obliterada pela reativação e atualização da ação, similar e diversa, já realizada tanto no antes quanto no depois do instante que a restitui, em evento. (MARTINS, 2022, p.85)

Silvia Cusicanqui (2019) também nos convida a pensar o tempo através do aforismo aymara Quipnayra uñtasis sarnaqapxañani, que pode ser traduzido como “olhando atrás e adiante podemos caminhar no presente futuro”. Ele nos revela que o passado está diante de nós, é visto pela frente; o futuro, entretanto, não há como conhecermos - ele está atrás, nas nossas costas. A noção do passado que surge, irrompe no presente, é uma celebração de um gesto anacrônico. (CUSICANQUI, 2019)

Na epistemologia indígena, segundo Cusicanqui (2010, p. 54), não há nem “pós” nem “pré” em uma visão da história que não é linear, nem teológica, mas que se move em círculos e espirais, que marca um rumo sem deixar de retornar ao mesmo ponto. Pensando a partir de um projeto de mundo indígena, entendemos que o futuro se aflora desde o presente em uma espiral cujo movimento é um contínuo retroalimentar-se do passado sobre o futuro, um princípio de esperança que vislumbra a descolonização e a realiza ao mesmo tempo (CUSICANQUI, 2010). Um desenho que se assemelha às tramas de um tecido e os movimentos que remetem a um vai e vem do tecer. Para Cusicanqui (2010, p. 55), “a experiência da contemporaneidade nos compromete com o presente e com o aqui, o aka pacha, que, por sua vez, contém em si mesma as sementes de futuro que botam desde o fundo do passado”.

Conforme afirma Eduardo Oliveira (2003), na concepção africana, os protagonistas do presente ouvem, respeitam e cultuam os ancestrais para abrir caminhos para novos tempos. A tradição, então, é o fundamento da atualização. Kênia Freitas (2020) mostra como a questão do tempo espiralar está relacionado à disputa pelo direito e possibilidade de narrar a sua história e a do seu coletivo, pois "são essas voltas, de olhar para o passado e desafiar a narrativa, imaginar além, imaginar nas brechas, contar de outra forma” que desafiam a

história única (CHIMAMANDA, 2019) e aumentam a capacidade de evocar a memória como forma de enfrentar a história instituída, como afirma Lélia (1984). Kênia (2020, p. 9) ressalta que não se trata de desviar de um processo real e histórico, "não é uma invenção da história, é entender que essa história oficial que chega para a gente já é uma história fabulatória e que existem outros meios de contá-la".

É essa concepção que rege o fazer político da Agenda Marielle Franco. A Agenda é o lugar da encruzilhada, do encontro entre passado e futuro, em um tempo espiralado. As propostas para o futuro evocam uma ancestralidade e vêem o passado como um lugar de saberes e experiências acumulados. Para uma parlamentar comprometida com a Agenda Marielle Franco, que tece a política a partir do tempo espiralar, ela está de frente para o passado, que se move em uma relação em um processo constante circular com o futuro, como iremos aprofundar nos próximos capítulos sobre a atuação e reverberação da Agenda.

Logo na introdução da Agenda Marielle Franco (2020, p. 5), está escrito que um dos principais objetivos é reforçar que "fazer política deve ir além da proposição de projetos de lei", contribuindo para que o discurso se transforme em prática. Isto é, transformar o "falar Marielle" em "fazer Marielle". Por meio da memória e da sistematização do seu legado, há um apontamento direto para o futuro, sob uma regência temporal espiralada:

Durante toda a disputa eleitoral das eleições municipais de 2020, resgataremos aqui aprendizados que Marielle nos deixou, bem como as políticas públicas prioritárias que ela defendia. Nossa ideia é trocar e ajudar a construir cidades, favelas e periferias mais justas, inclusivas, sustentáveis e com respeito à diversidade. (FRANCO, AGENDA MARIELLE, 2020, p.5) [...]

Acreditamos que as práticas e as políticas defendidas e construídas por Marielle Franco sistematizadas aqui podem ajudar a enxergar um futuro possível para o momento tão sombrio que a política brasileira enfrenta, que vem desde o assassinato de Marielle em 2018. Momento este que em 2020 se agravou com a crise sanitária, política e social causada pela COVID-19 no Brasil, que já custou milhares de vidas e representa hoje, mais um desafio para as políticas sociais em nosso país. (FRANCO, I. 2020, p.5)

As sementes que se comprometem com a Agenda têm a possibilidade de espiralar o tempo porque se pautam no que foi construído no passado, em um legado deixado por quem veio antes. Este legado se torna ferramenta de construção para uma nova política. O futuro só poderá ser construído se permanecer em constante acesso ao passado. Neste início, a Agenda também aponta que outro objetivo é também fazer com que esta memória e este legado consigam impulsionar mais mulheres negras na política:

Este esforço é uma maneira, não apenas fazer valer o que Marielle acreditava, mas também potencializar as inúmeras sementes que estão vindo disputar esse espaço tão hostil e violento que é a política institucional, em especial, para mulheres negras. (FRANCO, I. 2020, p.5)

Além de reforçar a importância do comprometimento com uma agenda programática e uma práxis política de uma renovação política:

Estamos resgatando propostas de uma forma coletiva de fazer política e queremos garantir, através dessas propostas, o compromisso daqueles que estão disputando a política institucional neste ano e poderão no próximo ciclo, ajudar a promover e consolidar o direito a uma vida digna para todas, todos e todes. (FRANCO, I. 2020, p.5)

Conforme corroborado na passagem acima, a Agenda nasce a partir de um entendimento que a política é feita coletivamente, tanto na elaboração quanto na sua ação, e isso se desdobra em uma das práticas da Agenda Marielle. Por isso, na apresentação, há um texto que alerta para o fato de que esse legado não se trata de um caráter personalista (2020, p.6):

É importante lembrar que resumir qualquer pessoa em um número limitado de pontos não dá conta da quantidade de potências que todas nós carregamos com a gente. Aqui estão reunidos alguns destaques que consideramos importante ressaltar, mas entendemos que esta agenda está em permanente construção e movimento, assim como estava Marielle. Aqui não pretendemos cristalizar uma imagem de perfeição de Marielle, mas sim demonstrar como a sua produção legislativa e o seu fazer político são fruto de um processo histórico de movimentos sociais, coletivos, organizações e ativistas racializados. Esperamos poder produzir e divulgar futuramente versões atualizadas da Agenda Marielle, mas convidamos todas as organizações, movimentos e ativistas a também seguirem elaborando e formulando suas próprias propostas. (FRANCO, AGENDA MARIELLE, 2020, p.6)



Figura 18 - Vídeo que fizemos para o lançamento da Agenda Marielle Franco. Vídeo hiperlinkado.

Fonte: Reprodução/Instagram Instituto Marielle Franco.

Metodologicamente, durante alguns meses de 2020, a equipe do Instituto analisou a produção legislativa da *mandata* Marielle Franco, sistematizando suas pautas prioritárias de atuação e, mais que isso, sua forma de atuar. Foram assistidas suas falas no plenário, realizadas entrevistas com ex-assessoras da mandata, e analisadas a produção e as justificativas de projetos de lei apresentados durante os meses em que Marielle ocupou a Câmara de Vereadores.



Figura 19 - Fotos da Agenda Marielle Franco de 2020. Foto: Reprodução/Instagram

As práticas levantadas, que foram redigidas em um formato inspirado em “Los 7 principios de los pueblos”<sup>22</sup> que regem o movimento Zapatista no México, ajudam a pensar a

política como este lugar de encontro, de intercruzamentos, coexistência, dualidade, diversidade, da convergência e divergência, que circula entre passado e futuro, que é feita a partir da coletividade, da conjunção de trajetórias, de perspectivas, de posições.

Para dismantelar a casa-grande, precisamos de novas ferramentas que não são as do mestre, como nos ensinou Audre Lorde (1984). Por isso, mais do que só a presença de corpos, é preciso disputar as nossas ferramentas, isto é, as nossas práticas políticas. Ferramentas que não são da formulação colonial-capitalista-racista-patriarcal, porque foram elas justamente que conceberam a política como um espaço excludente, de produção e permanência das desigualdades sistêmicas. Mas sim de um novo que tem o passado como devir, como fonte de conhecimento, e que possui condições para se tornar a partir do encontro: de culturas, perspectivas, saberes e trajetórias.

Ao entrevistarmos ex-assessoras da *mandata* Marielle Franco, essas foram algumas das palavras que mais apareceram ao perguntarmos como elas definiriam o fazer político de Marielle e que constam na Agenda Marielle (2020, p.18):



Figura 20 - Imagem da parte interna da Agenda Marielle Franco 2020 (p. 18), com palavras que saíram das escutas feitas com as assessoras do mandato.

É possível dizer que essas práticas eram horizontes e ainda estavam em desenvolvimento - umas mais avançadas que outras - mas, com o interrompimento prematuro

---

<sup>22</sup> ESTEVA, Gustavo. LUNA, Diana Itzu Gutiérrez. RAGAZZINI, Irene. Mandar obedecendo en territorio zapatista. Disponível em: <[https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/94112/CONICET\\_Digital\\_Nro.fl1a1789b-ab5e-4c5d-8ee2-60f37d0216b7\\_X.pdf?sequence=5&isAllowed=y#:~:text=Elegidos%20como%20autoridades%20para%20integrar,mandar%3B%205\)%20Proponer%20y%20no](https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/94112/CONICET_Digital_Nro.fl1a1789b-ab5e-4c5d-8ee2-60f37d0216b7_X.pdf?sequence=5&isAllowed=y#:~:text=Elegidos%20como%20autoridades%20para%20integrar,mandar%3B%205)%20Proponer%20y%20no)> . Acesso em 25 de agosto 2022.

pelo assassinato de Marielle, temos o retrato de apenas um ano de mandato. Temos a certeza que com mais tempo e mais anos, elas poderiam se desenvolver ainda mais, serem aprofundadas e ampliadas. Por isso também a importância de consolidá-las para que possam ser aplicadas e multiplicadas, com a tranquilidade de saber que há a distância entre o vivido, o apreendido e o transmitido.

A primeira prática é "Diversificar talentos e cores, não burocratizar: movimentos sociais e ativistas integrados a campanhas e mandatos". Essa prática reflete a proposta inicial da Agenda e diz que um diferencial do dia a dia em um mandato instiga a "entender que a política vai além de uma casa legislativa" (FRANCO, I., 2020, p. 9). Reforçando o lugar da memória, das inovações e ferramentas sociais citadas por Santana (2019), coloca que "mulheres negras, trabalhadores/as informais, moradores/ as de favelas e periferias, trabalhadores/as rurais, população LGBTQIA+ e outros grupos há anos constroem e implementam soluções para seus problemas capazes de mudar a realidade de suas vidas e suas comunidades" (FRANCO, I., 2020, p. 9). Para a promoção de uma política verdadeiramente participativa, é necessário fazer uma agenda junto com "atores sociais que constroem soluções em seus territórios" (Idem). E reafirma que o mandato em si não é um fim, mas sim um meio:

Os espaços legislativos devem funcionar como potencializadores das lutas de movimentos sociais. Esses grupos, exercem um papel não apenas de demandar e propor políticas públicas, como também qualificar o debate sobre as mesmas. Afinal, quem deve dizer como melhorar uma realidade, se não quem a vivencia diretamente todos os dias? (FRANCO, I., 2020, p. 9)

E como compromisso direto, nesta prática se recomenda que as candidaturas que assinarem a Agenda Marielle Franco se comprometem a:

No processo de formação de equipe de um mandato, priorizar os princípios de pluralidade, diversidade e representatividade. Lembrando que um mandato deve retratar em seu corpo atuante as populações que compõem as grandes lutas por direitos em seu município. Sua equipe deve ter raça, classe e gênero, não somente nos cargos técnicos, mas também nos espaços de decisões no gabinete. (FRANCO, I., 2020, p. 9)

Em cada prática, também a Agenda faz um resgate tangível da atuação como vereadora. Nesta primeira prática, a Agenda lembra como "Marielle é exemplo: A equipe da mandata Marielle Franco era muito diversa e todas as vezes que um evento, ação ou projeto era organizado esse era um critério para pensar os convites" (FRANCO, I., 2020, p. 9).



Figura 21 - Imersão de planejamento feita em janeiro de 2016 pela equipe do mandato Marielle Franco, com a presença de algumas convidadas, para refletir sobre os desafios do mandato que iria começar e iniciar uma série de planejamentos. Foto: Reprodução/Instagram

A segunda prática é "Ampliar as alianças, não se isolar: trabalho intersetorial, articulação com outros órgãos públicos e terceiro setor" (FRANCO, I., 2020, p. 10), lembrando que é preciso conhecer as engrenagens do sistema para transformá-lo, se valendo de processos existentes em parceria com atores públicos e privados para a promoção e garantia de direitos, sendo um dos caminhos para efetivar a mudança. Nesta prática, é possível perceber como Marielle, enquanto parlamentar, habitava um lugar de fronteira, o lugar da encruzilhada, pois ao mesmo tempo que tentava promover um novo modo de fazer política, fruto dos movimentos sociais e da sua ancestralidade, também negociava com a institucionalidade, usava as suas estruturas para poder avançar, transformando, assim, a política em um terceiro lugar, o lugar da dualidade, do mesclado. Como veremos a seguir, a Agenda e as parlamentares sementes comprometidas com ela também caminham para esse tipo de política da encruzilhada e da fronteira.

Como compromisso, as candidaturas deveriam "Buscar construir amplas alianças com outros órgãos públicos, bem como organizações sociais que sejam comprometidas com a garantia do acesso da população aos seus direitos, construindo espaços para estabelecimento desses canais de trocas" (FRANCO, I., 2020, p. 11). e como exemplo prático de Marielle:

A audiência pública sobre Mortalidade Materna e a formação do GT Intersectorial de Saúde no mandato de Marielle Franco gerou importantes frutos no trabalho da Comissão de Defesa da Mulher. O diálogo permanente com órgãos como a defensoria pública e o ministério público, além das secretarias municipais, organizações do terceiro setor, coletivos e movimentos era uma cultura da mandata. (FRANCO, I., 2020, p. 11)



Figura 22 - Ação chamada de OcupaDH no Salgueiro, realizada pela Comissão de Defesa da Mulher da Câmara Municipal em parceria com a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Alerj, em parceria com grande rede de apoio dos moradores do Salgueiro. Foto: Reprodução/Instagram

A terceira prática, e talvez a mais emblemática, é "Resgatar a memória, não apagar: Nossos passos vêm de longe - Um diferencial no fazer político de mulheres negras e indígenas" (FRANCO, I., 2020, p. 12). Nesta prática, a ancestralidade é diretamente evocada e fica evidente que há um outro tipo de concepção de tempo e de proposta de renovação política:

Quando buscamos qualificar o fazer político de mulheres negras, pensamos em ancestralidade e no que nossas avós e mães sempre fizeram em suas comunidades. As mulheres negras são o resultado de centenas de anos de esforços empreendidos na luta por sobrevivência e por uma vida digna, elas sempre lideraram as disputas por condições de vida melhores e sempre nos mostraram novas formas de pensar o futuro. O reconhecimento daquelas que vieram antes de nós e que, hoje, são referências na construção e implementação de modelos de mudança social é um fator importante na construção de uma nova identidade política comum. (FRANCO, I., 2020, p. 13)

Conforme consta na Agenda, para um/a parlamentar, reconhecer que nossos passos vêm de longe é também uma possibilidade de uma necessária renovação da articulação política, a partir de todos grupos que "ocuparam, resistiram e seguem resistindo em nossas florestas, campos, cidades, favelas e periferias" (FRANCO, I., 2020, p. 13). E mostra que se trata de um projeto coletivo, que vem a partir da memória, da ancestralidade e do tempo espiralado:

Honrar essa memória também significa entender que valores como "coletividade" e "participação" não são parte de uma "nova" política. Na verdade, eles são valores muito antigos, praticados por muitas dessas culturas ancestrais, mas que de forma violenta foram apagados por uma lógica colonizadora. Resgatar esses valores é fundamental para que não percamos tempo tentando reinventar a roda. Inovar em canais e linguagens para alcançar mais pessoas é sempre importante, mas sem ignorar os passos dados por quem veio antes. (FRANCO, I., 2020, p. 14)

As candidaturas que assinaram a Agenda Marielle Franco se deveriam comprometer a "Resgatar e honrar a memória e os passos das que vieram antes, celebrando e homenageando figuras ancestrais que estão conectadas a esses povos originários e fomentando uma cultura política que esteja aberta para a inovação nas linguagens mas não para o apagamento da nossa história." (FRANCO, I., 2020, p. 13). Neste sentido, passado, presente e futuro não são categorias estanques e separadas, elas se inter cruzam, se mesclam, relacionam-se entre si. Novamente a política da encruzilhada se faz presente porque a ela está ligada à ancestralidade e cruza, neste mesmo local, a inovação, a criação e a comunicação. Como exemplo, a Agenda 2020 traz:

A mandata Marielle Franco entregou medalhas e honrarias para mulheres como Conceição Evaristo, Dida Nascimento, Elza Santiago, Jacqueline de Jesus e Sonia Braz. Todas, mulheres que transformaram a realidade de seus grupos e suas comunidades por meio de ações educacionais, culturais, econômicas e acima de tudo, políticas. (FRANCO, I., 2020, p. 13)



Figura 23 - Entrega da medalha Chiquinha Gonzaga para Jaqueline Gomes de Jesus no dia 8 de março de 2017, Dia Internacional de Luta das Mulheres. Foto: Luna Costa

A quarta prática traz a coletividade como ponto central: "Coletivizar os objetivos, não se apropriar: o benefício da política deve ser coletivo e não próprio" (FRANCO, I., 2020, p. 15). A Agenda defende que a coletividade é importante, não apenas porque o benefício de suas conquistas políticas valerá para toda a população de cada município, mas principalmente pela forma como uma política pública é construída. Se queremos uma casa coletiva, as ferramentas têm que ser coletivas. O benefício de uma política, portanto, não deve ser restrito a um grupo de eleitores, mas a toda população:

No dia a dia de uma parlamentar ou prefeita, ao propor projetos ou pautar políticas públicas é importante fazer com que o diálogo seja verdadeiramente plural. Nesse sentido, características como respeito, coletividade, disponibilidade para escuta e humildade são fundamentais para construir políticas capazes de atender o máximo de pessoas possíveis. (FRANCO, I., 2020, p. 16)

Como compromisso firmado nesta prática está:

Lembrar-se de que o trabalho na política é um bem público, e não privado ou individual. Estamos ali para servir ao povo, não para nos servirmos para os nossos projetos pessoais. Que os avanços na garantia de direitos e acesso se dão de forma

coletiva, feito por e com muitas mãos e mentes. Como representante do povo, seu dever é fortalecer uma democracia ampliada e não personalista. (FRANCO, I., 2020, p. 16)

O caso exemplificado foi "Quando a prefeitura do Rio de Janeiro ofereceu ingressos para os vereadores irem assistir com as suas famílias os desfiles das escolas de samba na Sapucaí, Marielle foi contundente não só em não aceitar como também em denunciar a prática corrupta." (FRANCO, I., 2020, p. 16)

Todas as práticas contidas aqui também regem, com outro tipo de aplicabilidade, o Instituto Marielle Franco. Ainda que essas práticas tenham sido sistematizadas pela atuação do mandato de Marielle e na sua atuação como parlamentar, acreditamos que política se faz no dia a dia, em diferentes espaços, e não só em casas legislativas ou planaltos. Por isso, também há uma tentativa constante e diária de aplicar essas práticas. E a quinta prática talvez seja uma das que mais debatemos e estudamos a melhor forma de desenvolvê-la, tendo a questão do cuidado como central: "Cuidar do coletivo, não abandonar" (FRANCO, I., 2020, p. 17).

Há uma preocupação que deve ser central nos mandatos do cuidado com a equipe, do cuidado com a população, do cuidado com ativistas, movimentos e coletivos. O acolhimento de famílias, grupos ou pessoas que são vítimas do Estado ou têm seus direitos violados também é o trabalho de uma/um parlamentar, consta na Agenda 2020. Para isso, a Agenda alerta que a carga emocional sobre trabalhadoras e trabalhadores de um mandato tende a ser alta e, por isso mesmo, se faz necessário um olhar atento para quem está nessa caminhada.



Figura 24 - Marielle atendendo uma familiar de vítima de violência do Estado, mãe da menina Maria Eduarda, de 13 anos, assassinada em Acari na semana passada dentro do pátio da escola. No seu pescoço, as medalhas que a filha ganhou. Maria Eduarda era jogadora de vôlei e por isso tinha conquistado uma bolsa para estudar em uma escola particular no Rio. Foto: Reprodução/Facebook

Neste sentido, a prática Cuidar do coletivo, não abandonar, diz que:

O cuidado coletivo deve estar no centro de nossas ações políticas. O ativismo em defesa dos direitos humanos e direitos de pessoas vulnerabilizadas, é um trabalho árduo e arriscado. Mas outras formas de violência política ainda podem acontecer nesses espaços permeados de tensões e conflitos. O assédio entre os pares, a estafa física e a própria carga psicológica de lidar com temas delicados são alguns exemplos que se reproduzem facilmente. Por isso, pensar práticas de cuidado coletivo junto a quem constrói política diariamente com você é fundamental. Nossa construção política não pode estar acima de nossa saúde física e mental. (FRANCO, I., 2020, p. 18)

Neste sentido, as candidaturas inscritas na Agenda devem:

Encarar as tarefas de gestão de equipe com profissionalismo, viabilizar cuidado em saúde mental por meio de terapia para trabalhadoras e trabalhadores do seu mandato. Fazer checagem com a equipe sobre como estão enxergando o trabalho. Entender os limites de cada um e ter humildade e respeito para saber ouvir a opinião de quem está lhe ajudando construir sua campanha. Todas essas ações são formas de estabelecer uma prática de cuidado com quem constrói ao seu lado. (FRANCO, I., 2020, p. 19)

E o exemplo dado foi resgatando a lembrança da época em que Marielle coordenava a Comissão de Direitos Humanos da Alerj. Ela e sua equipe construíram práticas de cafés coletivos com acompanhamento de uma psicóloga. Durante seu mandato, Mari também buscava conversar e acolher sua equipe individualmente com frequência e respeitava seus momentos e espaços de autocuidado.



Figura 25 - Vídeo lançado em março de 2018 para falar da atuação da Comissão de Direitos Humanos da ALERJ, da qual Marielle foi coordenadora por muitos anos. *Vídeo hiperlinkado*. Foto: Reprodução/Facebook

A sexta prática, "Abrir as portas e janelas, não se encastelar" (FRANCO, I., 2020, p. 20) aprofunda sobre participação popular, transparência e abertura: "Precisamos dar o exemplo prestando contas do nosso trabalho, prezando pela transparência no uso do dinheiro público, criando ferramentas de participação para a população, os movimentos e coletivos ajudarem a priorizar e incidir nas nossas construções políticas" (FRANCO, I., 2020, p. 21). A Agenda defende que o objetivo, ao entrar nos espaços de poder, deve ser de "derrubar os muros e grades que afastam a população dos espaços de decisão". E conclui: "Não podemos nos acomodar com essas estruturas, afastando os pés do chão e nos encastelando distantes da população" (FRANCO, I., 2020, p. 21). De forma que o compromisso dessa prática se torna:

Construir ativamente mecanismos de participação e transparência dos mandatos e da estrutura política que se está ocupando (seja Câmara de Vereadores ou Prefeitura). Além de zelar pelo bom uso dos recursos públicos e organizar encontros abertos periódicos de participação do seu mandato. (FRANCO, I., 2020, p. 21)

No exemplo, a Agenda lembra que a *mandata* Marielle Franco organizava periodicamente uma prestação de contas públicas, seja em formato de encontro presencial ou com a realização de transmissões ao vivo em suas páginas de redes sociais. Além disso, a

Mandata também criou o Lab Franco, um laboratório de participação voluntária para pessoas que queriam conhecer de perto a estrutura da Câmara.



Figura 26 - Primeira reunião do LabFranco, laboratório de ativismo e participação, em 2017, no gabinete do mandato. Foto: Reprodução/Facebook



Figura 27 - Encontro aberto com Marielle Franco para prestação de contas de 6 meses de mandato, em agosto de 2017, na Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro. Foto: Reprodução/Facebook

A última e sétima prática, mas não menos importante e uma das práticas que mais foi possível ser vista ao final do seu breve mandato, é "Puxar quem quer vir, não soltar: abrir caminhos para quem quer vir" (FRANCO, I., 2020, p. 22). Isso também reforça a importância de construir permanentemente em coletivo. Como exemplo, foi lembrado o evento Mulheres na Política. Essa prática fala sobre como é fundamental o apoio e fortalecimento daquelas e daqueles que já estão na política institucional abrirem caminhos e espaços para que mais entrem:

Esse olhar para fora permite observar aqueles e aquelas que, assim como você, querem realizar transformações em nossa sociedade a partir da política institucional, mas que por todas as barreiras que afastam a população de seus caminhos de mudança, ainda não conseguiram se aproximar desse sonho. Mas você, como futura/o parlamentar, pode ser a/o agente de conexão entre a política institucional e centenas de pessoas dispostas a construir um novo ideal de sociedade para se viver. (FRANCO, I., 2020, p. 23)

E faz uma ponderação sobre a violência política sofrida por esses grupos ao tentarem adentrar a esses espaços:

Para um/a ativista ou liderança local, a entrada na política institucional pode ser um processo violento. Se você faz parte de alguma das maiorias minorizadas, esse processo é ainda mais complexo e dolorido e, mesmo em partidos políticos progressistas, é possível que você não encontre o acolhimento que espera e necessita nesse momento importante da sua vida. (FRANCO, I., 2020, p. 23)

As candidaturas que assinarem a Agenda Marielle Franco se comprometem então a:

Quando chegarem a esse lugar, potencializar aquelas e aqueles que ainda estão por vir. Não se fechar em seu próprio mandato ou em seu próprio grupo. Promover aproximações entre a juventude, a população periférica e todos os grupos interessados no funcionamento de um mandato e esse espaço que, embora possa ser hostil e pouco acolhedor, acreditamos ter um enorme potencial de construção coletiva, aprendizagem e transformação. (FRANCO, I., 2020, p. 23)



Figura 28 - Entrega da Agenda Marielle Franco 2020 para candidaturas à Prefeitura no evento Giro 2020, realizado pela Casa Fluminense. Foto: Mayara Donaria

Além das sete práticas, a Agenda também engloba sete pautas prioritárias como compromissos. Como Borges (2019), Reis (2021) e Costa (2021) colocam, a agenda das mulheres negras defensoras de direitos humanos é uma agenda que intersecciona pautas de enfrentamento ao racismo, ao classismo e ao machismo, capaz de mover estruturas tão injustas da nossa sociedade. Neste sentido, a Agenda Marielle Franco apresenta todas as suas pautas por um viés interseccional, colocando uma lupa também em territórios periféricos, entendendo que as desigualdades do capitalismo também se manifestam na diferença de acessos entre o centro e a margem. Para se comprometer, as candidaturas tinham que preencher um formulário para garantir que estavam integralmente de acordo com todas as pautas.

Com o título "Gênero, raça e periferia: a base necessária para uma reinvenção da democracia brasileira" (FRANCO, I., 2020, p. 25), a Agenda defende que é necessário um olhar interseccional para a construção de políticas públicas, assim como a mandata Marielle fazia:

A interseccionalidade é um aspecto comum na vida de mulheres negras, e no caso de Marielle Franco, não foi diferente. Durante toda sua vida, Marielle vivenciou opressões relacionadas a sua raça, seu gênero e também o seu território de origem, a favela da Maré no Rio de Janeiro. A partir disso, construiu uma forma de atuação política capaz de dar conta e olhar para todos esses aspectos de sua vida, e que também fazem parte da vida de milhares de brasileiras. (FRANCO, I., 2020, p. 25)

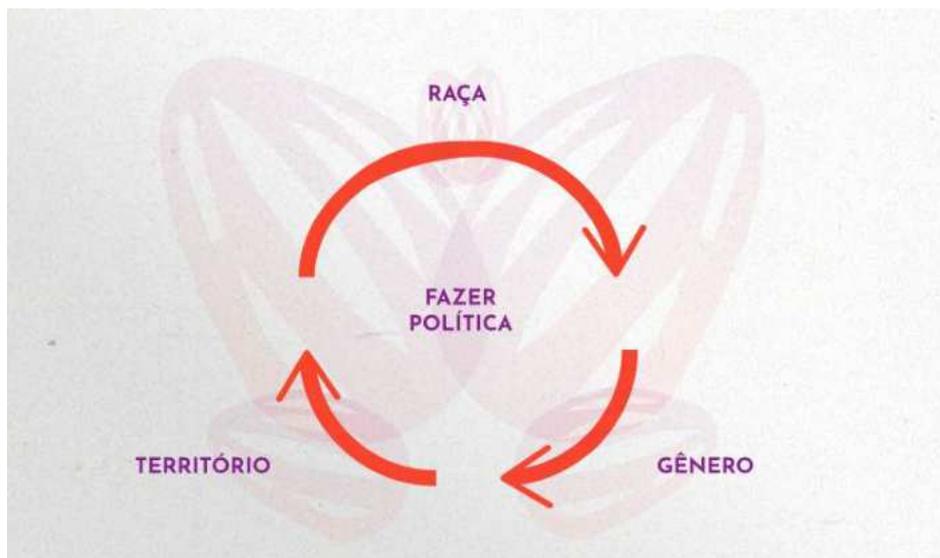


Figura 29 - Imagem da parte interna da Agenda Marielle Franco 2020, simbolizando a forma como foi elaborado o fazer político de Marielle de forma interseccional.

Na Agenda Marielle de 2022, com o aprofundamento e ampliação dos eixos programáticos, como veremos em um dos capítulos a seguir, há também uma qualificação no tipo de interseccionalidade abordada para a formulação das políticas públicas. Na Agenda deste ano é reforçado o lugar de Marielle enquanto uma vereadora que se reivindicava socialista. É reiterado que os eixos, assim como uma série de recomendações dentro de cada um, seguem um horizonte anticapitalista, contrário ao avanço neoliberal dos últimos anos no Brasil. Há também o reforço da narrativa que as políticas que partem e tem o ponto de chegada no conjunto das mulheres negras, são políticas que beneficiam toda a sociedade, como forma de combater desigualdades de gênero, raça e classe.

Na Agenda de 2020, dentro das sete pautas há uma série de propostas, com as quais parlamentares devem se comprometer. No eixo de Gênero e Sexualidade, reforça-se o lugar da justiça reprodutiva como potencializadora do olhar sobre os direitos reprodutivos ao trazer a justiça social e os direitos humanos para o centro do debate dos direitos reprodutivos, entendendo que a capacidade de uma mulher em determinar seu destino reprodutivo está diretamente relacionada às condições em que sua família e comunidade vivem.

A atuação de Marielle como presidenta da Comissão de Defesa da Mulher e os projetos de lei que protocolou, e que iremos analisar a sua replicação em capítulos posteriores, também foi lembrada:

Entre os trabalhos mais memoráveis desenvolvidos pela mandata Marielle Franco estão os projetos de lei “Para fazer valer o aborto legal”, que tinha como objetivo o atendimento humanizado e sem violência às mulheres em situação de aborto legal, o

projeto de lei “Assédio não é passageiro” com foco no combate ao assédio de mulheres em transportes públicos da cidade e a campanha “Não é não”, uma das últimas grandes ações da mandata durante o carnaval de rua do Rio de Janeiro de 2018 que tinha um foco no combate ao assédio de mulheres nesse período de festividades de rua. (FRANCO, I., 2020, p. 27)

A pauta de "Direito à Favela e à Periferia" na Agenda de 2020 também entende que o racismo institucional e o ódio contra os moradores de periferias se manifestam de diferentes formas pelo Estado: a falta de acesso a direitos básicos; a dificuldade de acessar equipamentos públicos de qualidade, como de saúde, trabalho, cultura e educação; a ausência de infraestrutura de mobilidade e circulação de moradores de favelas dentro das favelas e para outras regiões da cidade; e o racismo ambiental.

Neste eixo, a Agenda lembra de junho de 2017, quando a *mandata* realizou um encontro coletivo chamado “Direito à Favela” (FRANCO, I., 2020, p. 30), na favela da Maré, no Rio de Janeiro. O objetivo consistia em fortalecer redes de ativistas favelados e periféricos que atuam em coletivos organizados nos territórios historicamente marginalizados pelo Estado. Além de colher ideias, teorizar e propor políticas da favela para a favela, este encontro produziu a possibilidade de se construir um imaginário político onde a favela ocupa o centro do debate da agenda pública.



Figura 30 - Fotos do Encontro Direito à Favela, realizado em junho de 2017, o primeiro encontro aberto do Mandato, na Favela da Maré. O Encontro durou dois dias e teve uma série de rodas de conversas e oficinas.

Foto: Reprodução/Facebook

A terceira pauta, Justiça Racial e Segurança Pública, apresenta a necessidade de alterar o modelo de segurança pública e de polícia, substituindo por "uma nova visão de cidade sustentada nos direitos e nas pessoas, em políticas de memória e reparação para a população negra, para uma agenda de desencarceramento e para o fomento de oportunidades laborais a jovens de periferias e favelas"(FRANCO, I., 2020, p. 35). A partir do legado de Marielle, a Agenda coloca que é preciso uma profunda reforma estrutural que combata a militarização e a ocupação militar enquanto ferramenta da política pública de segurança, desmontando o fomento ao Estado Penal e a narrativa da “guerra às drogas”, que aplica uma política de repressão, encarceramento, extermínio, tortura e controle da população pobre, periférica e negra. A Agenda resgata que:

Para Marielle Franco, a luta por justiça racial e pelo direito à vida foram partes centrais de sua trajetória enquanto defensora de direitos humanos e vereadora. Marielle evidenciava que a escolha da atuação feita pelo Estado nas favelas e periferias não era centrada na prerrogativa da garantia de direitos. Organizado através do uso da força e da repressão, principalmente por meio da ação policial, o Estado produz uma segurança pública voltada para o confronto e para a eliminação do “inimigo”. (FRANCO, I., 2020, p. 35)

O eixo de Saúde Pública, Gratuita e de Qualidade reforça que o direito à saúde no Brasil é fruto da luta do movimento pela Reforma Sanitária brasileiro e há mais de 30 anos se efetiva por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Dentro do contexto de 2020, a Agenda pontua que a pandemia colocou em xeque a capacidade de governos municipais, estaduais e federal de se articularem conjuntamente para responder uma emergência em saúde e também evidenciou a falta de conhecimento existente, a respeito do modelo de gestão descentralizado adotado pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Por isso, propõe que sejam discutidas as atribuições dos serviços de saúde, bem como o papel dos governos no cumprimento e efetivação do direito universal à saúde garantido em nossa constituição. "Melhorar a qualidade do serviço prestado à população também deve ser o foco de futuras e futuros parlamentares, uma vez que nos últimos anos e com a pandemia, a pressão sobre o sistema municipal apenas aumentou e os investimentos estão cada vez menores." (FRANCO, I., 2020, p. 38).

A Agenda relembra que Marielle Franco fez parte da Comissão de Higiene, Saúde e Bem-Estar da Câmara de Vereadores, entendendo que, na organização do SUS, o município é responsável pela execução das ações e serviços de saúde no âmbito municipal e parte do esforço fundamental pela garantia do direito à saúde da população. "O município utiliza recursos próprios, e os repassados pela União e pelo estado, para fazer valer políticas

públicas, e é nesse nível que geralmente acontece o primeiro contato de uma ou um cidadão com a complexa rede de saúde do SUS." (FRANCO, I., 2020, p. 38).

Já na pauta de Educação Pública, Gratuita e Transformadora, a Agenda rememora que Marielle defendia uma educação inclusiva e participativa, "ajudando a formar seres humanos críticos e transformadores" (FRANCO, I., 2020, p. 41):

A mandata construiu diversos projetos de lei nessa área e atuou fortemente em defesa de um Plano Municipal de Educação que incluisse as reivindicações das classes trabalhadoras do setor. Através do Projeto de Lei Espaço Coruja, que virou lei, Marielle buscou articular diferentes campos para buscar soluções para o desafio das mulheres negras que precisam estudar ou trabalhar e não tem com quem deixar seus filhos, além de estar sempre aberta para pensar melhorias para o sistema de educação da cidade. (FRANCO, I., 2020, p. 41)

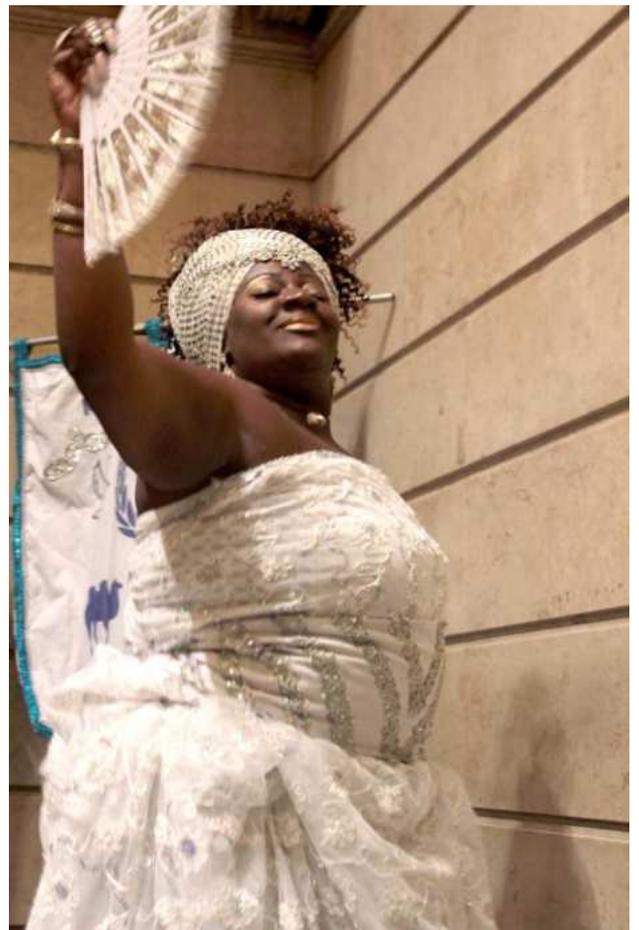
O eixo contextualiza que, nos últimos anos, temos visto uma escalada de discurso de ódio contra debates sobre igualdade de gênero, de raça e sexualidade nas escolas. "Professoras/es perseguidas/os, intimidadas/os e tendo sua autonomia em sala de aula questionada por pessoas que dizem defender valores de uma família com os quais não compactuamos" (FRANCO, I., 2020, p. 41). Por isso, na Agenda, reforçamos que acreditamos que uma educação pública emancipatória, não sexista e libertadora é a chave para as transformações que queremos em nossa sociedade. "A educação desempenha um papel fundamental na vida de crianças e adolescentes e também na vida de suas comunidades, ao ser propulsora de novas visões de mundo, de descobertas, de desenvolvimento intelectual, pessoal e social" (FRANCO, I., 2020, p. 41).

O eixo de Justiça Econômica define como objetivo um crescimento econômico inclusivo e sustentável e com acessos iguais para todos e todas. Um mundo em que os padrões de consumo e produção e o uso de todos os recursos naturais – do ar à terra; dos rios, lagos e aquíferos aos oceanos e mares – são sustentáveis. Marielle acreditava que o lucro e a produção não devem estar acima da vida das pessoas, e que o combate à exploração de trabalhadores e trabalhadoras é dever do Estado.

Para Marielle, este debate paira na noção de que é possível um mundo onde haja a promoção de um desenvolvimento sustentável e social, com a proteção ambiental, a redução das desigualdades, e a erradicação da pobreza e da fome. Um mundo em que o desenvolvimento e a aplicação da tecnologia são sensíveis ao clima, respeitem a biodiversidade e são resilientes. Um mundo em que a humanidade viva em harmonia com a natureza e em que animais selvagens e outras espécies vivas estão protegidos.

No último eixo programático, de Cultura, Lazer e Esporte, é possível ver sinais da visão da Cultura como forma de memória, ancestralidade e espiritualidade. Esta visão será mais fortemente consolidada na Agenda de 2022, após dois anos do amadurecimento do próprio Instituto Marielle Franco sobre o olhar e a potencialidade da memória. Bailarina da Furacão 2000 na sua adolescência e integrante do bloco Apafunk na sua vida adulta, a Agenda lembra que Marielle sempre se reconheceu enquanto funkeira. Também se registra que, mesmo católica de criação, Mari se colocava na luta contra o racismo religioso e na defesa de religiões de matriz africana. Como lembrança, a Agenda traz:

Durante o período que ocupou a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, Marielle defendeu ativamente as políticas de cultura, lazer e esporte em uma perspectiva popular e favelada. Sua mandata organizou encontros e homenagens a figuras importantes da nossa memória e nossa raiz, como o evento “Awrê aos nossos ancestrais”, que entregou medalhas para Mãe Meninazinha de Oxum, Pai Adailton Moreira e Afoxé Filhos de Gandhi e foi encerrado no saguão principal da Câmara com uma apresentação da Companhia de Aruanda. (FRANCO, I., 2020, p. 4)



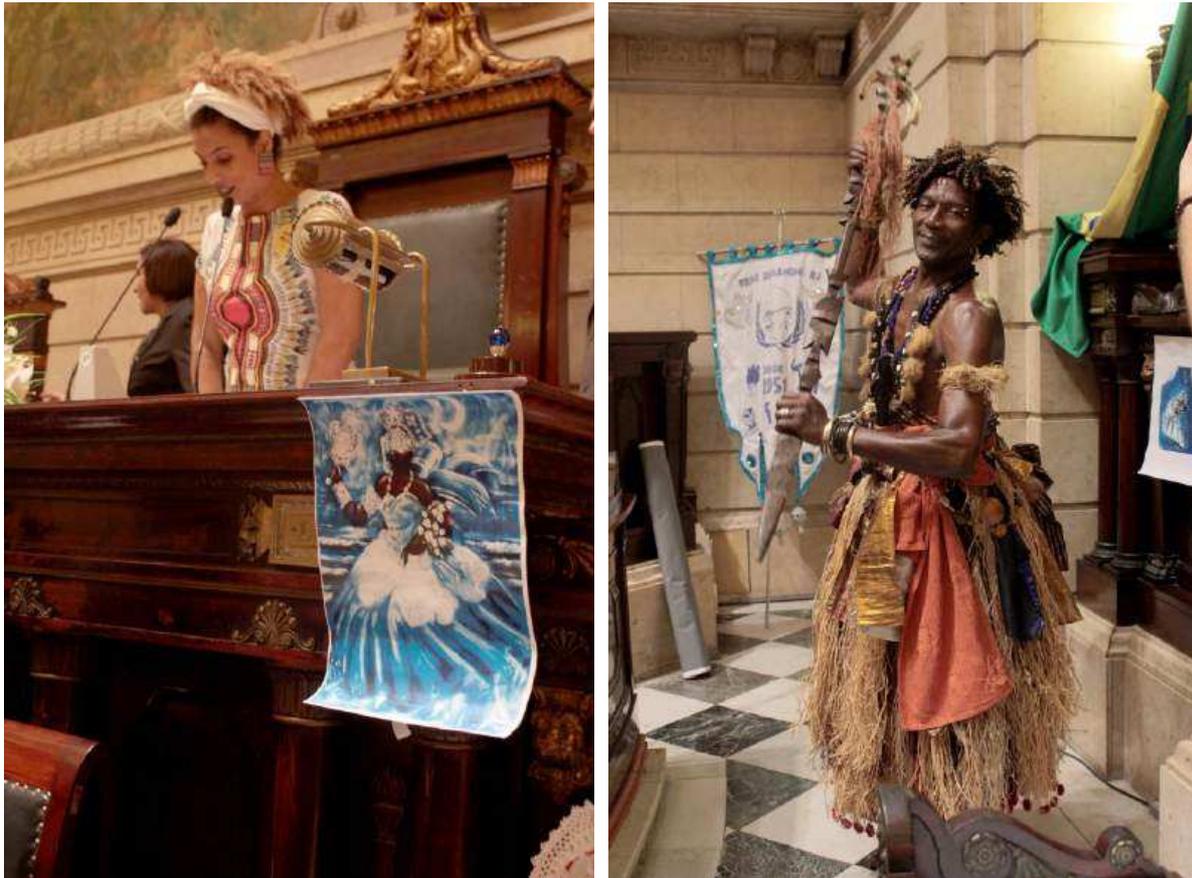


Figura 31 - Fotos do Encontro Awre aos nossos ancestrais - Reexistir na fé realizado no contexto do Novembro Negro, em 2017. O plenário ficou cheio de cores e ritmos ancestrais. Foram homenageados Mãe Meninazinha de Oxum, representada pela Deyse, Pai Adailton Moreira e Afoxé Filhos de Gandhi, representados pelo Tojá. Ao final, a Companhia de Aruanda ocupou a Câmara e fez uma linda apresentação. Foto: Luna Costa

De fato, eram frequentes as ocupações do plenário por apresentações de expressões artísticas africanas, declamações de poesias e cantos, antes e depois das atividades da mandata. "Marielle homenageou também importantes agentes culturais da cidade como a Dida, do Bar da Dida, que através da gastronomia de raízes negras conta a história dos nossos povos e culturas, além de escritoras, artistas e jornalistas como Conceição Evaristo, Flávia Oliveira e Ruth de Souza" (FRANCO, I., 2020, p. 47).



Figura 32 - Entrega da medalha Chiquinha Gonzaga à Dona Dida, do Dida Bar, como forma de reconhecimento à sua contribuição para a memória e cultura negra brasileira. A medalha foi entregue no dia 8 de março de 2018, Dia Internacional de Luta das Mulheres. Foto: Luna Costa

Com isso, é possível perceber que o legado de Marielle é o da encruzilhada, que consegue intercruzar tempos e práticas, negociar com o novo e com o instituído. Da mesma forma, a sua agenda programática é uma agenda coletiva que se mobiliza no sentido de mover estruturas sociais pautadas no racismo, no sexismo e no classismo, interrompendo a hegemonia colonial. Seus grandes ensinamentos são mostrar que política se faz na prática e que justiça social, econômica, racial e de gênero se faz de maneira indissociável.

## 5. NOVEMBRO DE 2020 - Agenda Marielle Franco como ferramenta e as parlamentares eleitas

As eleições municipais de 2020 foram duras, em um contexto em que enfrentávamos dilacerados uma pandemia, um luto coletivo, um isolamento social e um governo negacionista. Apesar disso, a Agenda Marielle Franco demonstrou ser uma ferramenta importante de impulsionamento de pautas e representação política. Foram mais de 750 candidaturas, de 21 partidos, em mais de 290 cidades, comprometidas em levar o legado de Marielle adiante. E mais de 100 organizações da sociedade civil e 3000 pessoas se inscreveram para defender a Agenda. Foram 359 candidatas mulheres negras comprometidas, entre candidaturas coletivas e individuais<sup>23</sup>.



Figura 33 - Foto de Dona Marinete, mãe de Marielle, divulgando os números de inscritas na Agenda Marielle Franco 2020. Foto: Luna Costa

Logo depois que lançamos a Agenda Marielle Franco e abrimos para inscrições, ela se tornou uma ferramenta política de reconhecimento, identificação e apropriação, em especial para candidaturas de mulheres negras, que, a partir da conexão com o legado, a memória de Marielle, se reconheciam a si mesmas, se reconheciam entre si, e eram reconhecidas. Essa

---

<sup>23</sup> FRANCO, Instituto Marielle. Agenda Marielle Franco 2020. Disponível em: <<https://www.agendamarielle.com/>> . Acesso em 25 de agosto 2021.

apropriação pôde ser vista por meio de centenas de *cards* e vídeos feitos pelas candidaturas inscritas na Agenda demonstrando que estavam comprometidas com o legado de Marielle. Essas peças começaram e foram criadas de maneira espontânea, muito além de qualquer tipo de controle do Instituto Marielle Franco, o que mostrou ser uma importante indicação de possibilidades de construir sentido, de narrar e reforçar legitimidade.



Figura 34 - Imagens de posts em redes sociais das candidatas inscritas na Agenda Marielle Franco 2020, mostrando que se comprometeram com o legado de Marielle e reafirmando a Agenda como ferramenta política.



Figura 35 - Thais Ferreira no dia de sua posse, posando com um cartaz da Agenda Marielle, mostrando que tem uma agenda política e que está comprometida com práticas e pautas feministas, antirracistas, LGBTQAI+ e populares. Fonte: Reprodução/ Instagram Thais Ferreira.

A Agenda Marielle Franco também se tornou uma importante ferramenta de visibilidade para candidaturas e parlamentares eleitas na campanha, reforçando a importância de se eleger pessoas que carregassem consigo uma agenda programática antirracista, feminista, LGBTQIA+, popular e multiplicassem o legado de Marielle.



Figura 36 - Imagens da repercussão da Agenda Marielle Franco 2020 na imprensa.

Dentro das ações de construção de narrativa e visibilidade, nas vésperas do primeiro turno das eleições de 2020, fizemos uma ação vinculada com a Agenda Marielle Franco que reforçava a sua memória e a narrativa do voto em pessoas que carregassem as suas pautas, o seu legado. Por meio de peças de comunicação e uma ação coordenada junto com candidaturas negras inscritas na Agenda, espalhamos o mote Vote Por Marielle. De forma que reforçamos uma renovação política a partir da memória e do legado, pautando que o voto por Marielle é um voto ligado a uma agenda de futuro, uma agenda programática baseada na justiça e reparação. A ação teve grande reverberação e grande impacto em diferentes cidades.



Figura 37 - Posts de divulgação da ação Vote por Marielle nas vésperas das eleições municipais de 2020.

Das candidaturas 750 comprometidas, 81 foram eleitas, espalhadas por 54 cidades, de 13 estados, em todas as regiões<sup>24</sup>. Dentre elas, três candidaturas à prefeitura passaram para o segundo turno. Das eleitas, 42 foram mulheres negras em 29 cidades, também em 13 estados e em todas as regiões do país (ANEXO I). Logo após os primeiros resultados, começamos a divulgar as eleitas e se iniciou uma grande onda de comemoração ao longo de todas as regiões.

<sup>24</sup> FRANCO, Instituto Marielle. Agenda Marielle Franco 2020. Disponível em: <<https://www.agendamarielle.com/>>. Acesso em 25 de agosto 2021.



Figura 38 - Posts de divulgação das primeiras eleitas da Agenda Marielle Franco 2020.

Apesar de um ano difícil, 2020 estava se encerrando então com boas notícias e com esperança que em 2021 pudéssemos ter um parlamento mais diverso e representativo. No

entanto, é preciso salientar que, apesar das movimentações históricas que foram feitas no âmbito das eleições, o aumento das candidaturas de mulheres negras acabou sendo mais simbólico do que quantitativo<sup>25</sup>. Em 2020, as mulheres autodeclaradas negra eram 27% no Brasil, mas foram apenas 3% dos que ocuparam as prefeituras e 5% dos cargos de vereadores na última eleição, além de ínfimos 2% do Congresso Nacional e 1% na Câmara dos Deputados Federais<sup>26</sup>. No Rio de Janeiro, cidade de Marielle, mulheres são 50% da população carioca e as pessoas negras são 46%<sup>27</sup>. As mulheres negras são maioria entre os dois grupos. Na Câmara Municipal, a casa legislativa de Marielle, a situação em quatro anos mudou de duas mulheres autodeclaradas negras, incluindo Marielle, para quatro vereadoras negras eleitas: Tainá de Paula (PT) e Thais Ferreira (PSOL), autodeclaradas pretas; Tânia Bastos (Republicanos) e Laura Carneiro (Democratas), autodeclaradas pardas, totalizando entre pretas e pardas, 7,8% na Câmara<sup>28</sup>. Se formos olhar para aquelas que seguem o legado político, as pautas de Marielle e que são alinhadas ao seu campo político, o número de mulheres negras dobrou, com Tainá e Thais. Mas como Gabriele Roza levanta<sup>29</sup>, o dobro de um ainda é muito pouco.

Sabemos que há muitas barreiras para o acesso efetivo dessas mulheres à política: a falta de recursos, a ausência de apoio jurídico, técnico e psicológico; falta de visibilidade e priorização pelo próprio partido político; e as diversas violências políticas que acontecem durante as eleições e no próprio mandato. A pesquisa *A Violência Política Contra as Mulheres Negras*, que fizemos pelo Instituto Marielle Franco em parceria com a Terra de Direitos e Justiça Global, mostra que todas as mulheres negras candidatas que foram entrevistadas sofreram violência política nas eleições de 2020 e oito em cada dez mulheres sofreram violência na internet<sup>30</sup>, em uma eleição com condições atípicas em função da pandemia de Covid-19. Até mesmo a lei que define um mínimo de 30% de candidaturas por gênero, em cada partido, não considera um corte racial.

---

<sup>25</sup> BRUNO, Maria; FERRARI, Marília; MARTINS, Flávia. Eleições 2020: número de candidatas tem aumento tímido, mas candidaturas negras são maioria. *Gênero e Número*, 27/09/2020. Disponível em: <<http://www.generonumero.media/eleicoes-2020-candidaturas-negras-maioria/>>. Acesso em 6 de agosto de 2021.

<sup>26</sup> ROZA, Gabriele. O dobro de um é muito pouco. *DataLabe*, 17/11/2020, Disponível em <<https://datalabe.org/o-dobro-de-um-e-muito-pouco/>> Acesso em 3 de agosto de 2021.

<sup>27</sup> Idem

<sup>28</sup> Idem

<sup>29</sup> Idem

<sup>30</sup> MARIELLE FRANCO, Instituto. Pesquisa A Violência Política Contra Mulheres Negras. Instituto Marielle Franco, 11/2020. Disponível em <<https://www.violenciapolitica.org/>>. Acesso em 3 de agosto de 2021.

Apenas no ano de 2020 foi aprovada no Tribunal Superior Eleitoral a distribuição de recursos e tempo de propaganda proporcionais para candidaturas negras<sup>31</sup>, a partir de uma ação de mobilização e *advocacy* que fizemos pelo Instituto Marielle Franco, Coalizão Negra por Direitos, Educafro e Mulheres Negras Decidem, para que a proposta da Benedita da Silva (PT) fosse aprovada. A segunda versão da pesquisa, intitulada A Violência Política de Gênero e Raça no Brasil 2021<sup>32</sup>, entrevistou onze parlamentares negras e defensoras de Direitos Humanos, e mostrou que essas mulheres, mesmo depois de acessarem espaço de poder, continuam sofrendo violência política, têm seu exercício político cerceado e suas vidas ameaçadas. No lançamento da pesquisa, o mote que utilizamos foi: "Eleitas ou não, mulheres negras seguem desprotegidas"<sup>33</sup>.

Com isso, terminamos o ano de 2020 e iniciamos o ano seguinte com motivos para celebrar, mas também com grandes desafios a enfrentar na Agenda e com as parlamentares comprometidas. Impulsionar uma presença forte e ativa no parlamento, reforçar a agenda do legado de Marielle e de outras mulheres negras, e criar condições para que essas mulheres se conectassem, trocassem e se fortalecessem entre si, era uma maneira também de fazer com que elas permanecessem nos espaços de poder e transformassem a sociedade.

---

<sup>31</sup> AMORIM, Felipe. TSE aprova financiamento proporcional a candidatos negros a partir de 2022. UOL, 25/08/202. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/08/25/tse-aprova-financiamento-proporcional-a-candidatos-negros-a-partir-de-2022.htm> > Acesso em 3 de agosto de 2021.

<sup>32</sup> FRANCO, Instituto Marielle. Pesquisa Violência Política de Gênero e Raça no Brasil. Instituto Marielle Franco, 11/2021. Disponível em < <https://www.violenciapolitica.org/> >. Acesso em 3 de agosto de 2022.

<sup>33</sup> Idem

## 6. MARÇO DE 2021: Ação Plantando Sementes, o primeiro pacote legislativo da Agenda e aplicação prática do legado de Marielle

*e quando falamos temos medo  
que nossas palavras não sejam ouvidas  
nem bem-vindas  
mas quando estamos em silêncio  
ainda assim temos medo  
Então é melhor falar  
lembrando-nos  
de que nunca fomos destinados a sobreviver*

Audre Lorde<sup>34</sup>

Durante março de 2021, mês em que se completou três anos do assassinato de Marielle e Anderson, nós fizemos uma ação com todas e todos parlamentares eleitos comprometidos com a Agenda Marielle Franco, que se chamou Plantando Sementes. Selecionamos os 12 projetos de lei de Marielle e propusemos uma ação coordenada para aplicar na prática e de forma concreta o seu legado. Junto desses projetos, também incluímos mais um proposto pela equipe do Instituto: um projeto de lei que institui o dia 14 de março como o Dia Marielle Franco de Enfrentamento à Violência Política contra Mulheres Negras, LGBTQIA+ e periféricas. Os projetos de Marielle eram (ANEXO II):

- Dia da Luta contra Homofobia, Lesbofobia, Bifobia e Transfobia
- Dia de Tereza de Benguela
- Dia contra o Encarceramento da Juventude Negra
- Dossiê Mulher Carioca
- Assédio não é passageiro
- Assistência de Habitação para famílias de baixa renda
- Não é Não
- Espaço Coruja
- Medidas Socioeducativas em Meio Aberto
- Casas de Parto
- Se é legal, tem que ser real
- Dia da Visibilidade Lésbica

---

<sup>34</sup> Escrita.org. Uma litania para a sobrevivência. Disponível em: <<https://www.escritas.org/pt/t/47872/uma-litania-para-a-sobrevivencia>> Acesso em 28 de agosto de 2021.

- Dia Marielle Franco de Combate à Violência Política contra Mulheres Negras

Mais de 70 parlamentares de 45 cidades do país se comprometeram em protocolar os 13 projetos de lei nas suas casas legislativas. As e os vereadores adaptaram os projetos de lei a partir das suas realidades em cada Câmara Municipal.

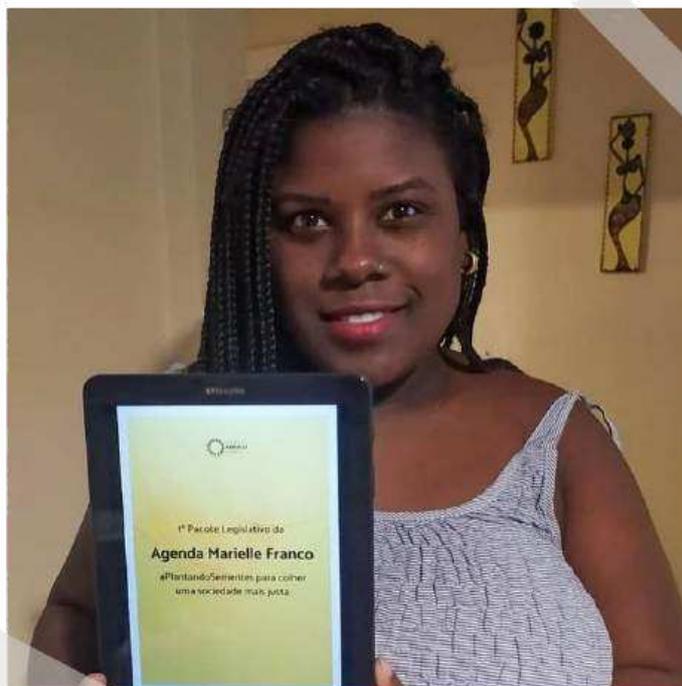


Figura 39 - Vereadora Laura Sito, do Rio Grande do Sul, foi uma das dezenas de parlamentares que participaram da ação Plantando Sementes e protocolaram o primeiro pacote legislativo da Agenda Marielle Franco na Câmara Municipal de Porto Alegre. Foto: Reprodução/Instagram

Dentro da ação Plantando Sementes, também propusemos um discurso único para as parlamentares negras para que, após protocolar este pacote, elas pudessem subir à tribuna, falando sobre essa iniciativa coletiva e nacional. Muitas mulheres fizeram o discurso e gravaram, algumas fizeram pequenas modificações e incluíram mais outros elementos. No discurso proposto pelo Instituto (ANEXO III), a ancestralidade e a memória são evocadas na parte principal:

Um ensinamento antigo das nossas ancestrais e da nossa mãe terra, que já virou sabedoria popular diz que: “A gente colhe o que a gente planta.”. Então se hoje estamos juntas plantando projetos e ideias baseadas no amor, na justiça social, no bem viver de todas as pessoas, é porque é esse o mundo que queremos colher. E pra cada cidadão que desprezar a memória de Marielle e quiser plantar violência e ódio, seremos muitas de nós unidas para defender sua memória e semear amor e justiça. (FRANCO, I. 2021, p. 1)

E quando as parlamentares negras da Agenda Marielle Franco que protocolaram os projetos de lei discursaram, elas adicionaram pontos cruciais para entender o legado de Marielle, a ligação com as que vieram antes, da sua coletividade e da visão para o futuro: "Marielle é fruto de uma luta coletiva, ela representa essa coletividade, ela representa a participação."<sup>35</sup>.



Figura 40 - Vídeo que fizemos para a ação Plantando Sementes com o discurso das parlamentares negras ao protocolarem o projeto Fonte: Reprodução/Instagram

Unir e potencializar todas essas vozes em um só discurso mostra a importância de narrar sobre si mesmas, de contar as próprias histórias e falar. Os discursos em plenário, mesmo quando eles se davam virtualmente devido à pandemia, foram uma forma de fortalecimento coletivo e de mostrar que essas mulheres não estão sozinhas. Como coloca Conceição Evaristo, a fala dessas mulheres "estilhaça a máscara do silêncio"<sup>36</sup>. Segundo bell hooks (2019), a fala de qualquer grupo oprimido, colonizado, não é somente uma expressão de

<sup>35</sup> Youtube. "#PlantandoSementes - PROJETOS DE MARIELLE E DIA MARIELLE FRANCO APRESENTADOS NO BRASIL". Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=LWCs9aTRbjA> > Acesso em 25 de agosto de 2022.

<sup>36</sup> Carta Capital. "Conceição Evaristo: "Nossa fala estilhaça a máscara do silêncio". Disponível em < <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/conceicao-evaristo-201cnossa-fala-estilhaca-a-mascara-do-silencio201d/> > Acesso em 25 de agosto de 2022.

poder criativo, é um ato de resistência, um gesto político que desafia políticas de dominação que os conservam anônimos e mudos. É um ato de auto-libertação. Como um ato de coragem, representa uma ameaça. Para aqueles que exercem o poder opressivo, aquilo que é ameaçador deve ser apagado, silenciado, aniquilado (hooks, 2019).

Para a escritora, a consciência da necessidade de falar, de dar voz às variadas dimensões da própria vida, é uma maneira da mulher não branca começar o processo de se educar para a consciência crítica. Por isso a fala daquelas e daqueles que foram oprimidos é tão ameaçadora. E por isso mesmo que Marielle proferiu: "Não serei interrompida".



Figura 41 - Marielle na tribuna da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, dizendo que não aceitaria ser interrompida pelos vereadores da casa ou por qualquer cidadão. Fonte: Reprodução/Facebook Haddad Debochado

Tainá de Paula e Thais Ferreira são as duas mulheres negras que foram eleitas em 2020, comprometidas com a Agenda Marielle Franco, para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, a casa onde Marielle legislava. Como sementes que ocuparam este lugar, cada uma tem as suas especificidades, atuações e trajetórias.

A memória de Marielle na Câmara do Rio também está simbolizada por um lugar de celebração (POLLAK, 1992). Após o seu assassinato, a tribuna do plenário da Câmara, a qual tantas vezes Marielle subiu e discursou, a qual tantas vezes tirei foto, gravei vídeos e fiz *lives*, passou a se chamar Tribuna Marielle Franco<sup>37</sup>. Nesta tribuna, foi colocada uma placa com seu

<sup>37</sup> CORREA, Douglas. Tribuna da Câmara de Vereadores do Rio ganha nome de Marielle. Agência Brasil. Disponível em <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-12/tribuna-da-camara-de-vereadores-do-rio-ganha-nome-de-marielle>> Acesso em 25 de agosto de 2022.

nome e com a frase que se tornou um grande marco.



Figura 42 - Foto da Tribuna Marielle Franco no plenário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, com os seus dizeres, registrados no vídeo da Figura 41. Foto: Reprodução/Facebook

As lembranças que tenho desta tribuna são contraditórias. Nela, vi Marielle acendendo um incenso para falar sobre racismo religioso, vi Marielle gritar contra a violência policial, falar da luta das mulheres e contra o feminicídio, vi ela saudar as galerias cheias de cores e cantos, vi interromperem uma fala tão bonita de Marielle no Dia de Luta das Mulheres para darem flores de uma forma totalmente inconveniente e ver ela responder "Pois é, homem fazendo homice (sic)". Presenciei também muitos movimentos, pessoas, ativistas, subirem na tribuna em eventos da *mandata*. Mas nem sempre foi assim.

Logo no início, quando começamos o mandato, fui testemunha das vezes em que Marielle falava e os vereadores conversavam alto, entre si, sem sequer ouvir o que ela tinha a dizer. Eu ali, colada na tribuna, segurando o celular para gravar o vídeo, olhava feio para os lados e fazia "shiu", sem qualquer efeito. Confesso que, logo no início, foi naquela tribuna que as fichas caíram de forma mais chocante sobre o quanto não éramos bem-vindas ali. Aos poucos, depois que fomos ocupando o espaço e mostramos a que viemos, eles tiveram que parar para ouvir. E as reações chegaram, como nas vezes em que vereadores fundamentalistas encaravam Marielle de cima para baixo, em uma postura ofensiva e violenta, enquanto ela discursava. Sabemos que essa violência e hostilidade não acontecem só na Câmara do Rio. Elas estão em várias casas legislativas, como mostram as frequentes notícias de agressões em

plenário<sup>38</sup>. Por isso que, apesar de achar importante que a Tribuna se chame Marielle Franco, não tenho ilusões de que isso se trata de algum tipo de reparação ou justiça. Justiça realmente vai acontecer quando as próximas mulheres negras que estiverem em cima de tribunas não sejam exceções, e possam estar lá exercendo livremente seus direitos políticos, sem serem interrompidas.



Figura 43 - Marielle em exercício parlamentar, falando na tribuna da Câmara Municipal do RJ, que viria ter o seu nome após seu assassinato. Foto: Câmara Municipal do Rio de Janeiro

Em 18 de fevereiro de 2021, Tainá de Paula, eleita com 8.653 votos, fez seu primeiro discurso no plenário da Câmara Municipal como vereadora da cidade do Rio de Janeiro<sup>39</sup> em cima da tribuna Marielle Franco. Tainá começou se apresentando, dizendo de onde veio e ressaltando a ausência histórica de mulheres negras ali: "Quero me apresentar. Minha primeira legislatura. Muito me honra estar nessa casa. É um lugar muito incomum para uma mulher negra, de periferia, de favela.". E logo nos segundos iniciais evoca a memória de Marielle e o seu legado: "Estar nesta tribuna, na tribuna Marielle Franco - três anos se

---

<sup>38</sup> BARREIRA, Gabriel. Vereadora do PT da Câmara de Niterói acusa colega do PSOL de lesbofobia ao dizer: 'Vou te tratar como homem'. G1. Disponível em <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/07/08/vereadora-de-niteroi-rj-acusa-colega-de-lesbofobia.ghtml>> Acesso em 25 de agosto de 2022.

<sup>39</sup> Youtube. Sessão Ordinária Virtual & Presencial - 18.02.2021. Canal Rio TV Câmara. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=vuyGOVdGBLA&t=9992s>> Acesso em 10 de agosto de 2021.

passaram da sua execução sumária, execução de uma vereadora em exercício - é uma honra, mas também uma grande responsabilidade."



Figura 44 - Tainá de Paula discursa pela primeira vez como vereadora da cidade do Rio de Janeiro na Tribuna Marielle Franco. Vídeo hiperlinkado. Fonte: Canal Rio TV Câmara.

Thaís Ferreira, parlamentar negra eleita com mais de 14 mil votos, ao discursar pela primeira vez na Tribuna Marielle Franco<sup>40</sup>, resgatou logo na abertura a memória e o legado de Marielle: "Faz parte também de fazer política, de estarmos aqui exercendo plenamente os nossos mandatos que fomos eleitos falar tudo o que é simbólico e o que cada lugar dessa casa representa: subir nessa tribuna com responsabilidade, respeitando o que hoje ela significa em nome de Marielle Franco."

<sup>40</sup> Youtube. Sessão Plenária - 30/06/2021 - Rio TV Câmara. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=ZkKQOnGxmr0> > Acesso em 10 de agosto de 2021.



Figura 45 - Thais Ferreira discursa pela primeira vez como vereadora da cidade do Rio de Janeiro na Tribuna Marielle Franco. Vídeo hyperlinkado. Fonte: Canal Rio TV Câmara.

Thaís e Tainá, ao falarem de Marielle, da sua memória e do seu legado, colocam o passado como um lugar de saber e experiência acumulativos, que habita e é habitado pelo presente e futuro. Como visto com Leda Martins (2002), o passado é fonte de inspiração para o presente, o presente uma arena de respiração, e o futuro, uma aspiração coletiva. É nesse momento que as sementes de Marielle operam uma política da Encruzilhada, um novo espaço, em que se unem antigos e novos saberes e práticas – como o encontro do legado, da ancestralidade, da pauta dos movimentos com a nova realidade que elas vão ter de lidar na institucionalidade.

Por meio de resistência, de negociação, de criatividade e reinvenção, nesse lugar coexistem os opostos, as diferenças e as ambiguidades, mas se mantém um posicionamento político contra-hegemônico do qual não abrem mão por meio de compromissos firmados com a Agenda. A sua radical imaginação política nasce na potência deste terceiro lugar, uma vez que através dele se torna possível abandonar as definições binárias de categorização dos sujeitos e do mundo que formou o sistema-mundo moderno colonial patriarcal racista. A Encruzilhada oferece a possibilidade de interpretação do trânsito sistêmico e epistêmico dos processos de diáspora, onde diferentes práticas e saberes se confrontam e se entrecruzam. O que se forma é uma cultura, um terceiro lugar, que não é nem aquele original, de onde veio, nem aquele ao qual chegou. (MARTINS, 2002).

No debate “Lesbianidade e acesso a políticas públicas”<sup>41</sup> realizado na Câmara Municipal do Rio de Janeiro feito por Tainá de Paula e Thaís Ferreira, como parte das

---

<sup>41</sup> Youtube. Debate Público sobre Políticas Públicas de Direitos para a População LGBTs - 27.08.2021. Rio TV Câmara. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=AiiUYZDrTjo>> Acesso em 28 de agosto de 2021.

atividades pelo mês da Visibilidade Lésbica, a legenda do post nas redes sociais da Tainá de Paula ilustra bem o que estamos falando:

Hoje nosso mandato realizou junto à Mãedata da querida @sou\_thaisferreira o debate público "Lesbianidade e acesso a políticas públicas", como parte das atividades de luta pelo Dia da Visibilidade Lésbica (29/08). Dividir o plenário com lésbicas é reafirmar o papel revolucionário dessas mulheres. O movimento de lésbicas está organizado e tem papel fundamental na entrada de mulheres na política institucional. E dá o recado: tem muita sapatão no Rio, e políticas públicas direcionadas são urgentes!

"Exu matou um pássaro ontem com a pedra que jogou hoje". As mulheres pretas e as lésbicas estão constantemente reescrevendo suas histórias, retomando para si o que o racismo, a misoginia e a lesbofobia tentam tirar. Sapatão é existência, resistência e insubmissão!



Figura 46 - Foto com Tainá de Paula, Thais Ferreira, mulheres das suas equipes e de movimentos sociais lésbicos do Rio de Janeiro no debate realizado pelas duas vereadoras. Fonte: Reprodução/Instagram

Neste evento, Tainá começou seu discurso dizendo que é impossível falar desse debate na Câmara Municipal sem lembrar e reverenciar Marielle Franco, com muita saudade e muito orgulho. Ela complementa dizendo que Marielle foi a responsável por colocar as mulheres lésbicas, as mulheres bissexuais, os corpos trans naquela Casa como pauta da política pública desta cidade. Ela lembra da campanha pela visibilidade lésbica feita há 4 anos como um marco histórico que deve ser lembrado e que está registrado na memória desta cidade e na memória dos movimentos sociais do Rio de Janeiro. E diz que a foto da mesa do evento de construção da campanha da visibilidade lésbica é histórica.



Figura 47 - Marielle no evento de construção da Campanha pela Visibilidade Lésbica, feita em conjunto com os movimentos sociais, que resultaria no Projeto de Lei que estabelece o Dia da Visibilidade Lésbica no Rio de Janeiro, o único projeto de lei que foi votado enquanto Marielle estava viva e o qual os vereadores da Câmara votaram contra. Fonte: Reprodução/Facebook Marielle Franco

Nesta elaboração, a política institucional de encruzilhada não pretende ter um caráter personalista, uniformizador, linear, excludente; mas assume um lugar de interseção, de descentramento, de trânsito. O encontro que vai reger o fazer político. O encontro promovido nesta encruzilhada, como aponta Leda Martins (2002), nem sempre é amistoso. Muitas vezes é agressivo, em especial no campo político. Mas o encontro que acontece com a entrada dessas mulheres na política com outros tipos de práticas é gerador, não de apagamento ou de submissão de uma prática perante a outra, mas sim na formação de um terceiro lugar, que nos fornece sentidos e caminhos plurais a seguir.

A política então é transformada no que Anzaldúa (2005) chama de terceira margem, e, as mulheres negras da Agenda Marielle assumem uma consciência de fronteira. Ao tentar elaborar uma síntese entre outros saberes e um espaço historicamente não vivenciado por elas, como a política, estas mulheres criam um terceiro elemento que é maior do que a soma de suas partes separadas. Esse terceiro elemento é uma nova consciência e, “apesar de ser uma fonte de dor intensa, sua energia provém de um movimento criativo contínuo que segue quebrando o aspecto unitário de cada novo paradigma” (ANZALDÚA, 2005, p. 707). Com isso, Anzaldúa (2005, p. 705) nos convida a pensar e esperar:

A uma determinada altura, no nosso caminho rumo a uma nova consciência, teremos que deixar a margem oposta, com o corte entre os dois combatentes mortais cicatrizado de alguma forma, a fim de que estejamos nas duas margens ao mesmo tempo e, ao mesmo tempo, enxergar tudo com olhos de serpente e de águia. Ou talvez decidamos nos desvencilhar da cultura dominante, apagá-la por completo, como uma causa perdida, e cruzar a fronteira em direção a um território novo e separado. Ou podemos trilhar uma outra rota. As possibilidades são inúmeras, uma vez tenhamos decidido agir, em vez de apenas reagir.

A partir do momento que mulheres negras, lésbicas, trans, periféricas, trazendo consigo a memória de Marielle e o legado das que vieram antes, ousam ocupar a política, tão historicamente branca, masculina, cishétero, elitista, há um processo de cruzamento de fronteira, ao qual Anzaldúa (2005) se refere. A política é esse novo território e espaço, geralmente hostil. Nesta ocupação se dá um encontro, em que a encruzilhada e a *consciência mestiza* são formadas. Esta última, segundo Anzaldúa (2005, p. 709), representa uma ruptura consciente com todas as tradições opressivas de todas as culturas e religiões:

Ela comunica essa ruptura, documenta a luta. Reinterpreta a história e, usando novos símbolos, dá forma a novos mitos. Adota novas perspectivas sobre as mulheres de pele escura, mulheres e queers. Fortalece sua tolerância (e intolerância) à ambigüidade. Ela está disposta a compartilhar, a se tornar vulnerável às formas estrangeiras de ver e de pensar. Abre mão de todas as noções de segurança, do familiar. Desconstrói, constrói. Torna-se uma nahual, capaz de se transformar em uma árvore, em um coitote, em uma outra pessoa. Aprende a transformar o pequeno “eu” no “eu” total. Se hace moldeadora de su alma. Según la concepción que tiene de si misma, así será.

Com isso, Anzaldúa (2005) nos instiga a pensar como este pensamento de fronteira, da terceira margem, possibilita nos movermos constantemente para fora das formações cristalizadas, ou seja, para fora do pensamento dominante, convergente, linear, para um pensamento divergente, “caracterizado por um movimento que se afasta de padrões e objetivos estabelecidos, rumo a uma perspectiva mais ampla, que inclui em vez de excluir.” (ANZALDÚA, 2005, p. 706)

Isso significa enfrentar a binaridade, o instituído, criar a partir das ambigüidades, não só sustentando contradições, como também transformando a ambivalência em uma outra coisa (ANZALDÚA, 2005, p. 706). A partir disso, se pode operar em um modo pluralístico. Na política, as parlamentares que carregam a sua ancestralidade e são comprometidas com a Agenda Marielle Franco enfrentam ao mesmo tempo em que estão dentro das estruturas de poder. Com isso, busca-se desmontar o binarismo moderno-colonial (ANZALDÚA, 2005, p. 707):

A resposta para o problema entre a raça branca e a de cor, entre homens e mulheres, reside na cicatrização da divisão que se origina nos próprios fundamentos de nossas vidas, nossa cultura, nossas línguas, nossos pensamentos. Extirpar de forma massiva qualquer pensamento dualista no indivíduo e na consciência coletiva representa o

início de uma longa luta, que poderá, com a melhor das esperanças, trazer o fim do estupro, da violência, da guerra. (ANZALDÚA, 2005, p. 707)

O agir e o pensar por meio da dualidade e da coexistência são também vistos na filosofia Ch'ixi, cunhada por Silvia Cusicanqui, que permeia a ideia de consciência fronteiriça, nos permitindo viver dentro e fora da estrutura moderno-capitalista, para usar e “ao mesmo tempo demolir a razão instrumental que nasceu de suas entranhas” (CUSICANQUI, 2011, p. 171). Segundo ela, o Ch'ixi é um pensamento e uma prática descolonizadora que permite uma sociedade mais justa, plural e diversa, que parte da afirmação de um nós bilíngue, manchado, mesclado, que se projeta como cultura, teoria, epistemologia, política de estado e uma nova concepção de bem-estar e desenvolvimento (CUSICANQUI, 2010, pag 73).

A noção de Ch'ixi, como muitas outras dentro da filosofia aymara, celebra a ideia de dualismo: algo que é e ao mesmo tempo não é. Se projeta o terceiro incluído. O Ch'ixi é um “cinza manchado resultante da mistura imperceptível de preto e branco, que se fundem para a percepção sem nunca se misturar completamente” (CUSICANQUI, 2010, pag 69). Por isso, o Ch'ixi é a potência do indiferenciado que conjuga opostos, o encontro do mundo indígena com o outro, sem conciliar, misturar ou fundir (CUSICANQUI, 2010). Ela não propõe uma síntese, nem uma hibridização, tampouco uma fusão, mas sim a coexistência de múltiplas diferenças culturais que se antagonizam e se complementam. Cada parte “se reproduz do fundo do passado e se relaciona com os outros de forma contenciosa” (CUSICANQUI, 2010, p. 70).

Cusicanqui (2017) também postula o compromisso com o fazer. Para a autora, o Ch'ixi não é algo sobre somente o que se pensa, mas também pelo que se pode pensar. Ele implica um conjunto de fazeres que não podem ser descritos sem envolver-se ativamente. É preciso primeiro conviver com o Ch'ixi e suas formas, antes de poder falar sobre ele. Como ela mesma pergunta: “como vivem aqueles que falam tanto do viver bem?” (CUSICANQUI, 2017, p. 225). O mesmo poderíamos perguntar para a política. Como mudam a política aqueles que falam sobre mudar política? Pensar nas práticas políticas e no modo de exercitá-las é então essencial.

Anzaldúa (2005) já anunciou: o futuro pertencerá à *consciência mestiza*. Porque dela depende a quebra de paradigmas, depende a combinação de duas ou mais culturas, criando uma mudança na forma como percebemos a realidade, na forma como nos vemos e nas formas como nos comportamos. A proposta da Agenda Marielle Franco então é construir um

futuro a partir da memória e de um tempo espiralar; disputar a política descolonizando nossas práticas; e transformá-la em uma terceira margem, da encruzilhada e do Ch'ixi.

As sementes de Marielle comprometidas com o seu legado são o novo, e, como Homi Bhaba (1998) conclui, o novo entra no mundo hibridizando. Ou seja, conjugando a diversidade de corpos, de experiências, de trajetórias, do que veio antes e depois. Essas parlamentares, ao entrarem na política, rompem com as pressuposições sacralizadas da supremacia cultural, e, nesse próprio ato, exigem uma especificidade contextual, uma diferenciação histórica relacionada às posições minoritárias (BHABA, 1998).

Estas mulheres negras, ao serem *outsiders within* (COLLINS, 2016), trazem o que Bhaba (1998) chama do elemento estrangeiro, que destrói as estruturas de referência e a comunicação de sentido do original, "não simplesmente negando-o, mas negociando a disjunção em que temporalidades culturais sucessivas são preservadas no mecanismo da história e ao mesmo tempo canceladas" (BHABA, 1998, p. 312) Logo, segundo Bhaba (1998), a renovação causada pelo migrante ou minoritário não é parte da divisão progressista entre passado e presente ou entre arcaico e moderno; tampouco é um novo que possa ser contido na mimese de original e cópia.

Ao dessacralizar as supremacias, o processo de hibridismo se torna uma heresia. Como o autor define, atos de rompimento histórico ou cultural tornam-se aqueles momentos blasfemos que proliferam na narrativa. "A blasfêmia vai além do rompimento da tradição e substitui sua pretensão a uma pureza de origens por uma poética de reposicionamento e reinscrição". (BHABA, 1998, p. 309). Perceber a reinscrição que essas práticas políticas do modo de fazer de Marielle oferecem é entender o lugar deste tipo de renovação política como um ato de blasfemar. "A blasfêmia não é simplesmente uma representação deturpada do sagrado pelo secular" (Bhaba, 1998, p. 309); é um momento em que a tradição cultural está sendo disputada, provocada, testada. Isto libera uma temporalidade que revela as incertezas, mesmo as incomensurabilidades, envolvidas no processo de transformação social (BHABA, 1998). A renovação que essas mulheres comprometidas com o legado de Marielle trazem é da natureza do híbrido, e, "se hibridismo é heresia, blasfemar é sonhar" (BHABA, 1998, p. 311). Mas não é o sonho nostálgico da tradição nem o sonho utópico do progresso moderno-colonial; é o sonho da tradução, como "sobrevivência", do ato de viver nas fronteiras.



Figura 48 - Vídeo de Marielle acendendo o incenso, colocando terço e guias na Tribuna da Câmara Municipal, encruzilhando representações de crenças e fés, blasfemando, dessacralizando as formações rígidas hegemônicas, para denunciar a intolerância religiosa. Fonte: Reprodução/Instagram Instituto Marielle Franco

*Soy un amasamiento,  
sou um ato de juntar e unir que não apenas produz uma criatura tanto da luz como da  
escuridão, mas também uma criatura que questiona as definições de luz e de escuro  
e dá-lhes novos significados.*

Glória Anzaldúa.

(ANZALDUA, 2005, p. 708).

**7. DEZEMBRO DE 2021 - Análise do primeiro ano de atuação legislativa das  
parlamentares da Agenda Marielle Franco**

O ano de 2021 colocou muitas coisas a prova. Colocou a Agenda Marielle Franco, que foi posta em prática em seu primeiro ano legislativo. Colocou o Instituto a prova, que viveu algumas situações organizacionais mais cedo do que imaginava. E me colocou a prova, enquanto pessoa, ativista e profissional. Mas acredito que é possível dizer que sobrevivemos e aprendemos. Conseguimos passar por um turbilhão de coisas e saímos, de certa forma, maiores, mais maduros, e, inegavelmente, mais pragmáticos com os desafios que nos atravessam.

Neste capítulo, vamos analisar a aplicação prática da Agenda Marielle Franco e compreender sua efetividade, abrangência, vieses e limites durante o ano legislativo de 2021, estabelecendo um recorte das parlamentares negras eleitas comprometidas com a Agenda Marielle Franco. O intuito é entender como o legado, por meio desta ferramenta política, pode contribuir para não só impulsionar mulheres negras a acessarem o poder, como visto no capítulo anterior, mas como também podem potencializar seus mandatos e a sua atuação, transformando a própria política.

O levantamento foi feito com o recorte de tempo do primeiro ano legislativo, entre os meses de fevereiro e dezembro. Em um questionário direcionado para as 42 parlamentares negras comprometidas com a Agenda, 22 responderam. O formulário para este levantamento foi feito também no intuito de dar visibilidade à produção legislativa dessas mulheres e aos casos de agressão e violência sofridos por elas. Como veremos nas respostas a seguir, uma das principais demandas que elas recorrem ao Instituto Marielle Franco é justamente a de visibilizar suas iniciativas e apoiar nestes casos de violência. Chegou-se a dados quantitativos e qualitativos sobre a aplicação das práticas, projetos de lei e questões relacionadas aos seus trâmites, Audiência Públicas, desafios enfrentados e a forma como elas se autodefinem.

A escolha por essa metodologia se deu baseada na importância do que Patricia Hill Collins (2016) chama de autodefinição e autoafirmação. Para a autora, autodefinição envolve desafiar o processo de validação da construção de imagens estereotipadas externamente definidas sobre a condição de ser uma mulher negra, enquanto que a autoavaliação enfatiza o conteúdo específico das autodefinições das mulheres negras, substituindo imagens externamente definidas com imagens autênticas. Segundo Collins (2016), feministas negras têm questionado o que tem sido dito sobre mulheres negras, além de questionarem a credibilidade e as intenções daqueles que detêm o poder de definir. Quando mulheres negras se definem a si próprias, rejeitam a suposição de autoridade daqueles que em geral as descrevem. Por isso, independentemente do conteúdo de fato das autodefinições de mulheres

negras, o ato de insistir na autodefinição dessas mulheres valida o poder de mulheres negras enquanto sujeitos humanos (COLLINS, 2016).

Por sua vez, a autoavaliação de mulheres negras põe todo esse processo um passo adiante. Quando mulheres negras escolhem valorizar os aspectos enquanto sujeitas, que são historicamente estereotipados, ridicularizados e criticados, elas estão questionando algumas das concepções básicas usadas para controlar grupos minorizados em geral (COLLINS, 2016). Para Collins (2016), é uma forma de resistir à desumanização provocada pelos sistemas de dominação, uma forma de resistir à outridade citada por Kilomba (2019).

Foram feitas então uma série de perguntas neste questionário, que obteve resposta de 22 parlamentares negras eleitas. Em relação à aplicação das sete práticas da Agenda Marielle Franco, 90,9% (20) disseram efetivar a prática "Diversificar talentos e cores não burocratizar", trazendo abertura e participação de movimentos sociais e ativistas integrados ao mandato, com pluralidade de raça, classe e gênero nos cargos técnicos e nos espaços de decisões no gabinete. Foram 81,8% (18) as que responderam que conseguiram aplicar a segunda prática "Ampliar alianças, não se isolar", garantindo um trabalho intersetorial com a articulação com outros órgãos públicos e com o terceiro setor, comprometido com a garantia do acesso da população aos seus direitos. Das 22 que responderam o questionário, 59,1% (13) afirmaram efetivar na sua atuação o resgate da memória do fazer político de mulheres negras e indígenas, como homenagens a figuras ancestrais.

Na prática de "Coletivizar os objetivos, não se apropriar", 86,4% (19) disse atuar para o fortalecimento de uma democracia ampliada e não personalista. Na prática de "Cuidar do coletivo, não abandonar", 40,9% (9) disseram efetuar um cuidado com a equipe, como terapia para trabalhadores e trabalhadoras e diálogo constante com a equipe sobre o trabalho. Na prática de "Abrir portas e janelas, não se encastelar", 86,4% (19) disse construir ativamente mecanismos de participação e transparência do mandato e da Casa Legislativa, além do zelo pelo bom uso dos recursos públicos e de organizar encontros abertos periódicos de participação do seu mandato. E, por fim, na prática "Puxar quem quer vir, não soltar", 59,1% (13) disse promover aproximações entre a juventude, a população periférica e todos os grupos interessados no funcionamento de um mandato e esse espaço.

Observando os números, é possível inferir que algumas práticas estão sendo mais executadas pelas parlamentares dentro dos espaços de poder, fruto também das suas atuações anteriores. No gráfico abaixo, mostra por ordem da mais respondida para a menos:



Figura 49 - Gráfico das práticas implementadas pelas parlamentares negras comprometidas com a Agenda Marielle Franco 2020. Dados extraídos do formulário com participação de 22 parlamentares.

É possível perceber que as práticas mais relacionadas à participação, escuta e atuação em conjunto com movimentos e pessoas, por meio da diversificação, coletivização e transparência, são as mais efetivadas. Pode-se concluir que isso se deve pelo fato de que essas mulheres negras, antes mesmo de serem candidatas, já eram mulheres lideranças em seus territórios, articuladoras e mobilizadoras em movimentos sociais. Elas praticavam uma coletividade e exerciam esse tipo de política antes mesmo de entrarem na política institucional. E, ao adentrarem neste espaço de poder, ainda que precisem atuar dentro da institucionalidade, elas agem no intuito de não se render à burocratização, não produzir uma política personalista, nem se isolar. É neste momento que elas produzem a política de fronteira e da encruzilhada, pois as práticas que regem o seu fazer político, inspiradas em Marielle, no legado de outras mulheres e na sua atuação anterior, adentram e transformam a institucionalidade, criando o terceiro lugar que não é mais nem movimento social, nem a institucionalidade como se conhecia antes.

Da mesma forma, é bastante sintomático - nos provoca a refletir e repensar sobre as nossas próprias práticas ativistas - que a prática menos levantada no questionário seja a do cuidado. Não à toa, vemos tanto lideranças, ativistas e militantes, como parlamentares e suas equipes chegando a um nível de exaustão extremo, a situações de adoecimento do corpo e psíquico que faz com que a permanência nos espaços políticos sejam ainda mais pesadas. Como se não bastassem as pautas com as quais lidamos no dia a dia envolverem luto,

indignação e tristeza, o espaço político institucional, por si só, já é bastante violento e a violência política de gênero e raça, por meio de ataques, discurso de ódio e desinformação, vem crescendo de maneira aterradora<sup>42</sup>.

O cuidado como forma de proteção e segurança para as parlamentares e suas equipes precisa ser prioritário. Um exemplo muito nítido de que nossas parlamentares, em especial negras e trans, não estão conseguindo permanecer neste espaço, devido a violências e adoecimentos, foi que nos últimos meses, em 2022, recebemos a notícia que grandes referências políticas não irão mais se candidatar e sairão da política institucional, como Áurea Carolina, Deputada Federal mais votada por Minas Gerais<sup>43</sup>, Erica Malunguinho, Deputada Estadual por São Paulo<sup>44</sup>, e Manuela D'Ávila, que já exerceu o cargo de Deputada Federal pelo Rio Grande do Sul e que concorreu à vice-presidência em 2018<sup>45</sup>.

A segunda prática menos citada - Puxar quem quer vir, não soltar - se relaciona de algum modo com isso. Essas mulheres, sobretudo negras e trans, muitas vezes são a exceção nas suas casas parlamentares, como veremos a forma como elas se autodefinem e definem seus mandatos. A experiência de estar nesse espaço de poder se torna ainda mais dura e violenta quando elas se veem sozinhas, sendo as únicas mulheres negras ou mulheres trans naquele espaço. Os ataques da violência política se tornam ainda mais direcionados e elas têm menos espaços para conseguirem resistir, conter retrocessos e avançar com pautas. De maneira que o "uma sobe puxa a outra" não existe só devido à necessidade de maior representação, mas também a de sobrevivência no espaço legislativo e conquista programática de construção de políticas.

Por fim, um ponto interessante a observar é que a prática de resgatar memória não está entre uma das mais citadas. Neste caso, acredito que não é por falta de honrar quem veio antes - inclusive porque a própria Agenda já ancora a prática política no legado de Marielle. Mas a reflexão que fica é que, talvez, além do incentivo à própria prática, também pode ser

---

<sup>42</sup> STABILLE, Arthur. Com 214 casos em 2022, violência política cresceu 335% no Brasil em três anos. 13/07/2022. G1. Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/07/13/com-214-casos-em-2022-violencia-politica-cresceu-335percent-no-brasil-em-tres-anos.ghtml>> Acesso em 28 de agosto de 2022.

<sup>43</sup> RODRIGUES, Thais. Áurea Carolina não concorrerá a cargo político nas eleições de 2022. 08/04/2022. Alma Preta. Disponível em <<https://almapreta.com/sessao/politica/aurea-carolina-nao-concorrera-a-cargo-politico-nas-eleicoes-de-2022>> Acesso em 30 de agosto de 2022.

<sup>44</sup> NASCIMENTO, Nadine. BORGES, Pedro. Erica Malunguinho não é mais candidata a deputada federal; entenda. 08/08/2022. Alma Preta. Disponível em <<https://almapreta.com/sessao/politica/erica-malunguinho-nao-e-mais-candidata-a-deputada-federal-entenda>>. Acesso em 30 de agosto de 2022.

<sup>45</sup> CHAGAS, Gustavo. Manuela D'Ávila descarta concorrer nas eleições de 2022: 'não são os mandatos que me fizeram militante'. 28/05/2022. G1. Disponível em <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/eleicoes/2022/noticia/2022/05/28/manuela-davila-descarta-concorrer-nas-eleicoes-de-2022.ghtml>> Acesso em 30 de agosto de 2022.

trabalhada, de forma mais intensa, a narrativa sobre esta prática e como o fazer político por essas mulheres negras comprometidas com a Agenda é regido pelo resgate da memória.

No formulário, também foi questionado sobre a aplicação dos projetos de lei da ação Plantando Sementes, listados no último capítulo. Nas respostas das 22 parlamentares negras, todos os projetos de lei foram apresentados, variando a quantidade de mandatos que apresentaram em cada um dos projetos. Essa foi a proporção dos projetos de lei apresentados entre as que responderam:

- 63% (14): Dia Marielle Franco de Combate à Violência Política contra Mulheres Negras
- 45,5% (10): Dossiê Mulher (estatísticas periódicas sobre as mulheres atendidas pelas políticas públicas do Município)
- 40,9% (9): Dia da Luta contra Homofobia, Lesbofobia, Bifobia e Transfobia
- 31,8% (7): Assédio não é passageiro (fixação de cartaz informativo nos serviços públicos)
- 22,7% (5): Casas de Parto (centros de atendimento à mulher no período gravídico- puerperal)
- 22,7% (5): Dia de Tereza de Benguela
- 22,7% (5): Dia contra o Encarceramento da Juventude Negra
- 18,2% (4): Não é Não (Campanha contra assédio)
- 18,2% (4): Dia da Visibilidade Lésbica
- 13,6% (3): Assistência de Habitação para famílias de baixa renda
- 13,6% (3): Espaço Coruja (Espaço infantil noturno)
- 13,6% (3): Medidas Socioeducativas em Meio Aberto
- 13,6% (3): Se é legal, tem que ser real (programa de atenção humanizada ao aborto juridicamente autorizado)

A apresentação de todos os 13 projetos de lei mostraram um comprometimento consistente com a Agenda e o legado de Marielle na prática. O projeto de lei que mais foi apresentado foi aquele sugerido pelo Instituto Marielle Franco, do Dia Marielle Franco, de forma que mostra o seu simbolismo e a demanda urgente para se pautar o enfrentamento da violência política. Os projetos de lei de Marielle menos apresentados pelas parlamentares da Agenda foram aqueles que também geraram grande polêmica e resistência na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, onde Marielle os apresentou, como o do Espaço Coruja, o da legalização do aborto e o Dia da Visibilidade Lésbica. Em certa medida, ao contrário de

significar um abandono, isso sinaliza também que essas mulheres estão precisando negociar com os espaços, as especificidades e conservadorismo das suas casas legislativas, sempre em um misto de conter e avançar, principalmente em meio à violência política e ataques. E quando vamos avaliar outras respostas no questionário, fica evidente porque essas mulheres estão precisando negociar para sobreviver nos espaços políticos.

No questionário, também foi perguntado quantos projetos de lei foram postos em votação, e as respostas tomaram um tom diferente e sinalizaram a dificuldade de tramitação, seja para conseguir colocar um projeto de lei na votação em plenário, seja para aprovar e sancionar. Dos projetos de lei da Ação Plantando sementes:

- 13,6% das parlamentares conseguiram colocar em votação 3 projetos
- 22,7% das parlamentares conseguiram colocar em votação 2 projetos
- 18,2% das parlamentares conseguiram colocar em votação 1 projeto
- 45,5 das parlamentares não conseguiram colocar em votação nenhum projeto

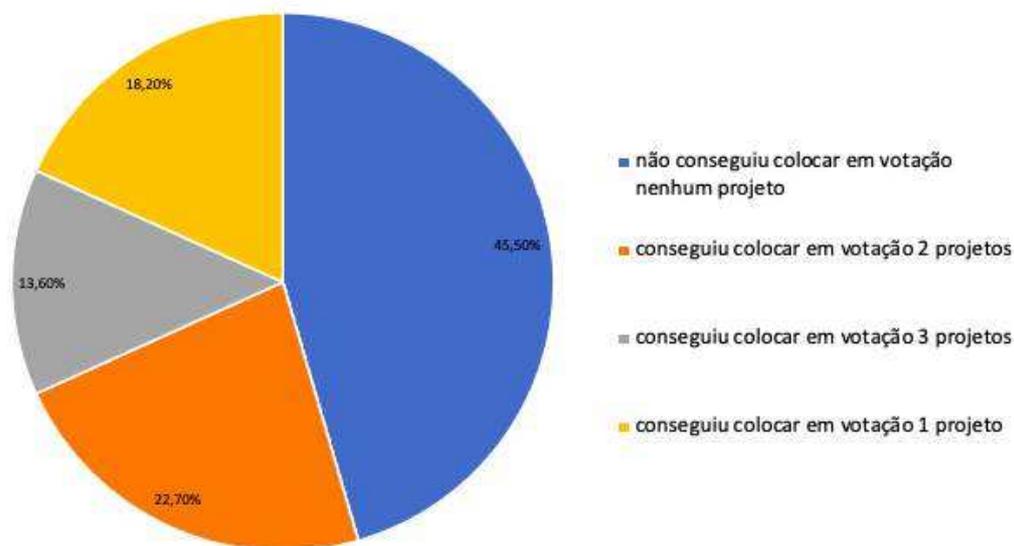
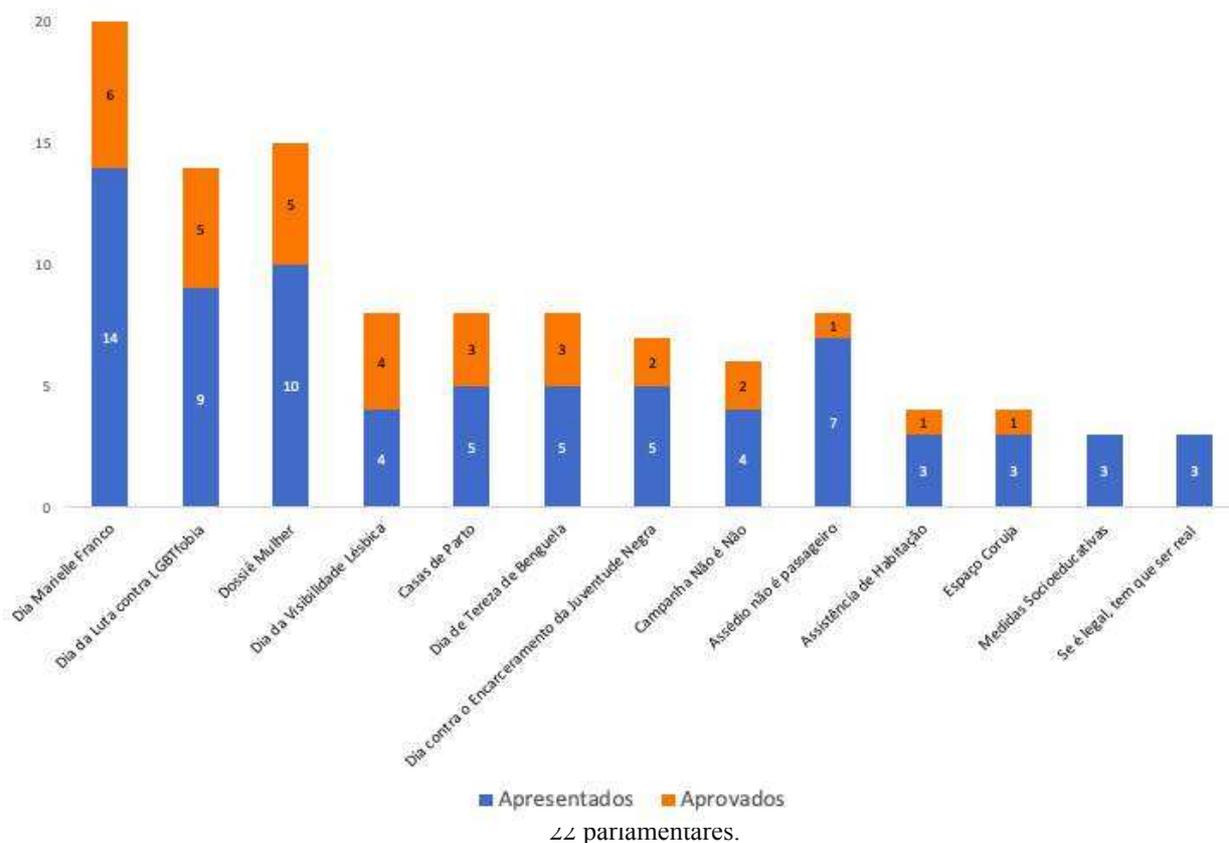


Figura 50 - Gráfico da quantidade de projetos de lei que as parlamentares negras comprometidas com a Agenda Marielle Franco 2020 conseguiram colocar para votação. Dados extraídos do formulário com participação de 22 parlamentares.

E quando observamos os projetos de lei aprovados e sancionados, vemos que os números vão sendo ainda reduzidos:

- 27,3% (6): Dia Marielle Franco de Combate à Violência Política contra Mulheres Negras
- 22,7% (5): Dia da Luta contra Homofobia, Lesbofobia, Bifobia e Transfobia
- 22,7% (5): Dossiê Mulher
- 18,2% (4): Dia da Visibilidade Lésbica
- 13,6% (3): Casas de Parto
- 13,6% (3): Dia de Tereza de Benguela
- 9,1% (2): Dia contra o Encarceramento da Juventude Negra
- 9,1% (2): Não é Não (Campanha contra assédio)
- 4,5% (1): Assédio não é passageiro (fixação de cartaz nos serviços públicos)
- 4,5% (1): Assistência de Habitação para famílias de baixa renda
- 4,5% (1): Espaço Coruja (Espaço infantil noturno)
- 0%: Medidas Socioeducativas em Meio Aberto
- 0%: Se é legal, tem que ser real

Assim, a relação de apresentados e aprovados/sancionados ficou da seguinte maneira:



No total, foram 75 projetos de lei protocolados e 33 apresentados e sancionados, sendo uma conversão de 44%. Mas os números por si só não dão conta de entender o tamanho do avanço que significa essa quantidade de propostas de leis apresentadas e aprovadas. Compreendendo o contexto das Câmaras Municipais, que são casas legislativas extremamente conservadoras, onde há dinâmicas de poder territoriais, coronelistas e milicianas, estes projetos de lei apresentados e aprovados de forma coordenada nacionalmente, em apenas um ano, são um marco histórico para a política e a produção legislativa brasileira. Esse nível de formulação político-programática e legislativa em um ano é muito acima da maior parte dos mandatos das casas legislativas à nível municipal, estadual e federal. Em especial, quando observamos o conteúdo dos projetos de lei, que tem um caráter feminista, antirracista, LGBTQIA+, popular, de garantia dos direitos humanos e de distribuição de renda.

Para fazer um comparativo, durante seu mandato, de fevereiro de 2017 à março de 2018, Marielle protocolou 12 projetos de lei e apenas um, o Dia da Visibilidade Lésbica, foi levado para votação. Era um contexto já de conservadorismo e de crescimento da extrema-direita nas casas legislativas, mas ainda não havíamos passado pelo bolsonarismo no seu auge, como aconteceu após a sua eleição. E este único projeto posto em votação no mês de agosto de 2017, mês da Visibilidade Lésbica, foi negado pela maioria dos vereadores da casa, tendo sido aprovado em primeira discussão e negado na segunda. No plenário os ataques foram inúmeros e as falas foram de cunho ultraconservador e LGBTfóbico. Na ocasião, em uma *live* após o projeto de lei ter sido reprovado<sup>46</sup>, Marielle falou sobre o acontecido. É interessante mostrar como, nesta votação e na sua fala, estão presentes sinais das práticas de ampliar, honrar, não se encastelar e diversificar, sistematizadas na Agenda Marielle Franco:

Alô galera, estamos aqui na Câmara Municipal, hoje é um dia histórico, na verdade, um mês histórico, principalmente para a população LGBT. [...] O mês de agosto é um mês de comemoração, um mês de reivindicação, um mês onde a gente pauta o dia 29 de agosto, que é o dia da visibilidade lésbica como um momento e um processo de concretização da luta pelas vidas das mulheres lésbicas, pelo direito de amar, de ser, de viver, de existir. [...]

[A votação do projeto de lei] retornou hoje com as galerias cheias. Isso é algo muito importante. Com o movimento de mulheres lésbicas, com a frente lésbica e com alguns coletivos presentes, dizendo "sim, as nossas vidas importam". [...] A gente tirou da zona de conforto essa casa que cada vez mais se coloca para que veio, né? Não é à toa que a gente busca cada vez mais o lugar da representatividade das mulheres, das mulheres negras, das mulheres lésbicas, das mulheres faveladas, porque é uma casa que se coloca conservadora e encastelada, muitas das vezes com

<sup>46</sup> FACEBOOK. AO VIVO DA CÂMARA: Dia da Visibilidade Lésbica acaba de ser reprovado por apenas 2 votos! Perfil Marielle Franco. Disponível em <<https://www.facebook.com/MarielleFrancoPSOL/videos/454851141567150/>> Acesso em 30 de agosto de 2022.

poucos debate, com poucas atuações, com poucos questionamentos. Foi diferente do que aconteceu hoje: debate acalorados, [...], um debate sobre a nossa vida, debate sobre a relação das mulheres lésbicas na cidade do Rio de Janeiro.

[...] É óbvio que a gente vai disputar, sim, essa data porque esse é um lugar de direito, querendo ou não. Nós existimos, nós vivemos, nós amamos e isso é que é o fundamental. [...] Daí que é mais importante ainda a gente estar muito organizada, estar na rua pelo dia da Visibilidade Lésbica que a gente tem uma série de atividades. Esse é o mês de comemoração, de debate e de reivindicação no dia 29, a gente tem uma atividade na Maré no centro de arte, e no dia 30 a nossa roda de conversa aqui. Então vai ter muita luta, vai ter mulher lésbica na Câmara, a gente se colocando, se dispondo, fazendo a luta pela política pública, a luta pelo orçamento qualificado. [...] Então esse é um tema que não vai ser colocado pra debaixo do tapete, essa casta da política que defende o distritão, que fala da manutenção dos homens brancos, que não querem enfrentar temas e posições como a nossa. Por isso que a gente diz sim que vai ter mulher lésbica na Câmara, por isso que a gente se organiza para o dia 29 e fala, sim, que as mulheres lésbicas existem e resistem. Vamos que vamos! É rua, é luta e é a ocupação de todos os espaços de poder para o lugar da visibilidade das mulheres. (FRANCO, Marielle., 2017)



Figura 52 - Marielle em um vídeo ao vivo no Facebook falando sobre o projeto de lei que institui o Dia da Visibilidades Lésbica, rejeitado em segunda discussão pelos vereadores da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Fonte: Reprodução/Facebook Marielle Franco

Mais nenhum projeto de lei conseguiu ser posto em votação durante o mandato da Mari. Após o seu assassinato, houve uma articulação entre a equipe da mandata, o vereador Tarciso Motta (PSOL) e outros vereadores da Câmara do Rio, com o apoio da sociedade civil, que conseguiram fazer uma sessão especial de votação para os projetos de lei de Marielle. Na ocasião, foram aprovados cinco dos seus projetos de leis<sup>47</sup>, de maneira extraordinária, fato que

só foi possível pela comoção coletiva e global que se estabeleceu com o seu assassinato. Nesta sessão, foram aprovados os projetos de lei do espaço Coruja, o do Dia de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, o que cria a campanha permanente de conscientização e enfrentamento ao assédio e violência sexual na cidade do Rio, o projeto de lei que cria o Programa de Efetivação de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto no município do Rio e o do Dossiê Mulher Carioca.

Com isso, é possível perceber como a Agenda Marielle Franco e os projetos de lei aplicados pelas parlamentares comprometidas tiveram impacto e formaram uma importante e coesa ação para avançar em pautas dentro do legislativo municipal no Brasil. Contudo, toda vez que um lado avança, o outro tenta barrar este avanço. Quando perguntadas em relação à atuação política mais ampliada e o desempenho nas atividades legislativas cotidianas, elas informaram que as maiores dificuldades e desafios enfrentados no primeiro ano de legislatura foram:

- 79,2% (19) Uso de estruturas internas como as Comissões de Constituição e Justiça com argumentos como falta de constitucionalidade/legalidade para barrar PLs
- 66,7% (16) Violência Política (racial, virtual, institucional, moral ou psicológica, LGBTfóbica e outras)
- 50% (12) Ausência de apoio político de outros parlamentares da Casa Legislativa
- 41,7% (10) Mandato formada majoritariamente por pessoas com pouca ou nenhuma experiência de atuação no legislativo
- 33,3% (8) Ausência de apoio político do meu próprio partido para o desempenho das atividades
- 25% (6) Ausência de assistência técnica adequada ofertada pela Casa Legislativa
- 4,2% (1) Uso da estrutura burocrática de forma personalista e patrimonialista
- 4,2% (1) Um excesso de cobranças como se tivéssemos que consertar ou responder por ações de parlamentares que nos antecederam

---

<sup>47</sup> GANDRA, Alana. Câmara aprova cinco projetos apresentados por Marielle. 14/08/2018. Agência Brasil. Disponível em <<https://agenciabrasil.abc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-08/camara-aprova-cinco-projetos-apresentados-por-marielle>> Acesso em 30 de agosto de 2022.

No questionário feito às 22 parlamentares, os relatos reforçaram as tentativas de frear e silenciar a atuação das mulheres negras durante a tramitação dos projetos de lei, como a dificuldade de conseguir colocá-los para votação, que foi o caso em que "O Dossiê da Mulher foi aprovado em primeiro turno e aguarda votação em segundo, mas também sem muita correlação de forças para ser colocado pra voto" e "Não houve enfrentamento direto, mas os projetos simplesmente não avançam na tramitação da casa". Mesmo com tamanha resistência, as parlamentares continuam se mostrando ativas e insistindo nas pautas, como aponta este depoimento: "Por sermos uma mandata de oposição ao governo local, muitos dos nossos projetos tramitam de forma mais lenta. Porém, temos tido algum sucesso nas articulações internas com os nossos pares para a aprovação de pautas importantes", mesmo que ainda tenham relatos de que é "difícil articular com parlamentares que não se pautam pelo interesse público".

Depoimentos do questionário mostraram também a dificuldade de se avançar e colocar para votação devido a questões ideológicas, pois "a conjuntura da Câmara apresenta muita resistência considerando a ampla maioria de parlamentares de direita ou extrema direita que compõe a casa". Isso gera uma série de entraves na tramitação desses projetos, como aconteceu com este caso: "A organização da Bíblia ficou contra e articulou para a reprovação dos projetos. Dia Marielle Franco no Combate a violência Política de Mulheres Negras, periféricas foi rejeitado por 11 votos contra 4".

As estruturas institucionais das Casas Legislativas também servem de instrumento para pautar visões conservadoras: "Propusemos um projeto de lei que garante a presença de doulas durante o parto, a comissão de saúde foi contra e na votação tivemos 4 votos favoráveis e 11 contra. Inclusive a presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Mulher votou contra". Ainda assim, como visto nos exemplos acima, as parlamentares continuam combativas: "Tivemos bastante discussão sobre o termo "gênero", por parte dos vereadores conservadores. Mesmo com o engajamento e voto contrários deles, conseguimos a aprovação. Entretanto, o líder do prefeito na casa já anunciou que haverá veto do projeto. Estamos aguardando."

Os maiores relatos foram os que sinalizam que as ações e os projetos de lei eram rejeitados pela Casa Legislativa, usando subterfúgios e argumentos de tecnicidade, mas que a negativa continha alto teor ideológico para barrar as propostas apresentadas, fazendo com que "a maioria dos nossos projetos sejam dados como inconstitucionais pela cada legislativa em que o mandato atua". Contudo, a experiência no mandato de Marielle, outros mandatos de

esquerda e nos próprios relatos mostram como esses argumentos são justificativas das estruturas conservadoras para não deixarem avançar pautas com as quais não concordam:

Apesar de um projeto aprovado e sancionado, ele não passou pelo plenário da Câmara. Projetos de datas comemorativas passam apenas pela Comissão de Legislação e Justiça, tomada pela direita "jurista" que usa o argumento de institucionalidade para barrar qualquer iniciativa parlamentar da esquerda. O Dia Marielle Franco fizemos um recurso para ser pautado e plenário, mas ainda não percebemos correlação de forças suficiente para pautar.

Este depoimento também reforça que, quanto mais conservadora é a base do Governo no legislativo, maior a dificuldade de se avançar:

Conseguimos colocar em votação apenas o PL do Dossiê Mulher. A Comissão de Legislação, Justiça e Redação deu parecer pela não tramitação, alegando vício de competência por criar despesa ao Poder Executivo. A maioria dos vereadores, inclusive os membros da CLJR, são base do governo. Em um momento de rompimento da base com o governo, conseguimos a derrubada do parecer da comissão e colocamos rapidamente em votação, sendo aprovado o PL nos dois turnos.

Ainda assim, um ponto para termos atenção é o preparo técnico que é preciso para que os mandatos consigam negociar, responder e contestar diferentes tipos de argumentações e obstáculos, podendo inclusive chegar ao caso de reformular os projetos de lei. Um exemplo é relato em que "o PL da casa de parto foi rejeitado pela CCJ alegando gasto público e o PL Não é Não ainda não saiu da CCJ" e este depoimento em que:

Enfrentamos problemas técnicos dentro da Câmara Municipal de (...). Não há assessores, toda a parte jurídica é feita por um procurador da Casa que, analisa os projetos e faz pareceres de vício de iniciativa (poder executivo). O projeto não chega a ser votado, por causa da análise dele, os demais vereadores pedem arquivamento.

Isso pode nos fazer refletir, enquanto Instituto Marielle Franco, para que futuramente se tenha um apoio mais estruturado para os mandatos parlamentares, como foi este caso:

Os projetos: Dossiê, Assédio não é passageiro e espaço coruja foram tidos como inconstitucionais por conter vício de iniciativa (segundo a diretoria legislativa da Casa), então encaminhamos ao Executivo por meio de indicação e estamos em diálogo com a Secretária de Direitos Humanos para que as PLs venham por parte do Executivo. Inclusive quando da resposta da Diretoria, houve apoio por parte do Instituto na escrito dos recursos, mais mesmo assim não conseguimos reverter a aparente "inconstitucionalidade"

Além dessas dificuldades impostas com objetivo de vetar as propostas, tiveram ataques mais diretos tanto no campo virtual como no campo institucional dentro do plenários

com o objetivo de silenciamento. Os relatos consistiram desde de "Ataques nas redes sociais de grupos bolsonaristas" até "Nossos projetos sofreram acusações de que havia segundas intenções nele, e ainda disseram que estávamos brincando de fazer projeto. Reflexo desse, acreditamos, por ser o primeiro e único mandato de esquerda na cidade, ainda por cima de uma mulher".

Outros depoimentos descrevem bem os tipos de ofensas todas as vezes que essas parlamentares tentam avançar com pautas pela defesa dos direitos humanos e como essas estão ligadas também à imagem de Marielle. Um deles diz que "Apresentamos uma proposta de nomeação de um Passeio com o nome da Marielle. A ideia sofreu forte rejeição na cidade. O projeto não é do Plantando Sementes, mas é válido compartilharmos a reação contrária". Em outra resposta, foi narrado que:

No mês de Março, quando apresentei o PL "Dia Marielle Franco de Combate à Violência Política contra a Mulher" precisei fazer um enfrentamento aos posicionamentos contrários que vieram com caráter depreciativo da figura de Marielle. O lamentável é que só havia apresentado o projeto na leitura de proposição sem discussão, nem havia ido às Comissões ou sido posto para discussão do mérito ou votação. Apenas apresentei e fui xingada nas redes sociais estimulado por outro vereador.

Esses ataques tem intuito de silenciar e conseguem afetar exercício político dos mandatos, como fica muito evidenciado neste relato:

Os projetos ficaram engavetados por muito tempo, outros não entraram em pauta considerados inconstitucionais, foram arquivados, os projetos foram considerados polêmicos, o PL sobre encarceramento em massa ao ser divulgado em nossas redes sociais quando protocolamos tivemos ataques, perdemos muitos seguidores, não conseguimos lidar emocionalmente com os ataques e retiramos o conteúdo de nossas redes.

Este outro depoimento mostra como também as ofensivas e a dura realidade dentro dos ambientes hostis das Câmaras Municipais afetam todo o mandato, tanto o parlamentar quanto a equipe:

Foi um ano onde tive muitas das minhas ações rejeitadas pela casa e confesso que isso me desanimou do meu mandato, como informo na pesquisa, somos o único mandato de esquerda da cidade e dificilmente tenho aprovação dos meus pares nos meus projetos e sofro bastante perseguição nas sessões legislativas, nas minhas redes sociais e meus assessores também sofrem retaliações.

Esses relatos revelam o grau de violência política sofrida pelos mandatos, cujos agressores tentam brechar o exercício político das parlamentares. Quando perguntadas sobre os tipos de

violência política que sofreram, as respostas das participantes mostraram como os ataques estão diretamente relacionados ao gênero, são na maioria agressões psicológicas, sobretudo no ambiente virtual, onde há um campo mais propício e uma maior proliferação desse tipo de ofensiva. Os ataques institucionais - em ambientes legislativos e de partidos - também estiveram presentes:

- 68,2% (15) Virtual
- 54,5% (12) De gênero
- 50,0% (11) Moral e psicológica
- 36,4% (8) Institucional
- 22,7% (5) LGBTQIA+
- 18,2% (4) Racial
- 13,6% (3) Sexual
- 13,6% (3) Não sofreu
- 0,0% (0) Física

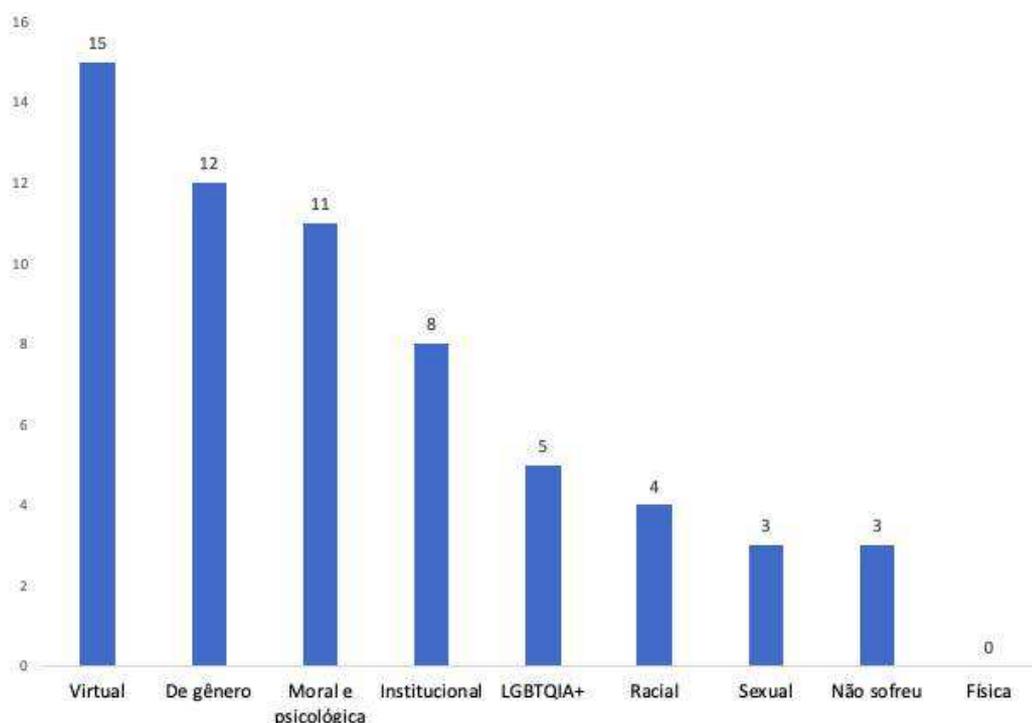


Figura 53 - Gráfico de violência política sofrida pelas parlamentares negras comprometidas com a Agenda Marielle Franco 2020. Dados extraídos do formulário com participação de 22 parlamentares.

Das que sofreram violência pública, que totalizaram 19 parlamentares, quando questionadas quais tipos de instâncias de proteção e segurança foram acionadas, chegou-se a um diagnóstico muito semelhante encontrado na Pesquisa de Violência Política contra Mulheres Negras de 2020, feita com as candidatas das eleições municipais. Isso mostra que, mesmo que eleitas, essas mulheres continuam sofrendo os mesmos tipos de violência política, como é o caso da violência virtual, moral e psicológica e institucional, em uma intensidade igual ou ainda maior. Elas tampouco contam com canais de denúncias eficazes e articulados. Na maior parte das vezes, essas mulheres recorrem à denúncias públicas que fazem nas suas redes sociais - raras vezes conseguindo pautar na imprensa - e tentando se valer da visibilidade para se proteger.

A segunda instância mais acionada foi o próprio partido político, mais do que o próprio Ministério Público e as Delegacias, órgãos que deveriam ser direcionados e preparados para receber denúncias de violências. Isso escancara a urgência dos partidos terem protocolos de encaminhamento de denúncias para os órgãos competentes, ainda que não sejam eles a de fato fazer a tratativa do caso. É possível e necessário que eles apoiem na circulação de informação de como as parlamentares e suas equipes podem denunciar e nas orientações de proteção e segurança. De acordo com as respostas das parlamentares que sofreram violência política, as instâncias acionadas foram:

- 58% (11) Denúncia pública e visibilidade
- 32% (6) Partido Político
- 26% (5) Delegacia
- 26% (5) Ministério Público
- 21% (4) Mesa diretora da Casa Legislativa
- 21% (4) Não fez denúncia
- 11% (2) Organização privada de Defensores de Direitos Humanos
- 5% (1) Comissão de ética da Casa
- 5% (1) Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos

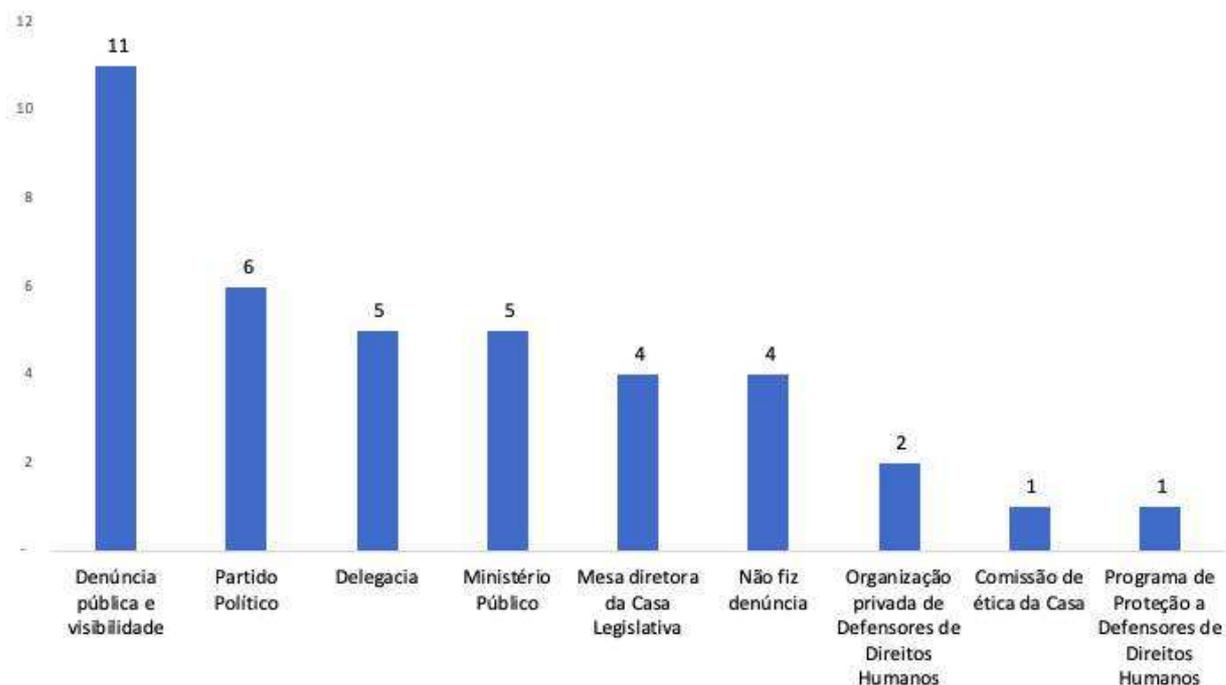


Figura 54 - Gráfico das instâncias acionadas para denunciar a violência política sofrida pelas parlamentares negras comprometidas com a Agenda Marielle Franco 2020. Dados extraídos do formulário com participação de 22 parlamentares.

Estes quadros estão diretamente conectados em como essas parlamentares avaliam que o Instituto Marielle Franco poderia ajudar a fortalecer o seu mandato. Conforme as participantes no questionário responderam, 83,3% (20) disse que o Instituto poderia ajudar na conformação de uma rede com demais mandatos comprometidos na Agenda em todo país; 83,3% (20) apontou o apoio na divulgação das vitórias legislativas e feitos do mandato; 62,5% (15) falou sobre oficinas de proteção e segurança digital - 1 pessoa sugeriu na criação de um comitê para receber, orientar, divulgar, e acompanhar casos de violência política de gênero; 4,2% (1) falou sobre auxílio jurídico-legislativo. Isso mostra o quanto há uma larga demanda para maior visibilidade e por uma maior conexão entre essas mulheres para se fortalecerem. Essas respostas confirmaram impressões que já tínhamos no Instituto da forma como poderíamos apoiar de maneira mais constante, ativa e presente os mandatos comprometidos com a Agenda Marielle Franco.

Apesar dos obstáculos e agressões sofridas, algo importante a ser notado é como essas mulheres elaboram propostas, se conectam, seguem o legado de Marielle e articulam uma grande produção legislativa, mesmo sendo tão poucas, muitas vezes estando isoladas, legislando sob condições muito difíceis de retrocesso e conservadorismo, passando por violências políticas constantes e com poucos momentos de cuidado. Um exemplo disso é ver

como a maioria delas também produziu uma quantidade significativa de Audiências Públicas, muito acima da média de outros mandatos neste apenas um ano, cujos os temas são de grande importância para a garantia de direitos de grupos minorizados politicamente. Dentre as participantes que responderam sobre as Audiências:

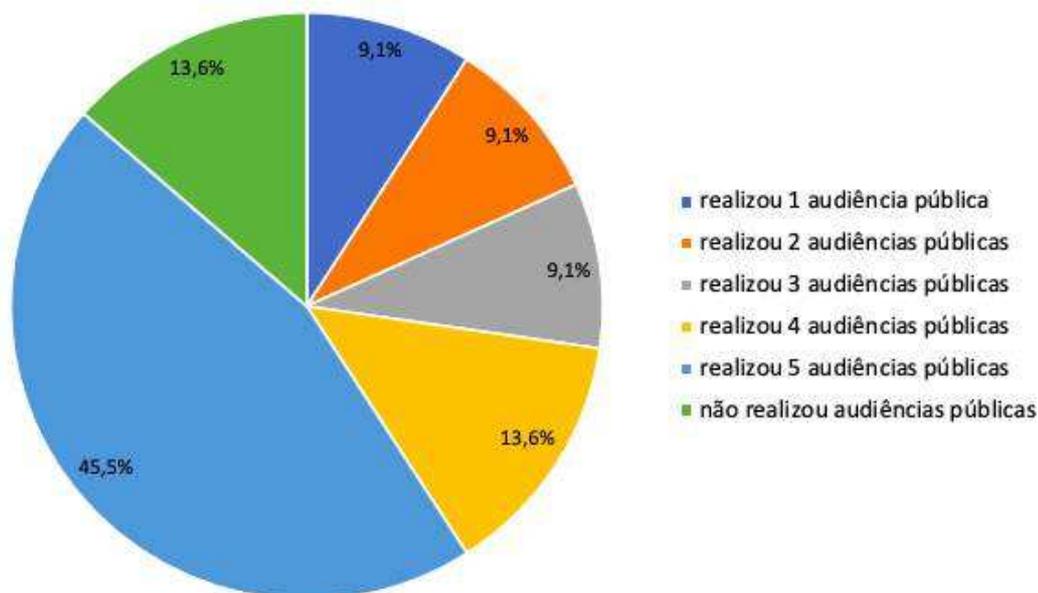


Figura 55 - Gráfico da quantidade de audiências públicas realizadas pelas parlamentares negras comprometidas com a Agenda Marielle Franco 2020. Dados extraídos do formulário com participação de 22 parlamentares.

Sobre o tema das Audiências, houve uma grande diversidade, abordando todos os eixos programáticos da Agenda. A seguir, estão as respostas agrupadas por temas amplos, com alguns exemplos citados mais específicos:

- **Saúde:** Covid-19; Cannabis Medicinal; Saúde Mental; Perda Gestacional; Assistência à gestação e ao parto no Recife
- **Juventude e infância:** Conselho tutelar; Violência sexual contra crianças; Todas as crianças nas creches
- **Cultura:** Retomada Cultural - desafios para 2021; Comissão de Cultura; Plano Municipal de Cultura de Salvador
- **Gênero:** Dignidade menstrual; Violência contra as mulheres; Direitos da população LGBTQIA+; 15 anos da Lei Maria da Penha

- **Negritude:** Juventude negra viva; Julho das Pretas; Promoção da igualdade racial; Mulheres negras; Implementação do Estatuto Municipal da Promoção e Igualdade Racial de Sinop/MT; Cotas raciais nos concursos públicos e seleções simplificadas para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no município do Recife
- **Educação:** Desmonte das Universidades Federais; Transtornos de Aprendizagens; Volta às aulas na pandemia; Ampliação das vagas na Educação Infantil; Educação contra a Militarização das escolas; Educação contra o Redimensionamento nas redes Municipais.
- **Assistência social:** População em situação de rua
- **Orçamento:** Lei de Diretrizes Orçamentárias (LOA); Plano Plurianual (PPA); Orçamento público de 2022.
- **Trabalho, renda e previdência:** Trabalho e Situação Econômica das Mulheres na Pandemia; Luta salarial de educadores; PEC 32 e o esfacelamento do serviço público; Direitos dos trabalhadores da saúde; Empregabilidade de pessoas trans/travestis; Reforma previdenciária dos municípios de Porto Alegre; Pautas trabalhistas dos servidores e servidoras do SAMU Recife; Discussão da convocação dos aprovados no concurso da área de saúde (edital 001/2019)
- **Segurança Alimentar:** Desigualdades e fome no Brasil
- **Direito à cidade, à favela e à periferia:** Plano Diretor; Sessão Especial em Memória ao 5 de Julho de 1975 - Operação Radar na Bahia; Webinário Memória Verdade e Justiça - desafios nas cidades; Energias renováveis; Regionalização do Saneamento Básico; Direito à Cidade - Parkelts; Centro Antigo: ZEIS do Tororó em Disputa - Moradia X Shopping Center; Proposta da prefeitura para a requalificação da Rua Mamede Simões; Despejo na comunidade Sítio Santa Francisca Ibura de Baixo
- **Transporte e mobilidade:** Debate sobre as etapas 2 e 3 das obras do BRT; Mobilidade no Subúrbio de Salvador; Política de Isenções Tarifárias de Transporte Público; Segurança no trânsito fluvial de comunidade ribeirinhas
- **Segurança Pública:** Violência na cidade; Bairro de Passarinho e a falta de segurança pública e lazer
- Outros: Luta contra a Gordofobia
- **Serviço Público:** Pec 32/2020 - Reforma Administrativa; Reforma da Companhia de Processamento de Dados de Porto Alegre (PROCEMPA)
- **Justiça ambiental:** Amazônia; Defesa dos defensores de direitos humanos e ambientalistas; Audiência em Defesa do Pantanal e do Rio Paraguai; Questões

climáticas; Audiência sobre o Rio Pardo; Frente Parlamentar Mista Ambientalista; Política de Enfrentamento à Emergência Climática; Audiência sobre a Bacia do Rio Tejió

Por fim, dentro do levantamento sobre a atuação no primeiro ano legislativo da Agenda Marielle Franco com parlamentares negras, foi perguntado sobre a posição do mandato dentro da Câmara Municipal. Foi um número grande de respostas que disseram ser a primeira ou a única mulher", a primeira ou única mulher negra eleita, primeira mulher de esquerda, primeira mulher assumidamente lésbica, primeira mulher feminista, primeiras mulheres PCD, primeiros ou únicos mandatos coletivos. O fato delas serem as primeiras ou as únicas neste ambiente, já hostil, sinalizam como a presença em espaços de poder também pode ser muito solitário para estas mulheres. Reforçam também a urgência de uma representação política mais diversa, assim como corroboram como está em vigência um fenômeno, protagonizado por mulheres negras, de entrada dessas mulheres no poder. Uma entrada que não é banal e não é um pequeno detalhe. Como um processo histórico, ele precisa ser reconhecido, registrado e fomentado.

É fruto de uma radical imaginação e de uma certeza que essas mulheres não adentram esses espaços sozinhas, que as primeiras ou as únicas parlamentares tragam uma agenda programática e uma produção legislativa intensa, robusta e revolucionária, que reconfigurem a política, transformem esse espaço, abalem as estruturas colocadas, ao mesmo tempo em que mudam a fotografia do poder, como diz Vilma Reis<sup>48</sup>.

*Esse é um lugar ao qual a população deveria ter acesso.*

*Eu vim aqui fazer uma reintegração de posse.*

Erica Malunguinho<sup>49</sup>

---

<sup>48</sup> DIAS, Vinícius. CONCEIÇÃO, Thiago. "Mudar fotografia do poder", diz Vilma Reis sobre coalizão negra compor bancadas no Congresso e em Assembleia. 8/07/2022. BNEWS. Disponível em <<https://www.bnews.com.br/noticias/eleicoes-2022/mudar-fotografia-do-poder-diz-vilma-reis-sobre-coalizao-negra-compor-bancadas-no-congresso-e-em-assembleias.html>> Acesso em 1 de setembro de 2022

<sup>49</sup> CISCATI, Rafael. A reintegração de posse de Erica Malunguinho. 29/01/2020. Brasil de Direitos. Disponível em <<https://brasildedireitos.org.br/atualidades/a-reintegracao-de-posse-de-erica-malunguinho>> Acesso em 1 de setembro de 2022.

## 8. AGOSTO DE 2022 - Agenda Marielle Franco 2022

De forma paralela à escrita deste capítulo, nós, no Instituto Marielle Franco, estávamos no processo de elaboração, produção, lançamento, mobilização e articulação da Agenda Marielle Franco 2022. Ainda que, por conta período curto de tempo no ar, se tenham limites para elaborar uma análise mais extensa sobre essa nova edição e a sua reverberação, é possível levantar alguns pontos importantes que permeiam esta segunda Agenda.

A versão da Agenda Marielle deste ano se dá em contextos interno e externo diferentes daqueles de 2020. Há, primeiramente, um amadurecimento institucional após dois anos de existência e de atuação intensa do Instituto. A construção da Agenda de 2022 também foi feita a partir de aprendizados colhidos tanto do monitoramento da atuação legislativa dos mandatos de parlamentares comprometidos com a Agenda nesses últimos anos, quanto de parceiros que se debruçaram sobre a Agenda e deram alguns retornos. Um deles, por exemplo, foi como alguns eixos programáticos da primeira Agenda, como o Cultura, Lazer e Esporte, estavam muito abrangentes e reunindo pautas distantes no tocante às suas propostas mais práticas, necessitando um foco mais acentuado para cada eixo.

Além disso, a avaliação da aplicação dos projetos de lei do primeiro pacote legislativo da Agenda, o Plantando Sementes, também trouxe reflexões para a elaboração e atualização desta segunda versão. Isso gerou na Agenda 2022 uma tentativa de fazer propostas mais viáveis e pragmáticas dentro de cada eixo, que fossem possíveis de serem pautadas e realizadas, ainda que as propostas desse ano tampouco fossem muito específicas quanto às de 2020. Além disso, ficou evidente que para um próximo pacote legislativo, seria necessário ter um olhar mais técnico e jurídico sobre os projetos de lei para que eles não estivessem vulneráveis a tentativas de não colocá-los para votação ou de não aprová-los, alegando falta de constitucionalidade ou legalidade.

Tanto o amadurecimento institucional quanto esses aprendizados refletiram na forma como a memória tomou maior centralidade na Agenda de 2022. Como exemplo disto, o eixo programático de Cultura, Lazer e Esporte se tornou Cultura e Memória, em que a memória passou a ser politicamente central para a construção de políticas e compromissos:

O Brasil é, inegavelmente, um país com grande riqueza cultural, marcada pela diversidade regional, racial e étnica do nosso povo. [...] Acreditamos na cultura como ferramenta de denúncia de violações de direitos humanos, transformação social, exercício de cidadania, fortalecimento da democracia e emancipação humana. [...] Atrelada à ela, é urgente que o Brasil estabeleça uma política consistente de memória e reparação a essas populações, historicamente perseguidas e violadas.

Sem o acesso ao direito à memória, o país está fadado à repetição de suas tragédias, intencionalmente perpetuadas pelas classes dominantes, a quem não interessa marcar as ruas de resistência, com o nome daqueles que tomaram na luta. (FRANCO, I., 2022, p. 78)

Além da sua centralidade, a ampliação do entendimento sobre o que compreende a ideia de memória ficou refletida na Agenda e, sobretudo, neste eixo programático:

É urgente também ampliar nossa compreensão coletiva sobre a cultura. Cultura é memória, é resistência, é expressão de nossa ancestralidade. Está presente não só nas manifestações artísticas, mas na gastronomia popular, nas diversidade linguística e nas religiões de matriz africana e indígenas. Especialmente no caso destas últimas, a violência tem se intensificado, como expressão do racismo e forma de minar o potencial de resistência e construção alternativa que as comunidades de terreiro possuem. (FRANCO, I., 2022, p. 78)

A própria espiritualidade e o enfrentamento ao racismo religioso foram mais destacados, como parte também de uma política cultural e da preservação da memória de povos afro-diaspóricos:

Neste sentido, é também uma política no âmbito da cultura e da memória, debater e combater a intolerância religiosa, praticada majoritariamente contra os adeptos das religiões de matriz africana. A religiosidade é uma característica fundamental em várias culturas do povo brasileiro. Assim sendo, o ataque a uma religião específica pode ser entendido como o ataque àquele povo e instrumento ativo de genocídio. Nesse sentido, acreditamos no papel do Estado em garantir a liberdade religiosa, permitindo igualdade na expressão cultural da rica pluralidade religiosa existente no nosso país. Propomos uma nova política cultural que prima pela diversidade, a autonomia e pela proteção e preservação da memória negra, indígena e periférica. (FRANCO, I., 2022, p. 79)

Também após o acúmulo de dois anos de atuação e de retornos de parceiros próximos sobre a interseccionalidade da Agenda, os eixos abordaram mais aprofundadamente uma linha anticapitalista e antineoliberal. Na de 2020, conforme apresentado, a imagem que representava a interseccionalidade sinalizava gênero, raça e território. Já em 2022, com uma edição atualizada, ficou mais evidente que a interseccionalidade da Agenda perpassava por classe, como é possível observar na introdução da Agenda, que veremos a seguir. Por isso, também nos eixos, como o de Cultura e Memória, foi ressaltado que a interseccionalidade das pautas também inclui um horizonte anticapitalista: "No lugar de indivíduo e lucro, propomos o coletivo e o bem comum, uma produção cultural que não se pautem pela lógica de negócio" (FRANCO, I., 2022, p. 79).



Figura 56 - Marielle erguendo um cartaz da campanha Liberte Nosso Sagrado, que pedia a liberação do acervo de mais de 200 objetos sagrados de religiões de matriz africanas - incluindo imagens, instrumentos musicais, oferendas, velas e vestimentas - apreendidos durante os últimos séculos e mantidos em caixas nos arquivos Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. Fonte: Reprodução/Instagram Marielle Franco

Em paralelo, passou a se ter uma visão de que a própria Agenda tem potencial para se tornar uma ferramenta política mais ampla, para além de ser um instrumento para impulsionar novos tipos de representação e a ocupação dos espaços de poder. Foi compreendido que as políticas e práticas da Agenda, que regem um novo tipo de fazer político baseado no legado de Marielle, são práticas e políticas que direcionam o próprio Instituto e que têm possibilidade de serem trabalhadas em constante colaboração e abertura junto e para movimentos sociais e a sociedade civil.

Hoje, no Instituto, temos uma visão mais nítida de que essas políticas e práticas podem guiar também o fazer político de movimentos, coletivos, organizações, ativistas, lideranças e pessoas. Essa compreensão é uma tentativa de superar antigas divisões binárias sobre o que é política e quais são as suas práticas, corroborando para que coletivamente possamos construir espaços de decisão, participação e atuação mais justos, abertos, transparentes e horizontais.

Em 2022, também tiveram articulações para a internacionalização da Agenda, em especial a nível regional na América Latina, como aconteceram nas viagens para Colômbia e Chile.



Figura 57 - Na foto da esquerda, encontro do Instituto Marielle Franco com a Ministra da Mulher, Antonia Orellana, a Subsecretária do Ministério da Mulher, Luz Vidal, a Ministra da Justiça e Direitos Humanos, Marcela Ríos, e a Ministra das Relações Exteriores, Antonia Urrejola, do novo Governo de esquerda de Gabriel Boric no Chile. Na foto da direita, encontro com a prefeita de Santiago, feminista e de esquerda, Irací Hassler. Nas conversas, foi falado sobre a replicação da Agenda Marielle Franco com adaptações e atualizações para cada realidade e em diferentes esferas. Fonte: Luna Costa

As práticas da Agenda permaneceram as mesmas, a fim de continuar reforçando a necessidade de se perpetuar a forma de fazer política de Marielle. Entretanto, mesmo diante do diagnóstico do primeiro ano legislativo das parlamentares em relação à menor execução de certas práticas - como a de cuidado coletivo e a do puxar quem quer vir - não houve na Agenda 2022 um maior reforço para o seguimento dessas práticas ou mesmo a sinalização deste diagnóstico. Apresentar este levantamento da efetivação das práticas dos mandatos comprometidos e estimular o uso das práticas políticas de Marielle poderia contribuir - ainda que pouco - para que as candidaturas também efetivassem um maior cuidado, abertura, participação e colaboração entre si durante a campanha. O momento de campanha eleitoral também é um lugar de adoecimento para aquelas e aqueles que disputam a política, em especial, aquelas sem recursos, sem apoio partidário, com pouca visibilidade, com grande carga de violência política e tentando produzir narrativas contra hegemônicas. Para 2023, há

um desafio colocado, então, de fortalecer estas práticas com as parlamentares eleitas da Agenda Marielle e as suas equipes durante os mandatos.



Figura 58 - Artes das práticas da Agenda Marielle Franco em 2022. Fonte: Reprodução/Instagram Instituto Marielle Franco

Todos esses processos de reflexão culminaram, em especial, na metodologia de construção da Agenda 2022, que teve, de forma inédita, a colaboração de mais 100 organizações e movimentos, que atuam nas mais variadas pautas políticas, por meio de entrevistas telefônicas, encontros virtuais e contato institucional (FRANCO, I., 2022, p. 11), para a produção das propostas dos oito eixos programáticos, que, nesta eleição, teve o foco a nível de atuação estadual. Conforme consta na Agenda (FRANCO, I., 2022, p. 11), "uma das principais práticas políticas defendidas por Marielle era a construção conjunta com movimentos sociais e organizações da sociedade civil." Assim, realizamos uma extensa consulta popular, com o objetivo de construir coletivamente a atualização da Agenda 2020 para as eleições de 2022, "de modo a refletir também as atuais pautas mais urgentes e prioritárias para a sociedade civil brasileira, uma construção que, assim como nossos passos,

vêm de longe" (FRANCO, I., 2022, p. 11), reivindicando sempre o lugar da memória e do legado neste processo.

Durante os meses de junho, julho e agosto, nos dedicamos a atualizar a Agenda Marielle Franco 2020, adequando à realidade do Poder Legislativo Estadual. Conforme consta na Agenda, os objetivos deste trabalho consistem em:

1) fortalecer e potencializar a Agenda como uma ferramenta propositiva e de compromisso político capaz de apresentar, em ano eleitoral, um projeto de país popular e democrático, no qual as mulheres negras e suas demandas sejam o motor de transformação social; 2) trazer propostas concretas que guiem a atuação legislativa das deputadas estaduais e aumente sua efetividade em termos de políticas públicas, permitindo também que os movimentos sociais tenham como avaliar a atuação dos mandatos. (FRANCO, I., 2022, p. 11)

Com base no acompanhamento e monitoramento dos mandatos eleitos em 2020, e desse processo de escuta e consulta popular, foi desenhada uma metodologia de sistematização e priorização das propostas reunidas, de modo a identificar tanto prioridades, como ações que pudessem ser implementadas a nível estadual com maior impacto (FRANCO, I., 2022). Como critérios de priorização para a escolha destas propostas foram levantados: "1) a urgência política; 2) sua aplicabilidade, considerando as necessidades orçamentárias, competência legislativa e articulação política necessária; e 3) impacto direto na vida das populações mais vulneráveis, geralmente sem representatividade política e excluídas dos espaços de decisão" (FRANCO, I., 2022, p. 12).

Conforme visto no acompanhamento dos mandatos de parlamentares negras comprometidas com a Agenda, a violência política esteve assustadoramente presente como um fenômeno que abrevia, dificulta e encurta o exercício político destas mulheres. Desde as últimas eleições, a violência política, em especial contra mulheres negras e mulheres trans, vem aumentando, e, nas eleições de 2022, foram diversos os casos extremamente graves noticiados. Por outro lado, foram dois anos de trabalho intenso no Instituto Marielle Franco para o enfrentamento da violência política de gênero e raça, para a criação e a articulação dos canais de denúncia do Estado em casos de violência política, e na reivindicação e construção de políticas para a segurança e proteção de mulheres negras, cis e trans. Isso se refletiu na Agenda Marielle de 2022, que destinou uma parte significativa na sua introdução para abordar o tema de violência política, afirmando que:

Vivemos um paradoxo. Ao mesmo tempo em que as eleições de 2022 são um marco no que pode ser uma possibilidade concreta de reconstrução do Brasil, com a eleição da maior bancada de mulheres e pessoas negras, indígenas e LGBTQIA+ da história,

nunca vivenciamos tanta violência política, racial e de gênero, e um nível de desesperança quanto ao sistema político tão grande. A esperança em concretizar um Brasil antirracista, democrático, popular e ecologicamente equilibrado, um país verdadeiramente construído por e para aquelas e aqueles que “andam a pé e têm calos nas mãos”, tem sido posta à prova: quem defende tal projeto tem sido, cotidianamente, obrigado a arriscar sua vida e vencer o medo. (FRANCO, I., 2022, p. 6)

[...]

A violência política de gênero e raça é usada cada vez mais intensamente contra nós – mulheres, negras e negros, povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, do campo, das águas e das florestas, pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiência, moradores de favelas e periferias urbanas e rurais, e trabalhadores em geral – como principal instrumento de silenciamento, isolamento e manutenção da exclusão dos espaços de poder, representação, formulação e implementação de políticas públicas. (FRANCO, I., 2022, p. 6)

No processo metodológico de escutas e levantamento de propostas junto a movimentos sociais e organizações da sociedade civil, a Agenda chegou a um diagnóstico que corrobora elementos destacados na avaliação do primeiro legislativo das parlamentares negras, apresentada no capítulo anterior, e na nossa atuação no Instituto:

Em relação à articulação política necessária, prestamos especial atenção à realidade de violência política e isolamento institucional que paira, incessantemente, sobre os mandatos de mulheres eleitas, em especial, as mulheres negras. Neste contexto, se torna quase impossível para muitas delas aprovar propostas que precisam de articulação política com o campo de centro e conservador, majoritários nas casas legislativas brasileiras. A violência política tem sido, na prática, um meio de inviabilizar mandatos e perpetuar a exclusão de mulheres negras da política. (FRANCO, I., 2022, p. 12)

Neste diagnóstico, foram constatados dois fenômenos, que corroboram visões que já tinham aparecido anteriormente: o primeiro é que candidaturas de mulheres negras são, em sua maioria, uma construção coletiva dos movimentos sociais, no qual estas mulheres estão frequentemente inseridas como lideranças; o segundo é que "a histórica exclusão dessas mulheres dos espaços de ensino superior formal e de desenho, implementação e gestão de políticas públicas tem funcionado como uma barreira entre elas e este mundo, e contra a qual elas insistem em se insurgir" (FRANCO, I., 2022, p. 9).

Segundo a Agenda, "tal barreira é reforçada pelo mito da tecnicidade e da neutralidade política desses espaços, que constroem uma gramática própria e igualmente excludente, além de se reproduzirem em circuitos fechados, voltados às pessoas brancas de classe média e alta, e hegemonizados pela ideologia neoliberal" (FRANCO, I., 2022, p. 9). Linguagem essa em especial para orçamento público e do desenho de políticas públicas. Grada Kilomba (2019) desconstrói o mito da neutralidade e da objetividade, dizendo que são lembretes dos lugares

onde mal podemos entrar, nos quais dificilmente chegamos ou não podemos ficar. Ela coloca que é a reprodução de relações raciais de poder que ditam o que deve ser considerado real e verdadeiro, o que é erudição válida.

Por causa do racismo, pessoas negras experienciam uma realidade diferente das brancas e, por isso, questionam, interpretam e avaliam essa realidade de maneira diferente (KILOMBA, 2019). Podemos fazer um paralelo com a produção de políticas a partir e sobre posições marginalizadas. Essas experiências devem ter lugar na elaboração de propostas políticas. Por isso as experiências de pessoas negras devem ser base teórica e metodológica, uma vez que todos, inclusive os que pertencem a grupos dominantes, falam de um tempo e lugar específicos, de uma história e uma realidade particular (KILOMBA, 2019). Ao viver na margem, acabam desenvolvendo uma forma única de ver a realidade. Olham tanto de fora para dentro quanto de dentro para fora, compreendendo ambos (hooks, 1984).

Conforme dito, a Agenda de 2022 aprofunda a sua visão anticapitalista e antineoliberal, afirmando que tem sido preocupante que os "*think tanks* neoliberais, credenciados internacionalmente por instituições internacionais à serviço do capital, hoje detêm a hegemonia na formulação, desenho, implementação e monitoramento de políticas públicas, sendo contratados para tal, inclusive por governos progressistas" (FRANCO, I., 2022, p. 9). E salienta no seu diagnóstico que as lideranças comunitárias e os movimentos sociais tendem a fazer profundas e importantes análises da realidade social e a formular agendas políticas fundamentais a serem concretizadas para a verdadeira garantia da justiça social (FRANCO, I., 2022). "Este diagnóstico confirma em que medida as desigualdades estruturais - quais sejam, o racismo, o sexismo e o classismo - impedem a concretização da democracia brasileira" (FRANCO, I., 2022, p. 9).

Nesta formulação de propostas interseccional atualizada e aprofundada, a Agenda 2022 reforça o lugar pelo qual elas são pensadas e priorizadas: "As mulheres negras não foram apenas nosso ponto de partida, mas também nosso ponto de chegada: privilegiamos políticas públicas voltadas a priorizar mulheres negras, pois quando suas necessidades e demandas por igualdade a nível social, econômico e cultural forem alcançadas, teremos uma sociedade justa para todas as pessoas" (FRANCO, I., 2022, p. 13), pois, como proferiu Angela Davis, "quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela"<sup>50</sup>.

---

<sup>50</sup> ALVES, Alê. Angela Davis: "Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela". 27/07/2017. EL PAIS. Disponível em

O objetivo de ser uma agenda coletiva para um futuro comum é traduzido na forma como ela está aberta a todas as candidaturas e que está em constante construção e reformulação. Por isso, no final da apresentação, a Agenda afirma:

Por fim, é importante ressaltar que as propostas que reunimos e sistematizamos aqui não constituem uma lista exaustiva. Resumir nossas aspirações e necessidades coletivas a um número limitado de pontos não dá conta da tarefa histórica que temos diante de nós. Precisaremos de todas as ideias, propostas e potências que pudermos coletivamente organizar para reconstruir e transformar, verdadeiramente, o Brasil. Portanto, aqui estão reunidos alguns destaques que consideramos importante ressaltar, mas entendemos que esta agenda está em permanente construção e movimento, assim como estava Marielle e sua práxis política. Esperamos poder produzir e divulgar futuramente versões atualizadas da Agenda Marielle, e convidamos todas as organizações, movimentos e ativistas a também seguirem elaborando e formulando suas próprias propostas. (FRANCO, I., 2022, p. 14).

Um ponto crucial na elaboração da Agenda Marielle Franco 2022 é a conjuntura na qual as eleições deste ano estão se dando. Um momento de aprofundamento da crise econômica e social, com aumento da pobreza, da fome e da insegurança alimentar, escassez, inflação, desemprego e crise sanitária. Crises causadas não só pela pandemia, mas principalmente por um Governo Federal de extrema-direita, de cunho fascista e negacionista, que causou rombos na economia, desmantelou políticas públicas de trabalho e renda, sucateou órgãos e ministérios, foi irresponsável e desrespeitoso com centenas de milhares de mortes pela Covid-19 que poderiam ter sido evitadas, espalhou ódio e desinformação junto a uma tentativa de abafamento de casos de corrupção, inclusive relacionado às vacinas durante a pandemia.

Seguido também de uma emergência climática global, agravada por um Governo que fomenta o garimpo, a perseguição e remoção de povos indígenas e quilombolas, que criminaliza ativistas ambientais e defensores da terra e do território, fragiliza os órgãos de monitoramento e proteção ambiental, e provocou as maiores derrubadas, queimadas e devastações da Amazônia e do Pantanal das últimas décadas. Em função de toda a conjuntura, como os eixos programáticos da Agenda 2022 focam suas propostas à nível estadual, foi feito um segundo documento da Agenda, direcionado para a próxima presidência da República. Intitulada Carta Coletiva do Instituto Marielle Franco às Candidaturas à Presidência<sup>51</sup>, ela mantém os oito eixos, mas as suas propostas são para o executivo federal.

---

<[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/150114503\\_610956.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/150114503_610956.html)> Acesso em 28 de agosto de 2022.

<sup>51</sup> RODAPE CARTA <https://www.agendamarielle.com/politicas>

Não obstante, as propostas à nível estadual também refletem o contexto no qual a construção da recente Agenda está inserida. A introdução exprime a preocupação do momento:

Aprofundada pela pandemia de COVID-19, mas intencionalmente descontrolada por uma política de morte adotada pelo governo federal, esta crise nos atinge centralmente. O processo de destruição do país, que se seguiu ao golpe jurídico- -parlamentar de 2016, minou os direitos dos trabalhadores e corroe o sistema previdenciário; avançou sobre a educação, a seguridade social e a saúde da população, cerceando as possibilidades de futuro com a emenda constitucional do teto de gastos; perseguiu a ciência, a cultura, as liberdades civis e barrou a frágil construção democrática em andamento; agravou o racismo já presente na sociedade brasileira, aprofundou o sexismo e a ordem cisheteropatriarcal, promovendo uma política de incentivo à violência de gênero e à retirada de direitos sexuais e reprodutivos; colocou fim às possibilidades de qualquer política econômica alinhada à sustentabilidade e aprofundou a dependência, elevando à máxima potência a austeridade fiscal e o ataque aos bancos públicos e mecanismos estatais de fomento; entregou as riquezas naturais aos países imperialistas e abandonou o povo diante do tsunami de expropriações financeiras e de militarização da vida. Diante desse cenário e potencializado pelo desemprego massivo, aumento da informalidade e do subemprego, avançou o genocídio negro e indígena, aliado ao extrativismo desenfreado e à galopante destruição do meio ambiente, em especial da Amazônia, Cerrado e Pantanal. (FRANCO, I., 2022, p. 6 e 7)

Diante da conjuntura, outro retorno que tivemos sobre a Agenda de 2020 foi a necessidade de se ter um eixo exclusivo para Justiça Climática, que abordasse a emergência do momento e trouxesse propostas focadas e interseccionais sobre o tema. Assim, as sete pautas de 2020 se transformaram em oito em 2022. O eixo de Direito à Favela e à Periferia passou a ser Direito à Cidade, à Favela e à Periferia, ampliando também a narrativa sobre a questão urbana. Neste antigo eixo, foram ventilados alguns pontos sobre justiça ambiental. Já na segunda edição da Agenda, o eixo exclusivo para o tema teve o nome de Justiça Ambiental, Climática, Direito à Terra e ao Território.

Ainda que baseada na urgência de se combater as crises democráticas pelas quais o Brasil está passando, há uma preocupação central na Agenda Marielle Franco 2022 de que, mesmo que entre um Governo democrático em 2023, é necessário avançar com propostas políticas que verdadeiramente irão aprofundar a democracia, principalmente para aqueles que nunca tiveram acesso pleno à ela:

Portanto, entendemos que o momento eleitoral em 2022 é crucial. Representa, para nós, uma questão de vida ou morte. É não só uma oportunidade histórica de derrotarmos o (neo)fascismo, encarnado no bolsonarismo, mas de revertermos retrocessos que converteram grande parte do pacto civilizatório estabelecido na Constituição de 1988 em letra morta e que têm reduzido nossas vidas cotidianas a uma exaustiva, e pouco promissora, luta por sobrevivência. Entretanto, a necessidade de derrotar Bolsonaro por parte das forças democráticas não pode

colocar em segundo plano o debate acerca da plataforma para nosso futuro comum. É preciso tomarmos as rédeas de nosso futuro, desenhando propostas concretas e um projeto político-econômico estruturado, também sob a base racial e de gênero, para a reconstrução e reinvenção do país. Um projeto em que o povo, sobretudo os grupos marginalizados e mais vulneráveis, estejam no centro e em posição de protagonismo. (FRANCO, I., 2022, p. 7)

E de forma similar à 2020, a Agenda continua tendo como horizonte político o legado de Marielle e tudo o que ela defendia:

Em um ano eleitoral tão violento, no qual fazer política e defender a democracia significa um risco concreto à vida e a desesperança assola tantos eleitores, reafirmar os princípios e as práticas políticas de Marielle é urgente e essencial. Com esse documento queremos repensar prioridades e qualificar o significado da memória e legado de Marielle e do seu fazer político, expandindo-o para o poder legislativo estadual: um lugar que Marielle não ocupou fisicamente, mas que nos inspira a alcançar, comprometidas com uma transformação radical da sociedade brasileira. (FRANCO, I., 2022, p. 8)

[..]

Acreditamos que as práticas e as políticas defendidas e construídas por Marielle Franco e aqui sistematizadas podem ajudar a enxergar um futuro possível para o momento tão sombrio que a política brasileira enfrenta, que se acirra desde seu assassinato em 2018. Frente à crise e à falta de esperanças na construção de um futuro comum, queremos garantir o direito à saúde pública de qualidade e universal, a uma educação livre e emancipatória, a andarmos pelos campos, cidades e periferias com segurança e dignidade, queremos garantir o direito a uma alimentação saudável e adequada, a água e esgotamento sanitário para todas e todos, a trabalho e renda dignos e justos. (FRANCO, I., 2022, p. 14)

Legado e memória não só de Marielle estão presentes, mas também de outras mulheres negras que formulam saídas para outros mundos:

É importante ressaltar que esta foi uma Agenda pensada e escrita por mulheres negras comprometidas com a construção histórica do pensamento feminista negro no Brasil e em toda a diáspora africana. A amefricanidade, conceito pensado por Lélia González, intelectual e militante negra brasileira, foi a lente através da qual refletimos sobre os problemas que enfrentamos atualmente, os objetivos programáticos que desejamos alcançar, e as propostas concretas que nos possibilitarão alcançá-los dia após dia, na construção de um novo Brasil e uma nova sociabilidade humana. Trata-se de um programa político que, construído por nós e para nós, guarda o potencial de emancipação para todas e todos, bem como a garantia de preservação do planeta em que vivemos. (FRANCO, I., 2022, p. 8)

E de forma mais nítida, a Agenda de 2022 expressa como esse legado está diretamente ligado à renovação política, afirmando que "apoiar candidaturas negras, e, posteriormente, colaborar para potencializar seus mandatos, garantindo que estes mantenham uma prática política voltada para a emancipação humana, é uma das formas mais concretas de manter vivo o legado de Marielle" (FRANCO, I., 2022, p. 13). Além de evidenciar como estas mulheres

negras candidatas encruzilham a política institucional com a sua atuação nos movimentos, vivendo esse lugar de fronteira:

O esforço de elaborar essa Agenda é uma maneira de não apenas fazer valer o que Marielle acreditava, mas também potencializar as inúmeras sementes que estão vindo disputar esse espaço tão hostil e violento que é a política institucional. As mulheres negras na política foram nossa bússola neste projeto - partimos delas, privilegiando o contato com lideranças comunitárias, candidatas e intelectuais negras. Ao longo da pesquisa, verificamos que na realidade estes papéis se confundem: a maior parte das candidaturas negras são de fato importantes lideranças locais, dos mais diversos movimentos sociais do país, dentre eles: movimentos em defesa dos direitos das mulheres, com atenção às especificidades das mulheres negras, das pessoas LGBTQIA+, com deficiência, indígenas, quilombolas, agricultoras, defesa da educação, saúde, moradia e direitos humanos. (FRANCO, I., 2022, p. 13)

Certa vez ouvi alguém falando que fazer política é imaginar. Hoje entendo o significado dessa frase. De fato, para construir uma agenda propositiva para um período tão duro e dolorido, é preciso estar com os pés fincados no chão, mas ter um quê de sonho e de imaginação, porque é exata e somente aquilo que nos faz ainda ter esperança e caminhar. Como disse Denise Ferreira da Silva (2020), a nossa imaginação mantém a capacidade de criar imagens que traem ou sabotam as palavras, está ali onde a razão kantiana não alcança, onde, a princípio, não há nem sentido nem senso. Segundo Guedes (2021), as palavras são percíveis, e, é quando elas desaparecem em nós, que ganhamos a habilidade de profanar o tempo. E se o que é pensável é imaginável, "a nossa imaginação pode vaguear e vadiar para além da clausura do entendimento"<sup>52</sup>.

Quando estávamos em Bogotá, na Colômbia, no evento de encerramento da campanha de Francia Márquez, que relatei no início desta dissertação, Francia falou de Marielle como "uma mulher que estava conosco na raia, para defender a sua gente, para defender a vida. Ela não está mais aqui, mas ela segue com a gente. A luta aqui também é a luta de lá no Brasil"<sup>53</sup>. E, ao subir no palco e receber o microfone, Anielle falou: "Hoje estou muito emocionada, porque minha irmã poderia ser a primeira presidenta negra do Brasil. Infelizmente, assassinaram Marielle, mas há esperança com Francia. Eu acredito e me sinto representada por uma mulher negra no poder"<sup>54</sup>. E as duas disseram juntas: "Eu sou porque somos!"<sup>55</sup>.

---

<sup>52</sup> YOUTUBE. Disponível em Corpus Infinitum, com Denise Ferreira da Silva | Aula Inaugural do Doutorado PPGCA-UFF. 27/11/2020. Canal tranxversal - PPGCA-UFF.

<[https://www.youtube.com/watch?v=A24IOVqqr\\_M](https://www.youtube.com/watch?v=A24IOVqqr_M)> Acesso em 29 de agosto de 2022.

<sup>53</sup> INSTAGRAM. Perfil Francia Marquez. 09/03/2022. <<https://www.instagram.com/p/Ca4vCHYDZqG/>> Acesso em 29 de agosto de 2022.

<sup>54</sup> Idem

<sup>55</sup> Idem

É frequente conversar com pessoas dentro e fora do Instituto Marielle Franco, pessoas próximas ou não da Mari, que fazem essa afirmação, que acreditam que Marielle seria a próxima presidenta do Brasil. Para além do papel da imaginação para enfrentar as crises do trauma e para permitir narrar (SELIGMANN, 2008), a imaginação faz com que tenhamos força para projetar um futuro possível. Como disse Conceição Evaristo (2021, p. 8), "Eu acho que o sonho fecunda a vida e vinga a morte". O sonho e a imaginação são fundamentais para aquelas que, como coloca Jota Mombaça (2021, p. 8), "vibram e vivem apesar de; na contradição entre a imposição de morte social e as nossas vidas irreduzíveis a ela".

Para construirmos o mundo que ainda não nasceu, mas está sendo gestado, para construirmos um mundo vivo, para além das noções estanques do tempo linear que nos foi imposto, "as que buscam rotas de fuga podem encontrar peças para construção de uma bússola ética, cujas setas não indicam nem o norte, nem o sul, mas o rastro dos caminhos das ancestrais - do futuro e das que já vieram, comprometidas com o destino de criar raízes entre as estrelas (GUEDES, 2021, p. 119). Para que assim, à revelia do mundo, possam viver apesar de tudo, na radicalidade do possível, em especial na política institucional, onde "todas as portas estão fechadas, e por isso mesmo somos levadas a conhecer o mapa das brechas. Aqui, onde a noite infinita já não nos assusta, porque nossos olhares comungam com o escuro e com a indefinição das formas" (MOMBAÇA, 2021, p. 9). E até mesmo "onde apenas morremos quando precisamos recriar nossos corpos e vidas. Aqui, onde os cálculos da política falham em atualizar suas totalizações. Aqui, onde não somos a promessa, mas o milagre" (MOMBAÇA, 2021, p. 9).

## 9. JANEIRO DE 2023/ OUTUBRO DE 2016 - Considerações Finais

*O dia 2 de outubro marca uma luta pelo Brasil.  
É um capítulo desta luta em que nós, brasileiros,  
votaremos não apenas por nós que estamos aqui agora.  
Nós votaremos pelos brasileiros do passado, do presente e do futuro.  
Votaremos pela memória de Luiz Gama, de Luzia Mahin,  
de Lélia Gonzalez, de Zumbi dos Palmares, de Dandara,  
de Abdias, de Tia Ciata, de Beatriz do Nascimento,  
de Marielle Franco, de Anderson Gomes, de Celso Furtado,  
de Mario de Andrade, de Darcy Ribeiro, de Florestan Fernandes,  
e de tantas outras brasileiras e brasileiros.  
Nós lutaremos e votaremos pela memória dos que foram mortos,  
exilados e torturados pela ditadura militar.  
Votaremos por aquelas que pereceram pela fome,  
pela violência no campo e na cidade.  
Votaremos por aqueles que injustamente perderam a vida  
e a liberdade nas garras de um sistema de justiça falho e parcial.  
Nosso voto será pelos milhares que foram dizimados  
pela Covid-19 e por um Governo negligente.  
Nosso voto, portanto, senhoras e senhores,  
será também para que os nossos mortos  
continuem vivos em nossos corações.*

Silvio de Almeida em 26 de setembro de 2022<sup>56</sup>

A gente nunca sabe ao certo quando é o início ou quando é o final de um ciclo. Talvez porque essas sejam classificações binárias de tempo. Tampouco podemos apreender com exatidão o que é o presente, o tempo do agora, e quando o futuro começa a ser construído. Em outubro de 2016, quando Marielle foi eleita, não poderíamos prever o símbolo que ela iria se tornar, nem o legado que ela iria deixar, mas ali algo já começou a se transformar. Assim

---

<sup>56</sup> YOUTUBE. Super Live Brasil da Esperança! Lula Presidente 13! 26/09/2022. Canal Lula. Disponível em <[https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=X\\_kjXBJsldU](https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=X_kjXBJsldU)> Acesso em 26/09/2022.

como em 2023, não sabemos ainda como o seu legado vai se reverberar e continuar semeando novos futuros.

Conforme foi visto ao longo da pesquisa, o legado e a memória de Marielle, sistematizado e materializado pela Agenda Marielle Franco, são uma forma de impulsionar para que mais mulheres negras acessem espaços de poder e se tenha uma renovação política. A Agenda também se tornou uma ferramenta política de visibilidade e de construção programática. O legado de Marielle, por meio da Agenda, também contribui para fortalecer a presença dessas mulheres na política, seja contribuindo para uma forte produção legislativa e transformadora, seja articulando e conectando essas mulheres de alguma forma. A visibilização, a articulação e coordenação entre elas podem ser ainda mais fomentadas, conforme também evidenciado com as parlamentares da Agenda, efetivando enfim a Bancada Marielle, iniciativa que planejamos há um tempo no Instituto. Já temos eleitas comprometidas com a Agenda na esfera municipal e, neste ano, teremos também na estadual e federal. É possível potencializar e fortalecer a conexão entre elas, fomentando o uso das práticas políticas e das propostas dos eixos programáticos da Agenda.

Isso pode colaborar para que essas mulheres não fiquem isoladas, se fortaleçam mutuamente e possam de forma coordenada e coletiva transformar a política brasileira. Essa pode ser uma forma também de resistir aos retrocessos daqueles que querem barrar a mudança e a transformação em curso. Por um lado, acredito que essa mudança já é irreversível, as mulheres negras, mulheres periféricas, mulheres trabalhadoras, mulheres lésbicas, mulheres trans e travestis, mulheres indígenas, mulheres quilombolas, mulheres em toda a sua diversidade já romperam os grilhões e o processo de ocupação política está vigente e borbulhando novos caminhos. Por outro, como disse Angela Davis (2018), não há direito garantido, há direito conquistado. Os últimos anos de extrema-direita e fascismo no Brasil mostraram como podemos retroceder tanto nos direitos das populações em tão pouco tempo. A liberdade e a justiça são uma luta constante.

Mas essa luta tampouco pode significar o custo da vida e da saúde dessas mulheres que adentram o poder. As mulheres que colocam seus corpos à disposição para a política - e igualmente o grupo de pessoas que as cercam - estão chegando ao limite da exaustão, do adoecimento físico e mental. O cuidado coletivo e o autocuidado como prática política é questão de sobrevivência. A questão da violência política de gênero e raça é também um ponto alarmante para a entrada e permanência das mulheres negras na política. O caso de Marielle, um dos casos mais extremos e emblemáticos de violência política no Brasil, escancarou as profundas fissuras da democracia brasileira, que vem sendo cada vez mais

abalada com a sequência e a gravidade dos casos contra essas mulheres. Estas violências não são casos pontuais, elas são um fenômeno que a nível de Brasil e de América Latina constituem o sistema político-eleitoral nesta região.

A violência contra mulheres e grupos minorizados é formadora da política brasileira ao mesmo tempo que é um dos maiores reflexos do que é a nossa democracia. Não à toa, dizemos que com violência política, não há democracia. Legislar e estar na política não deveria significar um risco de vida. Esse é um problema de todos - da sociedade civil, dos partidos políticos e do Estado - na cobrança, denúncia, informação, visibilidade, encaminhamento, produção, efetivação e monitoramento de políticas. Enquanto mulheres negras, defensoras dos direitos humanos e mais tantas outras pessoas, precisarem de proteção e segurança para não terem suas vidas interrompidas e suas vozes silenciadas, isso deve ser prioridade para todas e todos.

A Agenda - refletindo o legado da Mari - também mostrou cumprir um dos seus objetivos que é ser uma agenda coletiva para um futuro em comum. Desde a forma como foi construída, a sua metodologia, a sua permanente abertura e colaboração das propostas, e o fato de estar aberta para qualquer tipo de candidatura, reforçou a sua coletividade. E a sua linha política combativa, antirracista, antineoliberal, feminista, LGBTQIA+ e em prol dos direitos humanos mostram que há um trabalho pensando na real reconstrução do país, após de momentos de fragilidade democrática, golpe, luto, obscurantismo e conservadorismo. Uma agenda que nasce de uma urgência, mas que também pauta desigualdades históricas. Uma agenda que exerce uma radical imaginação, partindo do legado e da memória, para um outro tipo de sociedade.

É perceptível que existe um antes e depois na política brasileira do fenômeno Marielle Franco, que se tornou referência global. Entretanto, o seu legado vai muito além da política. A sua memória também se dá neste espaço, mas ela transborda e se multiplica na arte, na cultura, na música, nas escolas, no esporte, e em qualquer lugar que se tenha ainda sonho e vida. O que toca sobre a imagem de Marielle é da ordem da esperança. Quando propusemos a Agenda Marielle Franco, "do falar Marielle ao fazer Marielle", entendíamos a dimensão do que a sua imagem havia se tornado. Mas também queríamos promover o seu modo de fazer, a sua práxis. É na sua prática que nasce o novo. Mas esse modo de fazer só é tão revolucionário porque ele também está ancorado no legado e no respeito das construções que vieram antes. Marielle é semente e gerou sementes. E neste modo de fazer, há uma encruzilhada. O lugar de fronteira entre militante, ativista, defensora de direitos humanos, mulher negra, e a

parlamentar que precisa estar em plenário, gabinete, comissões, votações, se inter cruzam. A semente se transforma e transforma a sua volta.

Considerando as tantas barreiras para que mais sementes de Marielle estejam na política, é possível agrupar em três grandes desafios. Como já dito anteriormente, a falta de recursos, apoio e incentivo, em especial por parte dos partidos, são um obstáculo para que essas mulheres pensem em se eleger e de fato consigam ser eleitas. O outro desafio é o da violência política, como vimos. E o terceiro é a falta de compreensão do nível de radicalidade do voto em mulheres negras comprometidas com uma pauta antirracista, feminista, anticapitalista e LGBTQIA+. Não só porque para que haja democracia, é preciso ter uma representação mais diversa. Mas, sobretudo, porque a produção intelectual, de ação e legislação dessas mulheres é radical. Há uma capacidade viva e pulsante de resistir, propor e agir. Ainda que poucas numericamente, ainda que muitas vezes isoladas, ainda que com pouco recurso e sob condições precarizadas e violentas. Como vimos, os projetos de lei apresentados e aprovados, as audiências públicas, as práticas estabelecidas são um marco histórico e apontam para um caminho, uma saída, para abandonar este mundo que já está colapsado.

Por isso, esta pesquisa se propõe a contribuir com ferramentas para pensar outros mundos possíveis. Como sugere Andréa Lopes da Costa (2021), o intuito é um "registro do que deve ser lembrado, a confirmação do que deve ser reivindicado, a celebração do que foi conquistado e o prenúncio do que está por vir" (COSTA, 2021, p. 12). Neste sentido, a pesquisa surge na tentativa de contribuir com a memória da luta das mulheres negras por seus direitos políticos e por maior representação política, para a ampliação e radicalização da democracia. Fazer emergir a atuação de mulheres negras no campo político, mostrando a sua capacidade de resistência e de reivindicação, é tecer um ponto nesta grande trama que é o legado e o movimento da história. Contribuindo, assim, para a "memória e a esperança de recuperação do poder usurpado" (NASCIMENTO, 2006, p. 109).

Portanto, o intuito da pesquisa é contribuir para registrar essa memória e que o protagonismo de mulheres negras não é um vento novo no horizonte, mas sim, como diz Andréa Lopes da Costa (2021), uma tempestade que vem se formando nas narrativas da ancestralidade, no trabalho do dia a dia, nas celebrações e nas festas, na dor de cada perda, nas lutas revolucionárias do cotidiano. Que os dias duros, os dias de luto, não nos amargurem, e não percamos a capacidade de imaginar, de sonhar e de projetar vida. Que todas as vezes que nos sentirmos assim, possamos narrar o que foi, o que é e aquilo que ainda será. Que possamos dizer o indizível, contar as nossas próprias histórias. Que essas lutas revolucionárias

e cotidianas nos devolvam a esperança, apesar de e à revelia deste mundo colapsado, para construir outros tantos.

Não há palavras que dêem conta para encerrar esta dissertação, elas são precíguas, afinal. A memória é realmente da ordem da imagem, da imaginação. Coloco, então, para encerrar, fotos de alguns dos momentos que compartilhei com Marielle. Elas são mais do que arquivos. Elas têm som, têm o barulho do gabinete, as risadas, os puxões de orelha. Automaticamente elas me transportam para aquele lugar. É difícil, quase artigo raro, foto entre assessora e parlamentar. Quando é assessora de comunicação então, nem se fala. Por isso guardo com tanto carinho essas fotos, como tesouros preciosos. Para nunca esquecer dos detalhes, para quando as lembranças invadirem como cheiros. Para toda vez que precisar lembrar, falar e fazer Marielle.



Figura 59 – Foto com Marielle no nosso gabinete na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Fonte: Reprodução/Instagram Luna Costa



Figura 60 - Algumas fotos minhas com Marielle durante a campanha e em eventos da mandata. Fonte: Reprodução/Instagram Luna Costa

### Referências bibliográficas

- ADICHIE, Chimamanda. **O perigo de uma história única**. Editora Companhia das Letras, 2019. Tradução Julia Romeu.
- ANZALDÚA, Gloria. **Como domar uma língua selvagem**. IN: Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Difusão da língua portuguesa, no 39, p. 297-309, 2009.
- ANZALDÚA, Gloria. **La conciencia de la mestiza / rumbo a una nova consciência**. In: Revista Estudos Feministas. Vol. 13, nº 3. Florianópolis, set/dec 2005.
- ARENDDT, Hannah (1994). **Condition de l’homme moderne**. Tradução de Georges Fradier. Prefácio de Paul Ricœur. Paris: Calmann-Lévy; Pocket.
- BENJAMIN, W. *Passagenwerk*. G.S., Frankfurt, Suhrkamp, 1974.
- Cf. Walter Benjamin, *Passagenwerk*, Suhrkamp, 1982, p. 470.
- BENJAMIN, W. *Coletânea Para uma Imagem de Proust*. Caracas, Monte Avila, s.d.1985
- BENJAMIN, W. *Sobre o conceito da história*. In: *Magia e técnica, arte e política*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. Obras Escolhidas.
- BHABHA, Homi. **Como o novo entra no mundo. O espaço pós-moderno, os tempos pós-coloniais e as provações da tradução cultural**. In: *Local da Cultura*. 1998.
- BORGES, Rosane. HOOKS, bell. **Prefácio**. IN: *Olhares Negros: Raça e Representação*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. – 3. ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese de Doutorado. FE-USP, 2005.
- COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro**. *Sociedade e Estado*, Abr 2016, vol.31, no.1, pp.99-127.
- COSTA, Andréa Lopes. **Gerações em diálogos, mulheres negras em resistência**. IN: *A radical imaginação política das mulheres negras brasileiras / Ana Carolina Lourenço (Organizadora), Anielle Franco (Organizadora) – São Paulo: Oralituras, 2021, São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo. P. 10-18. Disponível em <<https://rosalux.org.br/livro/radical-imaginacao-politica-das-mulheres-negras-brasileiras-a/>> Acesso em 2 de agosto de 2021.*
- COZZA, Fabiana. In: **Insumo para ancoragem de memórias negras**. Organização Natalia Carneiro, Bianca Santana, Gabriela Gaia. 1. ed. -- São Paulo : Oralituras, Fundação Rosa Luxemburgo, Casa Sueli Carneiro, 2021.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Entre el Buen Vivir y el Desarrollo: una perspectiva indianista**. In: ERREJÓN, I. e SERRANO, A. (coords). “¡Ahora es cuándo, carajo!”. Del asalto a la transformación del Estado en Bolivia. Ediciones de Intervención Cultural/El Viejo Topo, 2011.

DAVIS, Angela. A liberdade é uma luta constante. Organização de Frank Barat; tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

EVARISTO, Conceição. **Carta à escritora de vidas infinitas**. In: MOMBAÇA, Jota. Não Vão Nos Matar Agora. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021, pp. 118-121.

FRANCO, Anielle. **Instituto Marielle Franco: Escrivências, memórias e o legado de Marielle Franco. 2021**. Dissertação (Mestrado em Relações Etnicorraciais) - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.

FREITAS, KENIA. In: RODRIGUES, Paula. **FUTURO NEGRO: Como o afrofuturismo pode ajudar a estruturar modelos de sociedade mais justos para a população negra**. Ecoa UOL, 7 de outubro de 2020. Disponível em <<https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/reconstrucao-afrofuturismo/#cover>> Acesso em 14 de março de 2021.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer** / Jeanne Marie Gagnebin — São Paulo: EditoraH34, 2006.224 p

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **O que significa elaborar o passado?** In: - Lembrar, esquecer, escrever. São Paulo: editora 34, 2018, p. 97-105.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo y sexismo en la cultura brasileña**. IN: *Antología del pensamiento crítico brasileño contemporáneo*. Clacso, 1984.

GONZALEZ, Lélia. **Lélia Gonzalez: primavera para as rosas negras**. São Paulo: UCPA Editora, 2018.

GROSGOUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 80, Março 2008, p. 115-147

GUEDES, Cíntia. **Carta à escritora de vidas infinitas**. In: MOMBAÇA, Jota. Não Vão Nos Matar Agora. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021, pp. 118-121.

HOOKS, BELL. **Erguer a voz: Pensar Como Feminista, Pensar Como Negra**. Edição Português. Tradução: Cátia Bocaiuva Maringolo. Editora Elefante, 2019.

INSTITUTO MARIELLE FRANCO. **A Violência Política Contra Mulheres Negras, 2020**. Página inicial. Disponível em: <[violenciapolitica.org](http://violenciapolitica.org)>. Acesso em 3 de agosto de 2021.

INSTITUTO MARIELLE FRANCO. **Agenda Marielle Franco**, 2020. Página inicial. Disponível em: <agendamarielle.com>. Acesso em 3 de agosto de 2021.

INSTITUTO MARIELLE FRANCO. **Agenda Marielle Franco**, 2022. Página inicial. Disponível em: <agendamarielle.com>. Acesso em 23 de agosto de 2022.

KILOMBA, Grada. **A máscara**. IN: *Memórias da plantação. Episódios do racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5.ed. 3.reimpr. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2008, p. 422.

LORDE, Audre. **The Master's Tools Will Never Dismantle the Master's House**. In: Lorde, Audre. *Sister outsider: essays and speeches*. New York: The Crossing Press Feminist Series, 1984. p. 110-113.

MARCA NACIONAL DE MULHERES NEGRAS. **Invisibilidade e reconhecimento: disputa pelos espaços de poder**. IN: *A radical imaginação política das mulheres negras brasileiras / Ana Carolina Lourenço (Organizadora), Anielle Franco (Organizadora) – São Paulo: Oralituras, 2021, São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo. p. 140-146. Disponível em <<https://rosalux.org.br/livro/radical-imaginacao-politica-das-mulheres-negras-brasileiras-a/>> Acesso em 2 de agosto de 2021.*

MARTINS, Leda. **Performances do tempo espiralar**. IN: RAVETTI, Graciela e ARBEX, Márcia (orgs.). *Performance, exílio, fronteiras: errâncias territoriais e textuais*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras UFMG; Poslit, 2002.

MOMBAÇA, Jota. **Não Vão Nos Matar Agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MOTA, Nilda de Carvalho. In: **Insumo para ancoragem de memórias negras**. Organização Natalia Carneiro, Bianca Santana, Gabriela Gaia. 1. ed. -- São Paulo : Oralituras, Fundação Rosa Luxemburgo, Casa Sueli Carneiro, 2021.

NASCIMENTO, Beatriz. **Parte 2 - É tempo de falarmos de nós mesmos**. In: RATTTS, Alex (org.). *Eu sou Atlântica. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Instituto Kuanza; Imprensa Oficial, 2006. p.91-129.

NASCIMENTO, Wanderson. In: **Insumo para ancoragem de memórias negras**. Organização Natalia Carneiro, Bianca Santana, Gabriela Gaia. 1. ed. -- São Paulo : Oralituras, Fundação Rosa Luxemburgo, Casa Sueli Carneiro, 2021.

OLIVEIRA, Eduardo. **Cosmovisão africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente**. Publicação Ibeca, 2003.

PAZZARELLI, Francisco. Entrevista. **Esas papitas me están mirando!** Silvia Rivera Cusicanqui y la textura ch'ixi de los mundos. *Revista de Antropologia da UFSCAR. R@U*, 9 (2), jul./dez. 2017: 219-230.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. In: **Insumo para ancoragem de memórias negras**. Organização Natalia Carneiro, Bianca Santana, Gabriela Gaia. 1. ed. -- São Paulo : Oralituras, Fundação Rosa Luxemburgo, Casa Sueli Carneiro, 2021.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. Revista de estudos históricos, Rio de Janeiro, 1989, vol. 2, n. 3, p. 3-15.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, p.200-212, 1992.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad y Modernidad-razionalidad**. In: BONILLO, Heraclio (comp.). Los conquistados. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO, 1992, p. 437-449. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento.

REIS, Vilma. **Importância da ocupação política liderada pelas mulheres negras**. IN: A radical imaginação política das mulheres negras brasileiras / Ana Carolina Lourenço (Organizadora), Anielle Franco (Organizadora) – São Paulo: Oralituras, 2021, São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo. P. 140-146. Disponível em <<https://rosalux.org.br/livro/radical-imaginacao-politica-das-mulheres-negras-brasileiras-a/>> Acesso em 2 de agosto de 2021.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Tradução Alain François. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SANTANA, Bianca. Posfácio. In: SANTANA, Bianca (org.). **Vozes insurgentes de mulheres negras: do século XVIII à primeira década do século XXI**. Belo Horizonte: Mazza, 2019b. p. 299-303. [https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2019/08/web\\_Vozes\\_Insurgentes-1.pdf](https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2019/08/web_Vozes_Insurgentes-1.pdf)

SANTANA, Bianca. Apresentação. In: SANTANA, Bianca (org.). **Inovação ancestral de mulheres negras: táticas e políticas do cotidiano**. São Paulo: Imantra Comunicação, 2019a. p. 17-20. [http://oralituras.com.br/wp-content/uploads/2019/05/inovacao-de-mulheres-negras\\_2019\\_web\\_site.pdf](http://oralituras.com.br/wp-content/uploads/2019/05/inovacao-de-mulheres-negras_2019_web_site.pdf).

SANTANA, Bianca. **A escrita de si de mulheres negras: memória e resistência ao racismo**. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

SANTOS, Tiganá Santana Neves. **A cosmologia africana dos Bantu-Kongo por Bunseki Fu-Kiau: tradução negra, reflexões e diálogos a partir do Brasil**. 2019. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em <[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8160/tde-30042019-193540/publico/2019.TiganaSantanaNevesSantos\\_VCorr.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8160/tde-30042019-193540/publico/2019.TiganaSantanaNevesSantos_VCorr.pdf)>.

SANTOS, Tiganá Santana Neves. In: **Insumo para ancoragem de memórias negras**. Organização Natalia Carneiro, Bianca Santana, Gabriela Gaia. 1. ed. -- São Paulo : Oralituras, Fundação Rosa Luxemburgo, Casa Sueli Carneiro, 2021.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas**. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65–82, 2008.

SODRÉ, Muniz. **Pensar Nagô**. Petrópolis: Vozes, 2017.

## ANEXO I

<b>Mandata</b>	<b>Partido</b>	<b>Estado/cidade</b>
<b>NORTE</b>		
Prof Madalena	PSOL	PA - Abaetetuba
Bia Caminha	PT	PA - Belém
Livia Duarte	PSOL	PA - Belém
Vivi Reis	PSOL	PA - Belém
Enfermeira Nazaré	PSOL	PA - Belém
<b>NORDESTE</b>		
Professora Elaine - 65123	PCdoB	BA - Conceição do Coité
Pretas Por Salvador - 50111	PSOL	BA - Salvador
Maria Marighella - 13321	PT	BA - Salvador
Nossa Cara	PSOL	CE - Fortaleza
Jô Oliveira	PCdoB	PB - Campina Grande
Flávia Hellen	PT	PE - Paulista
Danielle Portella	PSOL	PE - Recife
Divaneide - 13613	PT	RN - Natal
<b>CENTRO-OESTE</b>		
Profa Mazéh Silva	PT	MT - Cáceres
Professora Graciele	PT	MT - Sinop
<b>SUDESTE</b>		
Camila Valadão	PSOL	ES - Vitória
Karla Coser	PT	ES - Vitória
Iza Lourença	PSOL	MG - Belo Horizonte
Gilsa Santos -	PT	MG - Governador Valadares
Rose Oliveira	PT	MG - Lavras
Dandara	PT	MG - Uberlândia
Eliane Moreira	PT	MG - Teófilo Otoni
Benny Brioli	PSOL	RJ - Niterói
Verônica Lima	PT	RJ - Niterói
Tainá de Paula	PT	RJ - Rio de Janeiro
Thais Ferreira	PSOL	RJ - Rio de Janeiro
Paolla Miguel	PT	SP - Campinas
Guida Calixto	PT	SP - Campinas
Táise Braz	PT	SP - Catanduva

Fernanda Curti - 13113	PT	SP - Guarulhos
Juliana da AtivOz	PSOL	SP - Osasco
Coletiva de Mulheres de Ribeirão Pires	PT	SP - Ribeirão Pires
Débora Camilo	PSOL	SP - Santos
Erika Hilton	PSOL	SP - São Paulo
Luana Alves	PSOL	SP - São Paulo
Elaine Mineiro do Quilombo Periférico	PSOL	SP - São Paulo
<b>SUL</b>		
Carol Dartora	PT	PR - Curitiba
Denise Pessôa	PT	RS - Caxias do Sul
Bruna Rodrigues	PCdoB	RS - Porto Alegre
Daiana Santos	PCdoB	RS - Porto Alegre
Karen Santos	PSOL	RS - Porto Alegre
Laura Sito	PT	RS - Porto Alegre

## ANEXO II

PL Original	Resumo	Descrição	Aprovado no Rio?
<a href="#">0072/2017</a>	Dia da Luta contra Homofobia, Lesbofobia, Bifobia e Transfobia	INCLUI O DIA DA LUTA CONTRA A HOMOFOBIA, LESBOFOBIA, BIFOBIA E TRANSFOBIA NO CALENDÁRIO OFICIAL DA CIDADE CONSOLIDADO PELA LEI Nº 5.146/2010	

<a href="#">0103/2017</a>	Dia de Tereza de Benguela	INCLUI O DIA DE TEREZA DE BENGUELA E DA MULHER NEGRA NO CALENDÁRIO OFICIAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO CONSOLIDADO PELA LEI Nº 5.146/2010	Sim
<a href="#">0288/2017</a>	Dia contra o Encarceramento da Juventude Negra	INCLUI O DIA MUNICIPAL DE LUTA CONTRA O ENCARCERAMENTO DA JUVENTUDE NEGRA NO CALENDÁRIO OFICIAL DA CIDADE CONSOLIDADO PELA LEI Nº 5.146/2010	
<a href="#">0555/2017</a>	Dossiê Mulher Carioca	CRIA O DOSSIÊ MULHER CARIOCA NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ PROVIDÊNCIAS	Sim
<a href="#">0442/2017</a>	Assédio não é passageiro	DISPÕE SOBRE FIXAÇÃO DE CARTAZ INFORMATIVO NOS SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO	Sim
<a href="#">0642/2017</a>	Assistência de Habitação para famílias de baixa renda	INSTITUI A ASSISTÊNCIA TÉCNICA PÚBLICA E GRATUITA PARA PROJETO E CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL PARA AS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
<a href="#">0417/2017</a>	Não é Não	CRIA A CAMPANHA PERMANENTE DE CONSCIENTIZAÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO E VIOLÊNCIA SEXUAL NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO	
<a href="#">0017/2017</a>	Espaço Coruja	INSTITUI O PROGRAMA ESPAÇO INFANTIL NOTURNO - ATENDIMENTO À PRIMEIRA INFÂNCIA - NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO	Sim
<a href="#">0515/2017</a>	Medidas Socioeducativas em Meio Aberto	INSTITUI O PROGRAMA DE EFETIVAÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO	Sim
<a href="#">0265/2017</a>	Casas de Parto	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A CRIAÇÃO DO PROGRAMA CENTRO DE PARTO NORMAL E CASA DE PARTO, PARA O ATENDIMENTO À MULHER NO PERÍODO GRAVÍDICO-PUERPERAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Sim
<a href="#">016/2017</a>	Se é legal, tem que ser real	INSTITUI O PROGRAMA DE ATENÇÃO HUMANIZADA AO ABORTO LEGAL E JURIDICAMENTE AUTORIZADO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.	
<a href="#">082/2017</a>	Dia da Visibilidade Lésbica	INCLUI O DIA DA VISIBILIDADE LÉSBICA NO CALENDÁRIO OFICIAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO CONSOLIDADO PELA LEI Nº 5.146/2010	
<b>Novo Projeto de Lei</b>	<b>Dia Marielle Franco de combate à Violência Política contra Mulheres Negras</b>	<b>PL extra que vamos protocolar para estabelecer no dia 14 de março essa data de luta e memória nas nossas cidades.</b>	

## ANEXO III

TEXTO DO DISCURSO AÇÃO PLANTANDO SEMENTES:

"Boa tarde as vereadoras/deputadas/senadores, da Câmara Municipal/Distrital/Federal de  
XXXXXXXXXXXXX

Boa tarde a quem está nos assistindo de casa...

Subo hoje nesta tribuna como uma mulher negra eleita, para compartilhar com todas e todos que, nesta semana, em dezenas de cidades do país, parlamentares, de diversos partidos, comprometidas com a Agenda Marielle Franco, do Instituto Marielle Franco.

Protocolamos 12 projetos de Lei apresentados por Marielle Franco no Rio de Janeiro, e vários deles aprovados inclusive pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Projetos que carregam políticas públicas e propostas que podem e devem ser implementadas aqui no nosso município/estado/na união.

Estamos falando de propostas como a criação de um dossiê municipal sobre os dados de violências contra as mulheres na cidade, informação fundamental para que possamos produzir leis de forma embasada,

Como a criação ou ampliação do programa de Casas de Parto para garantir atendimento humanizado às mulheres e famílias que irão parir a próxima geração de cidadãs e cidadãos de XXXXXX),

ou como por exemplo a criação do Espaço Coruja, um espaço infantil noturno para que mães e pais que trabalham ou estudam nos turnos da noite tenham com quem deixar suas crianças de forma segura e acolhedora, projeto que é voltado principalmente para a população pobre e favelada deste país, que muitas vezes perdem seus empregos por não terem com quem deixar suas crianças quando saem pra trabalhar).

Ao longo deste ano poderemos debater cada um destes projetos no tempo que for necessário para que possamos adaptá-los ainda mais a nossa realidade e fazermos valer os direitos que garantem a nossa constituição.

Além dos projetos de Marielle, todas nós, comprometidas com a Agenda Marielle Franco, estamos apresentando também um projeto para que o dia 14 de março que se aproxima, data em que se completam 3 anos sem Marielle e Anderson, 3 anos sem respostas sobre quem mandou matar Marielle, seja o Dia Marielle Franco de Enfrentamento à Violência Política Contra Mulheres Negras, LGBTQIA+ e periféricas

Já seria motivo o bastante oficializarmos essa data em homenagem a vida e a luta de Marielle, mas este projeto se torna ainda mais urgente quando desde o final do ano passado, dezenas de parlamentares negras eleitas sofreram ameaças e atentados contra as suas vidas.

É bom lembrar que o Estado brasileiro que deveria zelar por todas as vidas, é quem assassinou Marielle Franco

- sim, o Estado, afinal as armas eram da polícia, os autores eram policiais -

Portanto cabe a nós, parlamentares eleitas, darmos um recado de que nenhuma morte é aceitável, mas que quando uma parlamentar eleita é assassinada isso é um ferimento grave à democracia brasileira.

Um ensinamento antigo das nossas ancestrais e da nossa mãe terra, que já virou sabedoria popular diz que: “A gente colhe o que a gente planta.” Então se hoje estamos juntas plantando projetos e ideias baseadas no amor, na justiça social, no bem viver de todas as pessoas, é porque é esse o mundo que queremos colher.

E pra cada cidadão que desprezar a memória de Marielle e quiser plantar violência e ódio, seremos muitas de nós unidas para defender sua memória e semear amor e justiça.

Seguiremos firmes, comprometidas com a Agenda Marielle Franco, que sistematiza o legado de Marielle em um conjunto de pautas e práticas antirracistas, feministas e populares.

Seguiremos firmes, apoiando as ações do Instituto Marielle Franco, organização fundada pela família de Marielle, dirigida por Anielle Franco, para lutar por justiça, defender a memória, multiplicar o legado e regar as sementes que Marielle deixou.

Convidamos todas que estão ouvindo esse chamado, a participar do Março Por Marielle e a fortalecer essa família e essa organização independente da sociedade civil que passa 365 dias por ano inspirando, conectando e fortalecendo mulheres negras, pessoas LGBTQTs e periféricas a seguirem movendo as estruturas.

Seguiremos firmes e vamos juntas, obrigada!"